

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SIMONE ROCHA DA ROCHA

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE  
SOCIAL JUVENIL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AGENTE JOVEM EM  
PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE  
2007

SIMONE ROCHA DA ROCHA

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE  
SOCIAL JUVENIL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AGENTE JOVEM EM  
PORTO ALEGRE**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Patrícia Krieger Grossi

PORTO ALEGRE

2007

SIMONE ROCHADA ROCHA

**POSSIBILIDADES E LIMITES NO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE  
SOCIAL JUVENIL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AGENTE JOVEM EM  
PORTO ALEGRE**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor , pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Berenice Rojas Couto

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Neuza Guareschi

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Lílian Cruz

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Patrícia Krieger Grossi

## AGRADECIMENTO

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através da Faculdade de Serviço Social e de seus professores, pelos de 14 anos de convivência, a qual devo grande parte da minha formação profissional.

À CAPES, pela bolsa sem a qual não seria possível a realização deste sonho.

À FASC, na figura de sua presidente Brizabel Rocha, pelo meu reconhecimento profissional, pela experiência e desafios proporcionados ao longo destes anos.

Ao meu *Amorzinho Dinho*, meu marido, meu amigo, com que tenho compartilhado minha vida, com diferenças e complementaridades. Com quem tenho dividido cotidianamente a árdua tarefa de administrar a casa, a complexidade das relações conjugais, conquistas e desafios, “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença” Mas, sobretudo pela sua lealdade e companheirismo, que mesmo com sua racionalidade irritante, tem sido meu porto seguro e tem me mostrado a plenitude do amor, na construção de um projeto de vida a dois.

À minha família, minha mãe Valéria, meu pai Clóvis, meu irmão Deives, meu vô Júlio, minha vó Zilda, que onde quer que esteja continua iluminando meu caminho. À melhor família do mundo, pelo constante estímulo, pela força nos momentos difíceis, pela inesgotável fonte de amor.

À minha nova família, minha sogra Dona Neuma, meu sogro Seu Raymundo, à minha cunhada Ana, meu sobrinho Allan Victor, por terem me acolhido em sua família, pelo apoio contínuo e pelo carinho, pelo apoio na nova cidade.

À Patrícia por toda a disponibilidade do mundo, pelo conhecimento compartilhado, pelo carinho, paciência, dedicação e pela humildade na relação professor/ aluno. Por ter respeitado meu tempo, meus limites, posições, dificuldades e crises nesta trajetória tão árdua, mas também por ter compartilhado de momentos felizes e tristes da minha vida. Enfim, pelo exemplo de mestre e amiga.

À Berê, por ter me inserido na política de Assistência social, a partir das aulas dinâmicas e críticas, me instigou a lutar cotidianamente para que esta seja reconhecida e garantida de fato enquanto política pública de proteção social, enquanto direito. Pela sua trajetória como protagonista nesta construção, pelo conhecimento e competência acadêmica e profissional. Não foi à toa que fostes nossa Parainfa, afinal completamos 10 anos de formatura.

À Neuza, pela disponibilidade em ter aceito prontamente o convite, pela contribuição importante no campo da assistência social.

À Lílian , pela atenção dispensada e pela disponibilidade de compartilhar comigo de seus saberes, bem como pela caminha na Assistência Social e principalmente pela sua contribuição à FASC.

Ao amigos da CRB-FASC: Ana, Denise, Denise-“nutri”, Bia, Maria de Lourdes, Antonieta, Jacira, Graça Furtado, Graça Vilarino, Júlia, Márcia, Eliane, Gessi, Suely, Gelsa, Portella, Adriana, Benilda, Ana Maria, Simone Ritta, Ana Paula, Leila, Cassiê, pela compreensão, por compartilharem de momentos importantes da minha vida, por lutarem cotidianamente pela efetivação da assistência social enquanto política pública de direito e por acreditarem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aos jovens, orientadores, instrutores e referências que escreveram a história do programa na cidade

Ao meu professor Léo Voigt, que mesmo em algumas discussões calorosas e divergentes, soube me respeitar e acreditar em mim, pelo reconhecimento profissional , pelo conhecimento compartilhado e pela convivência nesse últimos anos.

Às minhas amigas: Rosana, Tatiana, Tina, Raquel, Cris, Déia , Evandra, Eliane, Glória, Ana Rita, Liza, Nilza, Dorzila, Sandra, Bia, por respeitarem a impossibilidade da presença mais constante, mas que apesar da distância sempre estiveram em meus pensamentos.

Ao meus afilhados: Rê, Rafa, Niny, Arthur e Andressa, por terem compreendido minha ausência, principalmente neste último ano, no acompanhamento do crescimento de vocês, mas principalmente por trazerem muita alegria à minha vida.

À Janete, minha psicóloga por me ajudar a desvendar as contradições da vida: de ser realizada profissionalmente, mas de desejar ser dona de casa e mãe de família. De ser independente, mas de precisar ser cuidada. De buscar a totalidade, entre as diferentes partes: profissional, mulher, esposa, filha, amiga, enfim por me ajudar a escrever páginas da infindável tese da vida.

Ao meu Amorzinho Dinho, meu marido, pela compreensão e estímulo constante e por me fazer acreditar a cada dia no Amor.

À minha família, fonte inesgotável de amor.

Ao meu sogro Raymundo Guarino Monteiro, exemplo de pai, de homem e de profissional-que nos deixou há poucos dias, deixando um enorme vazio.Pelo carinho, pelo seu humor, pelo seu legado na história de nosso país, pelos conselhos e pelas discussões proporcionadas na busca um Brasil melhor.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo avaliar o Programa Agente Jovem no município de Porto Alegre. Essa avaliação busca problematizar o alcance social do Programa, enquanto política pública de proteção social voltada para o segmento juvenil. Logo, esta proposta vem no sentido de poder contribuir com o aprimoramento do programa, a fim de qualificar a gestão da política, a aplicação dos recursos públicos, mas, sobretudo possibilitar aos usuários do programa um espaço de avaliação compartilhada, buscando ampliar a sua efetividade e possibilidade de transformação da vida dos usuários, através do fortalecimento destes para o enfrentamento da vulnerabilidade social. O trabalho está fundamentado em duas categorias teóricas centrais: a juventude compreendida enquanto construção social, portanto circunscrita no espaço e no tempo, perpassando por diferentes compreensões. Enquanto categoria social se faz como representação sócio-cultural, bem como situação social, portanto com suas múltiplas determinações, culturais, econômicas, gênero, étnicas, assumindo significados distintos. A vulnerabilidade social, atribuída a grupos ou indivíduos, compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam elas econômicas, culturais, sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento, como construção social a partir de múltiplos condicionantes do contexto social, portanto enquanto produto do processos de exclusão e desigualdade social. Essa construção está calcada no marco legal da proteção integral apregoada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como pela Lei Orgânica da Assistência Social, enquanto política pública de proteção social. Nessa construção, busca-se resgatar os aspectos históricos da consolidação destas legislações no contexto da sociedade brasileira, como pressupostos para compreender as múltiplas determinações e condicionalidades de implantação destas no contexto de Porto Alegre. A pesquisa se dá numa perspectiva qualitativa, com o viés dialético-crítico, à luz dos pressupostos marxianos. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista estruturada e análise se deu através da técnica de análise de conteúdo. Os sujeitos foram os jovens usuários do programa e equipe técnica executora do Programa, escolhida através de amostragem não probalística, constituída de forma aleatória. Os dados emergentes da pesquisa apontam possibilidades e limites do Programa Agente Jovem. Entre as possibilidades estão

as contribuições do programa no desenvolvimento de habilidades e competências, nas (re) significações valorativas, na ampliação do universo cultural, no sentimento de pertença social, no fortalecimento da identidade, na aspiração de projetos de vida. Os limites são apontados em dois eixos, nos processo de execução e na efetividade alcançada. Com relação à execução, mostra-se como limitações os recursos físicos e pedagógicos, a fragilidade na constituição da equipe, seja pelo tempo reduzido da presença do instrutor, a partir de múltiplos condicionantes, seja pela falta de dificuldade de lidar com uma problemática. O tempo de permanência do jovem também aparece como pequeno para o que o programa propõe. Outro aspecto refere-se à articulação das demais políticas na retaguarda do programa, implicando diretamente na efetividade do mesmo. Com relação à efetividade denota-se que o Agente Jovem pouco consegue incidir na vulnerabilidade social, tendo em vista que ela é produto do movimento mais amplo da sociedade. Logo, a responsabilidade de centrar num programa da política assistência social tamanha e complexa responsabilidade, acaba superestimando tanto a competência do programa como da política. Neste sentido, o Programa Agente Jovem reveste-se de fundamental importância, enquanto política pública de proteção social, na perspectiva fortalecimento dos usuários, na busca pela autonomia e exercício da cidadania, contribuindo em alguma medida para a qualificação dos modos de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade no município de Porto Alegre.

Palavras-chaves: vulnerabilidade social, juventude, programa Agente Jovem, assistência social



## ABSTRACT

The present study has the objective to evaluate the Youth Agent Program in the city of Porto Alegre. This evaluation has the intent to problematize the social reach of the program as a public policy of social protection directed to the teenagers' segment. Thus, this proposal emerges to contribute for the improvement of the program in order to qualify the policy management, the investment of public resources, but mainly to make it possible for the users of the program a shared evaluation, seeking its effectiveness and possibility of change in their lives through their empowerment for struggling against social vulnerability. The work is based on in two main theoretical categories: youth understood as a social construction, so circumscribed in space and time through different meanings. While a social category it is perceived as a socio-cultural representation, as well as a social situation, thus with multiple cultural, ethnic, economic, and gender determinations, encompassing different meanings. Social vulnerability attributed to groups or individuals is understood from the exposure of risks from different nature, such as economic, cultural and social that put diverse challenges to cope with; as a social construction, it is perceived from multiple conditionings of the social context, thus it is a product of exclusion and inequality processes. This construction is based on the integral doctrine from the Statute of Children and Youth as well from the Social Welfare Law as a social protection social policy. In this construction, it aims to recover the historical aspects of the consolidation of this law in the Brazilian society context as requirements for understanding the multiple conditionings and determinations of their implantation in Porto Alegre. The research is carried out based on a qualitative approach with a dialectic critic perspective and Marx's presuppositions. For the data collection it is used a structured interview and the analysis is based on content analysis. The subjects were youth, users of the program and the professional executive staff of the program, chosen through no probabilistic sample, formed in an aleatory manner. The data emerged from the research point out possibilities and limits of the Youth Agent Program. Among the possibilities are the contributions of the program in the development of abilities and competencies, resignification of values, increase in their cultural universe, feeling of social belonging, identity improvement and aspirations of projects of life. The limits are directed to two points, in the process of

implementation and in the effectiveness achieved. Concerning the process of implementation, the data show that the program has physical and pedagogic limitations, and the staff's composition is frail because of the short period of the instructor's presence as well as their difficulties to face a problem. The time of permanence in the program for the youth is short comparing to the goals of the program; another aspect refers to the lack of articulation of the other policies that could provide a background support for the program, affecting its effectiveness. Concerning its effectiveness, it is verified that the Youth's Agent Program can face social vulnerability to a minimum extent, since social vulnerability is a product of a bigger movement of society, this means that is beyond the scope of the program. Thus, to place such a complex and large responsibility for eliminating social vulnerability in a program or in the social welfare policy ends up overestimating the competence of the program as well as the policy. Thus, the Youth's Agent Program is of great importance as a social protection policy, in the perspective of empowerment of the youth for their autonomy and citizenship, contributing to a certain extent for the qualification of the ways of life of youth in social vulnerability situation in the city of Porto Alegre.

Key-words: social vulnerability; youth; Youth's Agent Program

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Acesso à informação do direito.....	132
Gráfico 2 – Motivação para o ingresso.....	135
Gráfico 3 – Aspectos a serem melhorados no programa .....	147
Gráfico 4 – Utilização do recurso da bolsa.....	160
Gráfico 5 – Caracterização dos gastos pessoais.....	162

## LISTA DE SIGLAS

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
COOPAS – Cooperativa de Assistentes Sociais  
CRAS- Comissão Regional de Assistência Social  
CRB- Coordenação da Rede Básica  
CRE- Coordenação da Rede Especializada  
CT- conselho Tutelar  
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente  
FASC- Fundação de Assistência Social  
FDRH- Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos  
FESC- Fundação de Educação Social e Cidadania  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
GANPAL- Grande Porto Alegre  
LA- Liberdade Assistida  
LEM- Levantamento Estatístico Mensal  
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome  
MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social  
NAF- Núcleo de Apoio Familiar  
NASF- Núcleo de Apoio Sócio-Familiar  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAIF- Programa de Atenção Integral à Família  
PEMSE- Programa de Execução Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto  
PGRM- Programa de Garantia de Renda Mínima  
PPA- Plano Plurianual  
PSC- Prestação de Serviço à Comunidade  
SEAS- Secretaria de Assistência Social  
SUAS- Sistema Único de Assistência Social  
SUS- Sistema Único de Saúde  
TCU- Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL</b> .....	<b>19</b>
1.1 DEFININDO A JUVENTUDE .....	19
1.2 O MARCO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	22
1.3 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA VULNERABILIDADE JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE .....	28
1.3.1 A FAMÍLIA: A FRAGILIZAÇÃO DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO .....	32
1.3.2 A VIOLÊNCIA NAS SUAS DIFERENTES EXPRESSÕES .....	37
1.3.3 DROGAS: CONSUMO E TRÁFICO.....	41
1.3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA.....	43
<b>2 A JUVENTUDE NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>49</b>
2.1 DO CÓDIGO DE MENORES AO ECA: O LUGAR DO JOVEM NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS .....	49
2.1.1 PRESSUPOSTOS PROPULSORES DA MUDANÇA.....	49
2.1.2 O NOVO PARADÍGMA PARA O MARCO LEGAL VOLTADO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES.....	52
2.1.2.1 CONTEÚDO .....	52
2.1.2.2 MÉTODO .....	55
2.1.2.3 GESTÃO .....	56
2.1.3 A IMPLANTAÇÃO DO ECA NO CONTEXTO DE PORTO ALEGRE: A CONSOLIDAÇÃO DA GARANTIA DE DIREITOS AOS JOVENS .....	58
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL .....	59
2.2.1 CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE SUSTENTADORAS DAS POLÍTICAS .....	59
2.2.2 OS EIXOS NORTEADORES PARA A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À JUVENTUDE NO BRASIL.....	62
2.2.3 A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE NA PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS .....	63

<b>3. O JOVEM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA AGENTE JOVEM NO CENÁRIO NACIONAL E SUAS ESPECIFICIDADES EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>65</b>
3.1 UM NOVO PARADÍGMA PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	65
3.2 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: O LUGAR DO PROGRAMA AGENTE JOVEM.....	67
3.2.1 O CENÁRIO NACIONAL.....	67
3.2.2 O CENÁRIO DE PORTO ALEGRE.....	79
3.2.3 O PROGRAMA AGENTE JOVEM EM PORTO ALEGRE: ASPECTOS HISTÓRICOS E ESPECIFICIDADES NESSA TRAJETÓRIA.....	92
<b>4 A PROPOSTA DE PESQUISA.....</b>	<b>105</b>
4.1 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	105
4.1.1 ABORDAGEM DIALÉTICO-CRÍTICA.....	105
4.1.2 CATEGORIAS NORTEADORAS.....	107
4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	110
4.2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	110
4.2.2 A PROPOSTA DE PESQUISA.....	111
4.2.3 A ABORDAGEM.....	113
4.2.4 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	116
4.2.5 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS.....	117
4.2.6 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	118
<b>5. OS DADOS EMERGENTES DA PESQUISA.....</b>	<b>120</b>
5.1 DO INGRESSO.....	120
5.1.2 A AVALIAÇÃO DE PROCESSO.....	129
5.1.3 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE.....	149
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>201</b>

## INTRODUÇÃO

A preocupação com a proteção à infância e à juventude tem sido recorrente ao longo da trajetória de vida do presente autor, tanto profissional e quanto pessoal, tendo em vista a totalidade dos sujeitos e a unidade de um projeto político que a norteia. Além disso, deve-se considerar ainda que os pressupostos axiológicos constituem-se os mesmos, tomando formas diferenciadas de aplicabilidade de acordo com o contexto em que está inserido.

Nesse sentido, a temática da proteção à infância e à juventude tem se caracterizado como elemento indissociável do cotidiano, de forma mais intensa ao longo dos últimos cinco anos, a partir do ingresso do autor na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em um primeiro momento, para a execução direta da política de assistência social e, posteriormente, para a gestão do Programa Infância e Juventude na Coordenação da Rede Básica. Com isso, a oportunidade caracterizou-se como um constante desafio a ser enfrentado, demandando mais do que a razão para sua superação, sobretudo, paixão.

Nesse contexto, o presente trabalho representa muito mais do que uma produção teórica acerca da temática, é, sobretudo, uma possibilidade de reflexão crítica do exercício profissional no campo da política de assistência social. O estudo aqui apresentado também significa a aproximação do saber acadêmico com o cotidiano de trabalho, buscando superar os limites, qualificar as ações e romper com o pragmatismo a que é submetido, em face das demandas emergentes da realidade social e da necessidade de se produzirem respostas, reafirmando a relação dialética entre teoria-prática.

Logo, a caminhada percorrida nessa construção deu-se a partir do real e do concreto, no sentido de buscar explicações teóricas para a transformação dessa realidade, rompendo com empirismo, que, na maioria das vezes, caracteriza os processos de trabalho, sobretudo junto à política de assistência social no contexto da FASC.

Tendo como marco legal norteador a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que no seu artigo 2º, ratifica dentre os seus objetivos a proteção à família, à infância e à adolescência em situação de extremo risco social. A Fundação de Assistência Social e Cidadania, gestora da política de assistência social no município de Porto Alegre, potencializa sua atuação ao dinamizar e articular ações de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco, implementando serviços e projetos destinados a esses segmentos.

Com base nessa proposta, são constituídos os diferentes programas, com o objetivo de contribuir com a superação das situações de vulnerabilidade social em que se encontram crianças e adolescentes, o que caracteriza a política de assistência social como política de travessia.

A demanda, cada vez maior, por esse tipo de atuação vem exigindo diferentes respostas de políticas no enfrentamento dos processos de exclusão social. Nesse contexto, faz-se necessária a reflexão crítica e permanente das ações desenvolvidas pela FASC, no sentido de se qualificar os programas e serviços, bem como aumentar a efetividade e o alcance social da política na vida dos usuários.

Em contrapartida, depara-se com uma realidade que, historicamente, caracterizou-se pelo planejamento de programas e serviços, distanciados de processos de avaliação. Isso acaba incidindo na incapacidade de perceber o alcance da política e os resultados que os programas e serviços têm na vida dos usuários, contribuindo para uma imagem de pouca eficiência da Assistência Social e para um sentimento de impotência, por parte dos trabalhadores da FASC, no enfrentamento dessas questões.

Somando-se a esse contexto as diretrizes reafirmadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no que se refere à necessidade de monitoramento e avaliação dos programas, a presente pesquisa apresenta-se como uma contribuição para a instituição. Para tanto, traz uma proposta de avaliação do Programa Agente Jovem, bem como apresenta para academia o desafio de construir conhecimento ao reafirmar seu compromisso com a sociedade.



O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano está inserido na política de assistência social do município de Porto Alegre, priorizando a juventude ameaçada ou violada nos seus direitos fundamentais. Esse programa vem sendo executado desde 2000, sendo que já passaram pelos seus projetos mais de 2500 jovens. Porém, são poucas as informações sistematizadas que possam contribuir para a avaliação do alcance social do programa na vida dos usuários e das condicionalidades para sua execução.

Logo, a presente proposta consolida-se no sentido de poder contribuir com o aprimoramento do programa, a fim de qualificar a gestão da política e a aplicação dos recursos públicos, além de possibilitar aos usuários um espaço de avaliação compartilhada. Busca também ampliar a efetividade do programa e a possibilidade de transformação da vida dos usuários, por meio do fortalecimento destes para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

No primeiro capítulo desta tese, busca-se construir um referencial teórico que fosse capaz de contribuir para a compreensão da realidade, a partir do conhecimento empírico vivenciado no cotidiano de trabalho. Dessa forma, o capítulo caracteriza-se pela construção da temática “juventude em vulnerabilidade social”. Inicialmente, o capítulo centra-se em definir a juventude e defender a opção por essa categoria. Após, é feita a sistematização de produções teóricas acerca da vulnerabilidade social. Finalmente, busca-se mostrar que a juventude se constitui como um grupo vulnerável, tendo em vista as condições peculiares inerentes.

O segundo capítulo dedica-se a especificar o lugar ocupado pela juventude na agenda das políticas públicas. Para tanto, busca-se traçar a trajetória da construção de um novo marco legal, voltado para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, evidenciando que os processos de ruptura com o Código de Menores representaram muito mais do que a superação da lei. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) imprimiu uma nova lógica no campo das políticas e dos programas sociais voltados à proteção social das crianças e dos adolescentes.

Ainda no segundo capítulo, abordam-se as concepções norteadoras de juventude, considerando-as de extrema importância, uma vez que são elas que irão definir a direção social das políticas públicas. Além disso, no mesmo capítulo, trata-se de identificar a emergência da juventude na pauta das políticas públicas.

No terceiro capítulo, resgata-se a trajetória da consolidação da Assistência Social, enquanto política pública, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Para isso, busca-se compreender as determinações de âmbito nacional e as especificidades dessa trajetória no contexto de Porto Alegre, possibilitando situar o lugar do jovem na política de assistência social a partir do Programa Agente Jovem. Nesse sentido, possibilitou-se a compreensão das múltiplas determinações na execução do programa e suas especificidades em Porto Alegre.

O quarto capítulo traduz a caminhada percorrida no processo de construção da pesquisa. Com relação aos pressupostos epistemológicos, aponta-se para a opção pelo método dialético-crítico e para a escolha da contradição, totalidade e historicidade como categorias epistemológicas. No que se refere aos pressupostos metodológicos, opta-se por uma pesquisa avaliativa com ênfase qualitativa. Ainda nesse capítulo, aponta-se a escolha dos usuários e operadores do programa, como sujeitos da pesquisa, e as técnicas de coleta e análise dos dados utilizados.

No quinto e último capítulo, trabalha-se, de forma preliminar, os dados emergentes da pesquisa. Em um primeiro momento, realiza-se a análise de conteúdo das entrevistas com os jovens, na qual se buscam as categorias empíricas. Em um segundo momento, realiza-se uma interpretação preliminar dos dados, imprimindo-se um esforço em explicar as categorias empíricas a partir das categorias teóricas e epistemológicas.

# 1 JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL

## 1.1 DEFININDO A JUVENTUDE

Para se começar a falar sobre juventude, faz-se necessário explicitar que não existe uma única concepção sobre o assunto, nem tampouco consenso em relação ao tema. Considerando a complexidade da temática, cabe salientar que não se pode concebê-la sob uma única perspectiva. Nesse sentido, buscaram-se elementos a partir de diferentes aspectos: sociológicos, psicológicos, demográficos, antropológicos, biológicos, filosóficos e históricos. Com isso, busca-se, aqui, tecer algumas contribuições sobre a concepção que sustenta este estudo.

Uma questão a ser tratada no presente trabalho refere-se à própria opção pela categoria, que se dá com base em um recorte sociológico. Dessa forma, contempla uma noção de categoria sociológica, que está referenciada para além da questão cronológica, determinada por características biológicas e psicológicas, mas que engloba diferentes percepções, sobretudo, sociais e culturais.

A partir da sua compreensão enquanto categoria sociohistórica, a juventude é construída socialmente, logo, circunscrita no espaço e no tempo. Isso já sinaliza que ela perpassa por diferentes compreensões. Com base nessa observação, constata-se que, nem sempre, a juventude teve o mesmo significado para a sociedade como tem hoje. (DRAYEL,2001 )

Assim como a preocupação com a infância foi uma construção social, conforme as contribuições de Ariès (1981), pode-se dizer que a preocupação com a juventude ainda está em fase de maturação, isto é, como construção histórica, não está acabada.

Conforme diversos autores já analisaram<sup>1</sup>, a construção social da juventude se dá mais tardiamente, apontando para sua emergência a partir da modernidade. Esse processo está intimamente relacionado com a industrialização, enquanto

---

<sup>1</sup> Elias (1994); Abramo (1994); Peralva (1997); Groppo (2000).

produto das condições e demandas sociais por ela impostas, tendo em vista a generalização do trabalho assalariado e o surgimento de novas instituições sociais. A partir disso, denota-se o delineamento da juventude como categoria social.

Verifica-se, de forma mais intensa, um esforço de construção teórica acerca da temática, principalmente, nas últimas décadas do século XX, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 80. Com a declaração do Ano Internacional dos Direitos da Criança e da Juventude, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a propagar um eloqüente discurso sobre a juventude, principalmente no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento do futuro da humanidade. Com isso, pretendia também potencializar políticas públicas voltadas a esse segmento social.

Ainda que não se considere prioritário o critério etário, cabe aqui salientar esse critério, no sentido de possibilitar um recorte desse segmento e uma referência. Não existe consenso sobre isso, mas a ONU considera jovens os indivíduos entre 15 e 24 anos. Para delimitar o público ora em questão, é importante relativizar esse critério, por se tratar de uma categoria social com determinações étnicas, de gênero, culturais, sociais e econômicas, que vão contribuir para essa representação.

A idade cronológica como critério, isto é, o período de tempo dividido arbitrariamente em fragmentos da própria vida do sujeito, torna-se estática se não associada a outros critérios(...). É o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final, os períodos de transição de cada fase da vida humana (SEMENZATO, 1986).

Outro aspecto significativo a respeito da temática refere-se ao fato de que ela, enquanto categoria social, existe como representação sociocultural e situação social, com suas múltiplas determinações culturais, econômicas, de gênero e étnicas, assumindo significados distintos. (UNESCO, 2004).

Levando por base essa constatação, percebe-se que não existe uma única juventude, posto que essas múltiplas determinações vão influenciar o modo de compreendê-la e de sua existência no mundo, por meio de representações simbólicas e situações sociais. Com isso, é mais correto utilizar o conceito de “juventudes” (SPOSITO, 2003; Cardoso, 2004).

Mesmo com essa pluralidade de representações, existe uma singularidade referente a esse ciclo de vida, constituída por uma série de fatores comuns que vão garantir uma unidade nessa categoria. Essa singularidade é o próprio lugar geracional da juventude, que apresenta características comuns que vão constituindo o todo social. Essas características são formuladas por meio de valores, que passam a se manifestar de diferentes formas simbólicas e que caracterizam a unidade. Cabe ressaltar que esses valores têm incorporados aspectos de transitoriedade, uma vez que estão circunscritos histórica e socialmente (Groppo, 2000;Cardoso, 2004;).

É correto afirmar, dessa forma, que a questão da juventude é relacional a outras categorias de idade, logo, existe uma série de características que seriam próprias da juventude. Nesse sentido:

o termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem-definido pelo aparecimento da puberdade; o final varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são jovens. Por juventude, entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (SALLAS, 1999,p.23)

ABRAMO (1994, p.75) considera juventude “uma etapa de transição que processa a passagem de uma condição social, mais recolhida e dependente, a uma mais ampla; um período de preparação para o ingresso social na vida adulta”.

Nesse sentido, juventude por si só pode ser vista enquanto uma etapa caracterizada pela transitoriedade, provisoriedade (de potencialidades, de fragilidades e de simbolismos), transgressão, experimentação e consolidação da identidade ( SCHMITT, 1996; FRAGA; IULIANELLI, 2003; MELUCCI, 1997).

Ainda que se opte pela definição de transitoriedade, agrega-se aqui a compreensão de que juventude não se constitui apenas como passagem, mas adquire especificidades, portanto, agrega-se à perspectiva de processo, temporalidade e historicidade (CASAL, 1988).

A partir disso, aponta-se para a negação da naturalização, que é dada aos diferentes tempos cronológicos, como etapas rígidas e estanques, propondo uma automatização para a sua superação, sem considerar as dimensões simbólicas. Essa concepção, ainda hegemônica, determina os tipos de comportamento, ditados por um conjunto de normas socialmente construídas, nas quais cada indivíduo deve adequar-se (MORIN, 1987).

Aqui, busca-se romper com a idéia de uma transição linear ao tentar compreender que a juventude é caracterizada por diferentes processos transitórios, que não se dão de forma igual ou sincrônica. Dessa forma, concebem-se os jovens como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, considerando tanto os aspectos biológico, cognitivo e social, com vivências articuladas e múltiplas possibilidades.

## **1.2 O MARCO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Construir um marco referencial da vulnerabilidade social constitui um grande desafio, uma vez que a temática é relativamente nova. Nesse sentido, buscou-se sistematizar as contribuições já existentes e problematizá-las no campo da política social.

Ao debruçar-se sobre o foco de atuação das políticas sociais, verifica-se uma heterogeneidade de terminologias, que vêm sendo utilizadas de maneira histórica. Durante muito tempo, as políticas sociais estavam voltadas à pobreza, miséria e indigência. Posteriormente, lançou-se mão da compreensão de exclusão social. Mais recentemente, as políticas sociais passaram a se dirigir às situações de risco e vulnerabilidade social.

No entanto, ainda hoje, essas diferentes definições são utilizadas como sinônimas. Ainda que, de alguma forma, esses conceitos tenham unidade, também são marcados por diferenças, tornando impreciso o foco das políticas sociais. Não se pretende aqui esgotar cada um desses conceitos, optando-se pela vulnerabilidade social.

O desafio que ora se coloca busca contribuir para uma melhor compreensão da política social, mais precisamente, do papel da assistência social.

Para isso, compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais, tendo em vista um programa que objetive sua superação, mas que esteja voltado ao protagonismo juvenil. Assim, definir vulnerabilidade social é mais do que um exercício intelectual, objetiva colocar as políticas sociais em outro patamar (ao transcender o seu caráter focalista e paliativo) e concebê-las na perspectiva proativa e preventiva para que possam ser potencializadoras e emancipatórias.

Ao se aprofundar propriamente o marco conceitual da vulnerabilidade social, faz-se necessário tecer algumas contribuições sobre a noção de risco social, que, ainda que tênue, apresenta diferenças substanciais.

A compreensão de situação de risco foca-se no indivíduo, portanto, é revestida de caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la (Hüning, 2003). Outro aspecto intimamente ligado à noção de risco é a perspectiva da probabilidade, da previsão. ( Bernstein, 1997).

Faz-se necessário salientar que se tem buscado superar essa compreensão centrada muito mais no individual do que no contexto de seus condicionantes. Logo, a noção de situação de risco, até bem pouco tempo utilizada para definir o foco de atuação da política de assistência social, é demarcada por uma imprecisão, limitando a compreensão desse campo de atuação. Segundo Cruz, “a noção de risco pode depreender vários sentidos e significados, pois não está claro, por exemplo, quem incorre em risco” (2006, p.104).

Nesse sentido, considera-se que a compreensão de vulnerabilidade social, no presente trabalho, contempla mais a dimensão social, cultural e econômica que condiciona as possibilidades de inclusão social dos jovens. O tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais<sup>2</sup> de diferentes disciplinas há bastante

---

<sup>2</sup> Entre esses, podemos destacar: Moser (1996, 1997 e 1998). Kaztman (1999), Vignoli (2000a; 2000b; 2001). Busso (2001), Villa (2001), Abramovay (et alii; 2002).

tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. A temática estava mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento. Com isso, foram delineados os grupos de risco na sociedade, com uma visão focalizada do indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade.

Os primeiros estudos acerca do tema deram-se por meio da contribuição de Glewwe e Hall, que se restringiam à compreensão da vulnerabilidade a partir do viés econômico. Voltaram-se à capacidade de mobilidade social, uma vez que o fator econômico influencia na redução de oportunidades, interferindo diretamente nas possibilidades de acesso a bens e serviços.

Na América Latina, foi realizado por Mozer<sup>3</sup>, a partir da concepção *asset/vulnerability framework*, um significativo avanço no tema ao apontar que os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentavam apenas para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Outro avanço importante nesse estudo é que ele considera ativos<sup>4</sup> individuais como condicionantes do grau de vulnerabilidade, logo, compreende a vulnerabilidade de uma forma mais ampla.

---

<sup>3</sup> Carolina Mozer juntamente com um grupo do Banco Mundial, por meio de pesquisa de estratégias de redução da pobreza urbana (1998).

<sup>4</sup> Recursos e capacidades.



A noção de vulnerabilidade social foi trazida para o campo da saúde, principalmente, no que se refere à infecção por HIV (Mann, Tarantola e Netter, 1993; Ayres, 1996; Ayres, Calazans e França Junior, 1998), numa superação da noção de risco social como forma de ampliar a compreensão da suscetibilidade aos agravos de saúde. Essa contribuição se dá na medida em que passa a deslocar o foco do individual, considerando os aspectos do contexto social.

Assim, a vulnerabilidade social passa a ser entendida a partir de múltiplos condicionantes. Nesse sentido, “a vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e a alguns grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou revertidas” (Paulilo; Jeolás, 1999, p.1). A vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento (Vignoli, 2001; Camarano; et alii, 2004).

Outro aspecto importante na concepção de vulnerabilidade social é que ela se constitui como um produto negativo da relação entre recursos simbólicos e materiais, de indivíduos ou grupos, e o acesso a oportunidades. A partir dessa definição, a compreensão de vulnerabilidade social requer uma articulação de pressupostos objetivos e subjetivos como condicionantes (Vignolli, 2001; Figueira, 2001; Abramoway, 2002).

Aponta-se aqui para dois pressupostos que devem ser percebidos de maneira complementar e orgânica para a compreensão de vulnerabilidade social. O primeiro pressuposto deve ser percebido como risco de ser ferido ou prejudicado frente à mudança ou permanência de situações indesejáveis, como embates adversos de origem externa. O segundo refere-se à capacidade de respostas que os grupos sociais têm às mudanças e aos desafios que o meio natural e social impõe (expressos nos indivíduos como sensações de indefesa, medo e insegurança frente aos riscos de se viver em sociedade) (Busso; 2001).

Essa relação não se dá de forma linear, conforme aponta Cruz (2006, p.107), “faz referência a um processo em vez de um estado”. Nesse sentido, sobrepõe-se também à própria noção de pobreza, uma vez que a incorpora.

Percebe-se que são muitos os condicionantes da vulnerabilidade social, constituindo um conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, devido à ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades). Isso implica a aquisição de recursos simbólicos e materiais capazes de contribuir para o acesso a bens e serviços e de alguma mobilidade social.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições.

Diante desses pressupostos, a compreensão de vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo e interno. O externo refere-se ao contexto de referência, já o interno pauta-se em características básicas de indivíduos, grupos, lugares ou comunidades. Esses recursos internos são constituídos a partir do que o autor define como “ativos”. Essa estrutura de possibilidade de enfrentamento é que irá determinar maior ou menor desvantagem ou debilidade no processo de mobilidade social (Kastsmen, 1999; Figueira, 2001).

Os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social.

Os ativos físicos caracterizam-se pelo meio de vida (como moradia e acesso a bens duráveis) e meios de produção da vida material. Os ativos financeiros constituem os diferentes instrumentos financeiros formais e informais, de acesso a

crédito, poupança, cartão de crédito, caderneta, etc. Os ativos humanos, ou capital humano, são definidos pelos recursos que dispõem os lugares em termos de qualidade e quantidade de força de trabalho, bem como investimentos em educação e saúde para seus membros. Os ativos sociais são definidos por meio do atributo coletivo pautado em relações de confiança e reciprocidade, que se manifestam em redes interpessoais.

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos.

Dessa forma, a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância.

Neste sentido, a proteção social constitui

formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações (...). Nesse conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro) quanto os bens culturais (como os saberes) permitirão a sobrevivência e a integração sob várias formas de vida das coletividades (Di Giovanni, 1998, p.10).

Dessa forma, a política de assistência social, enquanto política pública de proteção social (no campo da seguridade social, articula as demais políticas), caracteriza-se como um dos instrumentos de garantia de direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia.

### 1.3 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA VULNERABILIDADE JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE

Conforme já se abordou anteriormente, juventude configura-se como categoria social, sofrendo as intercorrências sociohistóricas. Portanto, ao se falar de vulnerabilidade juvenil, não se pode ignorar o fato de que se constitui um fenômeno complexo e multifacetado, atravessado pelas múltiplas transformações societárias.

Os jovens das camadas menos favorecidas socialmente têm sido vistos como parte dos “grupos vulneráveis”<sup>5</sup> em potencial, por diversas razões e condições, caracterizando uma situação de fragilidade e merecendo especial atenção das políticas públicas no sentido de garantir apoio e promoção.

A percepção da juventude enquanto grupo vulnerável baseia-se na própria condição peculiar do ciclo de vida em que os jovens se encontram, pressupondo condição singular para o desenvolvimento (Werthein, Vignoli, 2001; Abramoway, 2002, Caramano 2004;).

Esses discursos, acabam de alguma forma incidindo na constituição das políticas públicas, legitimando estereótipos acerca da juventude, que dita norma e naturaliza processos sociais sem relativizá-los, reforçando estigmas e desconsiderando as desigualdades sociais, acaba por homogeneizar a condição juvenil na contemporaneidade.

A contemporaneidade caracteriza-se principalmente por mudanças institucionais, pela crise na família, escola e sociedade, pelo debilitamento dos laços sociais e pela fragilização dos espaços públicos. O individualismo exacerbado dita as regras de convivência social. O consumo é condicionante do existir socialmente, dando-se mais valor para o que se tem do que para o que se é. Ou pior, só se é a partir do que se tem. A incorporação de novas tecnologias e o conhecimento ocupam lugar privilegiado enquanto instrumentos importantes de progresso e mobilidade social, ao

---

<sup>5</sup> Vignoli, consultor do CELADE (Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia), tem sua contribuição a partir da análise dos “grupos vulneráveis”, compreendidos como aqueles segmentos da população que, por um conjunto de razões, são considerados mais fragilizados no enfrentamento das adversidades da sociedade, como mulheres, indígenas, idosos, crianças, imigrantes.

mesmo tempo em que se vê a reestruturação do trabalho e a precarização nas relações de produção (SANTOS, 1996; CELADE, 2000, CARAMANO, 2004; ABRAMOVAY,2004; CRAIDY, 2005;).

Nesse contexto, a condição do jovem na contemporaneidade encontra-se em contradição: de um lado, atribui-se uma posição privilegiada devido às suas características (como curiosidade, desprendimento, facilidade de aquisição de novos conhecimentos e vitalidade), sendo visto como potencial de desenvolvimento; por outro, exatamente pela condição peculiar da etapa da vida, o jovem está potencialmente exposto a diferentes fatores que o colocam em situação de vulnerabilidade.

Em se tratando de condições de classe, gênero e etnia, essas características adjacentes acabam por se potencializar. No que se refere aos jovens de classes populares, estes se inserem precocemente no mercado de trabalho, muitas vezes, a partir de atividades precárias e insalubres, sendo atravessados pela violência e pelas drogas. Além disso, os jovens negros e índios constituem alvos de discriminação, representando maior dificuldade de mobilidade social. As relações de gênero, caracterizadas pelo machismo, demarcam o cotidiano das jovens, em seus diversos aspectos, incidindo sobre diferentes formas de vulnerabilidade (como trabalho, relações interpessoais, gravidez precoce e aspectos de saúde) (IULIANELLI, 2003; SPOSITO, 2003 UNESCO, 2004; CRAIDY, 2005).

A vulnerabilidade social dos jovens pressupõe a associação de diferentes aspectos que compõem as características da juventude, com os condicionantes subjetivos (informação, recursos simbólicos, experiências e habilidades) e determinantes objetivos (contexto social, espaços de socialização como a família, escola, comunidade e sociedade), atravessadas pela complexidade dada na contemporaneidade.

Esta análise acerca da vulnerabilidade juvenil está respaldada em três dimensões: a primeira refere-se à dimensão vital, inerente ao ciclo de vida. A segunda, definida como institucional, está relacionada às relações assimétricas com o mundo adulto. A terceira diz respeito à dimensão de interação socioeconômica,

relativa aos condicionantes de inserção, vistos sob os aspectos da educação e do trabalho (Vignoli, 2001).

Não é possível pensar em vulnerabilidade juvenil sem lançar mão das múltiplas transformações societárias que se vivencia na contemporaneidade, considerando que elas têm uma implicação direta no “ser jovem hoje”. Por outro lado, não é possível deixar de considerar que elas assumem diferentes formas na vida, impossibilitando generalizações, ao contrário, defende-se que não se pode falar de juventude, mas em “juventudes”.

Conforme citado anteriormente, alguns aspectos são comuns nessa etapa do ciclo de vida, porém não se pode lançar mão de um recorte de classe, principalmente, porque este trabalho centra-se em uma parcela da juventude menos favorecida, aquela em vulnerabilidade social.

Nesse contexto, não se concebe a passagem pela juventude apenas como transitoriedade, mas como contendo importância em si mesma. Para isso, deve-se considerá-la um conjunto de características importantes (de subjetivação, de mudanças biológicas e psíquicas, de linguagem própria, da constituição de um mundo simbólico e um processo peculiar e totalizante de crescimento, que vai se constituindo a partir da interação com o contexto social e seus múltiplos determinantes)<sup>6</sup>.

A constituição da identidade assume relevância na proporção em que o jovem constitui-se enquanto sujeito, rompendo com representações sociais e normas de condutas ditadas pela sociedade, passando de identidade atribuída a uma identidade construída.

Para tanto, pressupõe-se um processo gradativo de inserção na vida social, de forma mais autônoma, no qual o jovem vai descobrindo e experimentando possibilidades nas diferentes instâncias da vida social (nas dimensões afetiva, profissional, cultural, sexual, entre outras). “Esse processo é influenciado pelo meio

---

<sup>6</sup> Essa concepção de juventude já foi aprofundada no primeiro item deste capítulo, em que se buscou tecer o marco conceitual norteador desta tese.

social concreto no qual se desenvolve e na qualidade das trocas que proporciona” (Drayell, 2001, p4).

Tendo em vista essas peculiaridades, o processo de subjetivação se dá a partir das relações construídas socialmente, portanto, os valores a serem subjetivados contribuirão na constituição dessa identidade e relacionam-se intimamente com as relações estabelecidas.

Na juventude, as características vão sendo delineadas por um complexo processo, demarcado por contradições, rupturas e conflitos, mas também por buscas e definições. Conforme se abordou anteriormente, esse processo de transição não se dá de forma linear, isto é, apresenta-se em diferentes níveis de autonomia. As opções nem sempre são acompanhadas de uma maturidade psicossocial, tampouco de informações e experiências suficientes para garantir confiabilidade nas escolhas que irão incidir no futuro.

Essa maturidade está relacionada a diferentes aspectos, não só vinculados a características pessoais, mas ao contexto e às relações sociais estabelecidas. Assim, percebe-se uma inserção social mais precoce em jovens de classes populares, seja no que se refere à vida sexual, à inserção em atividade produtiva, à gravidez precoce, ao envolvimento com o crime ou ao consumo de drogas. O que é definido como adultização precoce, ou processo acelerado de adultização (Zaluar, 2002; UNESCO, 2004).

Diferentes estágios nessa fase da vida podem ser percebidos, o que MORIN (1987) irá definir como “diferentes tempos de vida”. Ele aponta para a superação da concepção da vida (dividida em fases rígidas, determinadas por recortes cronológicos e por simultâneas vivências simbólicas), em que se podem experimentar diferentes possibilidades, sendo que uma idade não pressupõe a supressão de outra.

A partir dessa concepção, verifica-se que, mesmo que os jovens tenham “experiências da vida adulta”, não deixam de ser jovens, com todas suas singularidades, características e universo simbólico, como condição peculiar de

desenvolvimento, demandando proteção. Portanto, essa etapa corresponde também à ampliação das possibilidades de situações de risco, dadas as características como o consumo de drogas, a violência e os riscos referentes à iniciação sexual.

No que se refere ao público jovem da assistência social, essas transformações societárias somam-se à desigualdade social, à ameaça ou violação de direitos, à falta de acesso a bens e serviços, a vários processos de exclusão e à precarização de recursos materiais e simbólicos, que, por sua vez, contribuem para a ampliação do risco e da vulnerabilidade social.

Buscando-se contextualizar alguns dos condicionantes da vulnerabilidade juvenil na contemporaneidade, recorreu-se a alguns aspectos julgados importantes. Cabe salientar que não se pretende aqui esgotar cada um deles, tampouco defini-los como únicos, apenas serão considerados os mais preponderantes.

### **1.3.1 A FAMÍLIA: A FRAGILIZAÇÃO DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO**

Segundo Vignoli (2001, p. 30), a família constitui um dos espaços mais importantes de interação social, sendo responsável por potencializar ativos para as novas gerações e contribuir para a menor vulnerabilidade dos jovens. Nesse sentido, a família é potencialmente responsável por contribuir com o fortalecimento de seus membros ao transmitir ativos, que podem caracterizar-se por padrões valorativos e de comportamento no processo de socialização formal (que, além de constituir a sobrevivência, contribuem para a mudança do capital humano).

Outro aspecto refere-se aos códigos culturais e às formas de conduta transmitidas informalmente ou apreendidas pela imitação, por meio das redes de contato e de grupos de pertencimento. Há que se considerar que a relação entre os jovens e a família na contemporaneidade vem tomando novas formas, seja porque o lugar do jovem na sociedade já não é mais o mesmo<sup>7</sup> ou porque a família vem

---

<sup>7</sup> Como se apontou no início deste capítulo, a juventude é percebida enquanto categoria social, portanto, circunscrita no espaço e no tempo, com suas múltiplas determinações culturais, sociais,



sofrendo transformação (não só no que refere-se ao seu formato, mas também à forma de se organizar e desempenhar o seu papel).

O esforço aqui é mostrar que, mesmo que se tenha uma relação de conflito entre as gerações, isso não se constitui de forma tão complexa. Primeiro, porque, na contemporaneidade, a juventude não se caracteriza de forma tão contestadora quanto nas décadas passadas. Segundo, as relações familiares se democratizaram, tornando-se mais verticais. Terceiro, refere-se à própria instabilidade que a família vive, principalmente, porque ela também está vulnerável às diferentes transformações societárias, culturais e econômicas vividas pela contemporaneidade. A família, enquanto instituição, foi construída histórica e socialmente, bem como a sua função e forma de organizar-se, passando por diversas transformações.

Por meio das contribuições de Ariès (1981), pode-se vislumbrar que, na sociedade tradicional, a infância era percebida apenas como o período de fragilização. Nele, o “filhote do homem” não conseguia manter-se sozinho, assim, tão logo fosse possível o desembaraço físico, a criança passava a ser misturada com os adultos para partilhar as mesmas atividades no trabalho e em jogos.

Nesse período, a família então tinha como função “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem e mais uma mulher isolados não podiam conviver e, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas” (Ariès, 1981, p.10-11). Percebe-se que a família não tinha a função afetiva, o que não significa a ausência do amor, porém não constituía necessidade nem para o convívio, nem tampouco para o equilíbrio.

O desenvolvimento do sentimento de infância e de família passa a se dar mais concretamente a partir do século XV. Até esse período, era corriqueiro o fato de as crianças a partir de 7 anos serem separadas dos pais com o intuito de aprenderem atividades domésticas e profissionais em casas de estranhos. A transmissão de valores e de conhecimento era feita pelo convívio cotidiano das

---

étnicas e econômicas. Logo, o que caracterizava a juventude nas décadas de 60 e 70 não serve como referência para os dias atuais.

crianças com os adultos em qualquer lugar, não sendo asseguradas nem controladas pela família.

A partir do final do século XVII, algumas mudanças consideráveis podem ser notadas na história da família, como o reconhecimento da escola como local adequado para a aprendizagem (caracterizado pela influência do movimento moralizador, desenvolvido por religiosos católicos ou protestantes vinculados à Igreja, ao Estado ou às leis). Isso indica que as crianças deixaram de ser misturadas com os adultos para desenvolver processos de aprendizagem, passando a responsabilidade da educação para a escola.

Percebe-se, então, o surgimento do sentimento de afeição entre os cônjuges, bem como entre pais e filhos. Isso se deu a partir da importância que passou a ser dada à educação. Com isso, a figura da criança começa a significar o eixo central da família, rompendo com o descaso e o anonimato ao qual era submetida. Esse modelo burguês de família passou a servir então como base, tanto de organização como de funcionalidade. Durante anos, qualquer organização familiar que não respondesse a esse modelo era considerada desviante, desorganizada e desestruturada. Por se tratar de uma organização histórica e social, as mudanças significativas na sociedade acarretaram inúmeras conseqüências, uma vez que interferiram diretamente na composição, na organização e nos papéis desempenhados pela família.

Por meio dessas mudanças, a família passa a configurar-se de maneira distinta, pois assume características várias, como a heterogeneidade (uma vez que rompe com um modelo hegemônico historicamente caracterizado pela família nuclear, constituída por mãe, pai e filhos). A heterogeneidade refere-se não só ao tipo de família, ou seja, à sua forma de configurar-se, mas ao próprio sentido de ser, na natureza das relações que estabelece e na lógica que define essas relações.

Estudos realizados acerca da família em grupos populares apontam para o fato de que elas são constituídas de forma diferenciada do modelo burguês, diferindo-se em seus valores, sua composição e sua atribuição de papéis. Fonseca (1995) afirma que se faz necessário perceber a especificidade da família popular,

rompendo com a percepção de que ela constitui um reflexo distorcido e empobrecido da família moderna burguesa.

Nesse sentido, é necessário romper com visões estigmatizantes, principalmente, aquelas atribuídas às famílias das classes populares, como “família desestruturada” ou “famílias desorganizadas”, buscando respeitar os diferentes arranjos familiares e considerando a diversidade cultural, de valores e de origem.

Perceber a diversidade significa compreender a lógica interna determinada pela diferenças (sejam elas das relações estabelecidas entre adultos e crianças, das relações de afeto ou de autoridade) e perceber também as atribuições, os papéis desempenhados por cada membro e a autopercepção do grupo familiar em sua totalidade.

Alguns autores têm demonstrado que a família é considerada um valor central nos grupos populares, constituindo uma posição fundamental na organização cotidiana, no estabelecimento das relações de reciprocidade, na definição dos limites entre o público e o privado, na socialização e na reprodução do grupo. Enfim, ela é constitutiva da identidade social dos sujeitos.

As famílias das camadas populares posicionam-se de maneira distinta no processo de socialização de seus filhos, como a saída precoce das crianças e dos jovens para a rua, a inserção prematura no trabalho ou a pouca importância dada à escolarização, o que implica a ausência de um projeto a longo prazo.

Outro aspecto inerente às famílias de camadas populares refere-se à inserção da mulher no trabalho, sendo bastante significativas as transformações das relações e da organização da família no desenvolvimento de seus papéis. Na ausência da figura paterna, a mulher acaba tendo que desempenhar os dois papéis: o de manter o provimento e de estabelecer e controlar as regras. Um deles acaba fragilizado devido aos longos períodos de ausência do lar, incidindo, muitas vezes, em crianças desempenhando as atividades domésticas e cuidando umas das outras.

Esse processo, que pode ser denominado de adultização “precoce” de crianças e jovens, comumente é visto como negligência da família no cuidado e na proteção dos filhos, uma vez que esta apresenta dificuldade para tanto. Na maioria das vezes, esse comportamento representa estratégia de sobrevivência dessas famílias. Segundo Neves, “a passagem prematura e relativamente direta da infância para o início da vida adulta ou de trabalhador exalta a perda de controle dos pais diante do comportamento dos filhos” (1999, p. 80).

Outro aspecto importante a ser salientado é a noção entre público e privado, que se diferencia daquelas famílias que compõem os segmentos médios da população. Nelas, as relações de reciprocidade estabelecidas junto às suas relações de parentesco e vizinhança constituem o caráter da própria reprodução social do grupo e do processo de socialização dos seus filhos. Em última instância, tais relações entre público e privado se estendem às complexas estratégias adotadas para garantir sua existência enquanto grupo social.

É inequívoca a percepção da instituição família, que tem reconhecida sua importância na reprodução social e material e na proteção de seus membros. Independentemente do modelo ou da cultura presentes, deve-se apontar para o fato de que a família constitui espaço privilegiado, uma vez que ela representa uma matriz tanto para a constituição da identidade individual quanto social.

A família também constitui o limite entre a vida privada e pública, caracterizando-se, então, como mediadora entre as relações dos sujeitos e a coletividade. Nesse sentido, a família constitui importante agente de socialização dos seus membros, por meio da transmissão de normas, valores e costumes.

Inúmeras têm sido as conseqüências trazidas às famílias pelo processo de expansão perversa do capital, como o aumento exacerbado dos índices de desemprego, a fragilização das relações de trabalho, o aumento exacerbado dos bolsões de pobreza nas regiões metropolitanas, entre outros. Enfim, percebe-se uma série de novas configurações da refração das questões sociais, que incidem nefastamente na instituição família, contribuindo para os processos de vulnerabilidade.

As inúmeras mudanças societárias têm contribuído para uma nova configuração da família, percebida pela natureza e lógica das relações, no cumprimento dos papéis e na forma de configurar-se. As famílias vulnerabilizadas devem contar com o auxílio do Estado na perspectiva de proteção, para ter seus mínimos sociais garantidos e apoio no enfrentamento das vulnerabilidades. Nessa lógica, a matricialidade sociofamiliar preconizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) busca romper com a focalização das ações nos indivíduos, reconhecendo sua importância no contexto social e na garantia das condições de sustentabilidade para promover e incluir seus membros (MDS, 2004).

As situações de vulnerabilidade tornam-se mais expressivas tão logo aumentam os processos de desigualdade, gerados pela estrutura social, política e econômica. Dessa forma, é cada vez mais urgente que as famílias estabeleçam estratégias mais complexas para sua sobrevivência. Infere-se, com isso, que há a necessidade de se romper com determinismos econômicos na tentativa de superação das vulnerabilidades apontadas pelas famílias populares, atentando-se para outros aspectos que incidem sobre a vida e a dinâmica familiar.

Outro ponto que deve ser levado em conta é que a família precisa ser vista em sua totalidade, uma vez que as situações que geram as vulnerabilidades não são focalizadas ou isoladas, mas constituem-se em múltiplas determinações, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou políticas.

### **1.3.2 A violência nas suas diferentes expressões**

A discussão acerca da temática abrange uma complexa gama de percepções, sendo que aqui não se pretende tratar exaustivamente o assunto, mas recorrer a alguns elementos que sejam capazes de conduzir a uma melhor forma de compreendê-la enquanto fenômeno social, em sua complexidade e múltiplas expressões. O objetivo é pautar em que medida a violência perpassa a juventude como etapa da vida e se expressa como um fator determinante da vulnerabilidade juvenil.

Concebe-se aqui a violência no seu *latu senso*, considerando a transgressão, o uso da força e do poder e a violação do que é definido pela sociedade como direito e justo. Em outras palavras, caracteriza-se pela supressão da vontade, da espontaneidade e da liberdade (CHAUÍ, 1999).

A violência está vinculada à noção de alteridade, sobretudo a partir de como a sociedade convive com as diferenças. Portanto não pode ser restrita ao aspecto físico, expressando-se por meio da humilhação, coerção, ameaça e omissão.

A partir da contribuição de diferentes autores (BARREIRA, 1999; ABRAMOVAY, 2002; 2003), a violência pode ser classificada como direta, indireta e simbólica, no sentido conceber as múltiplas expressões do fenômeno. A violência direta está relacionada a atos físicos, que comprometem a integridade da vida humana, caracterizados por homicídios, genocídios, guerras, acidentes, etc. Já a violência indireta caracteriza-se pela ação coercitiva ou agressiva que implique em prejuízo psicológico ou emocional. A violência simbólica pauta-se no poder que se situa nas relações, sejam elas interpessoais ou institucionais, implicando no cerceamento de pensamento, ação e consciência dos indivíduos.

Para conceituar a violência, é preciso compreendê-la como um fenômeno complexo, multifacetado e dinâmico, atravessado por aspectos biopsicossociais. Enquanto fenômeno social, está inscrita histórica e culturalmente, portanto, passível de múltiplas interpretações. Segundo Barreira:

uma definição sociológica de violência supõe a negação de classificação apriorística. A violência é gerada e reproduzida dentro de um contexto social. A tentativa de alcançar a complexidade do problema inclui também superar oposições clássicas como bem-mal, legal-ilegal e liberdade-opressão (1998, p.16).

O fenômeno da violência vem crescendo e se transformando, constituindo um aspecto problemático na organização da vida societária, acentuando inflexões e rupturas (WIWVIORKA, 1997; WAISLFISZ, 2002; ABRAMOVAY, 2004). Compreender a complexidade do fenômeno significa perceber as diferentes formas que devem ser imputadas às pessoas, no sentido de identificar suas diferentes causas e construir estratégias de enfrentamento.

Nesse sentido, fica evidente que não é possível conceber o fenômeno a partir de uma única percepção, uma vez que se apresenta mediante formas ambíguas e difusas, sendo suas significações apreendidas a partir do contexto social no qual se inscreve.

Percebe-se também um esgarçamento na própria concepção de violência, a partir das singularidades e da significação produzidas, levando-se em consideração práticas até então tidas como corriqueiras nas relações sociais. Essas novas configurações da violência vinculam-se aos novos padrões de sociabilidade impostos por alterações nas estruturas sociais, nas mudanças da natureza do social e na percepção de direitos humanos (WAISELFISZ, 1998).

É inequívoco apontar que a violência é inerente à condição humana, que assume formas a partir dos arranjos e contextos sociais, individual ou coletivamente, na vida privada ou pública. Outro aspecto a ser considerado é que a violência tem caráter objetivo e subjetivo, isto é, o que é considerado para alguns como violento pode não ser considerado para outros. O individualismo exacerbado, que vem determinando os limites da liberdade, coloca em xeque a convivência social, dificultando a garantia de padrões regulatórios de convivência social.

As mutações sociais do mundo ocidental são explicadas sob três aspectos. O primeiro refere-se à crise no Estado-Providência. O segundo está pautado na crise dos padrões regulatórios entre a liberdade individual e a solidariedade coletiva. O terceiro e último consiste na crise cultural, que perpassa diferentes identidades culturais para garantir reconhecimento no espaço público (WIEVIORKA, 1997).

Ao analisar as causas da violência, no que se refere ao momento histórico brasileiro, aponta-se para o fato de que, no imaginário social, ela está restrita à questão da criminalidade e da delinqüência social, sobretudo por ameaçar a vida e o patrimônio das pessoas. A disseminação dessas idéias no imaginário social acaba por concebê-las como “produção autônoma”, atribuída a determinados atores, principalmente no que se refere a moradores das periferias, portanto, não faz nenhuma relação com outros determinantes (Minayo, 2003, p. 32).

Segundo Mesquita Neto:

O crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade, da falta ou má qualidade nos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos durante a transição para a democracia, e enfraquecem o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça (2001, p. 34).

Nesse sentido, pode-se falar de um paradigma contemporâneo, em que a sociedade, de uma forma geral, encontra-se em crise na família, na política, na escola, na moral, na ética, no Estado e nas relações de trabalho. Na análise do cotidiano moderno, aponta-se para a fragmentação da sociedade, demarcada pela ausência de uma unidade e de mecanismos capazes de garantir novos referenciais. Outro aspecto importante diz respeito ao imediatismo, ao instante e ao tempo presente (MAFFESOLI, 1996).

Evidencia-se uma “situação de apatia, cinismo e falta de responsabilidade social. Ninguém se responsabiliza pela evolução social e pela situação na sociedade. Há crise nas representações, nas ideologias e nas significações imaginárias” (WASELFIZ, 1998, p.151).

Nesse vácuo de perspectivas, de crenças, de perdas de valores e de ausências, a violência vem se constituindo. Expressa-se por meio do crime organizado, tráfico de drogas, violência urbana, violência intrafamiliar e violência vinculada à identidade cultural, racial, financeira e das condições de vida de uma forma geral.

A violência tem uma estreita relação com o jovem, principalmente na contemporaneidade, seja pela condição de vítima ou pela condição de ator, constituindo importante ameaça para o seu desenvolvimento saudável. Cabe salientar que não se pretende aqui restringir a relação no binômio juventude-violência, mas mostrar que, como condição peculiar da etapa da vida, ela acaba sendo mais intensa.

Segundo as estatísticas, a maior parte dos óbitos hoje no Brasil é constituída por jovens, seja por acidente de trânsito, seja por homicídios (anexo). Essa situação tem sido recorrente não só nas grandes metrópoles, mas em pequenas cidades,



sobretudo rurais. Waiselfisz (2002) tem trazido suas contribuições por meio de pesquisas sobre o mapa da violência e tem demonstrado essa trágica realidade.

A violência, enquanto condicionante de vulnerabilidade, não se restringe aos jovens, pois se vive em uma sociedade pautada pela violência em diferentes aspectos e formas. Ao considerar-se a violência como um dos condicionantes da vulnerabilidade juvenil, pretende-se, acima de tudo, pontuar no debate um entrave para o desenvolvimento saudável da juventude no Brasil.

Esse condicionante torna ainda mais complexo se visto pelo recorte étnico, de condição social, uma vez que as possibilidades de proteção e risco estão intimamente vinculadas aos recursos materiais e simbólicos. Porém, cabe ressaltar que a problemática da violência não está no jovem, mas no contexto social a que está inserido, caracterizado por profundas desigualdades sociais, pela crise de valores morais, pelo individualismo exacerbado e pela fragilidade do Estado na garantia da segurança pública.

Faz-se necessário estar atento a essa complexidade que se coloca no fenômeno da violência enquanto construção social, com suas múltiplas determinações. Um exemplo é quando a opinião pública, diante dos últimos acontecimentos na sociedade brasileira, reforça a opinião sobre a redução da idade penal como uma forma de acabar com a violência, mais uma vez, colocando no âmbito individual aquilo que é produzido no contexto social.

### **1.3.3 DROGAS: CONSUMO E TRÁFICO**

O uso de drogas não constitui um fenômeno recente, porém, a complexidade e a amplitude do consumo de drogas na atualidade apresentam-se repaginadas, seja pela fragilização dos sujeitos que acabam utilizando para suprir privações de todo tipo, seja pela oferta cada vez maior e diversificada. Considerar o uso de drogas, lícitas ou não, como um condicionante da vulnerabilidade juvenil remete ao fato de que cada vez mais jovens lançam mão desse recurso para suprir privações e buscar de alguma forma “proteção”.

A vulnerabilidade às drogas é potencializada para os jovens de baixa renda e baixa escolaridade - a maioria em nosso país - por fatores de exposição diária à violência; desmotivação em relação à escola; a falta de perspectivas de um futuro melhor; e os infindáveis apelos de consumo e lazer (Paulilo; 2000, p.7).

O consumo de drogas tem determinações objetivas e subjetivas, contudo não se pode ignorar uma conjuntura caracterizada pelo crescimento da exclusão, seja por meio do crescimento do desemprego, da falta de acesso à cultura ou de uma crise moral que assola grande parte da população, além do apelo cada vez maior ao consumo e da falta de priorização dessas expressões na agenda das políticas públicas. Enquanto produto, vê-se o surgimento de novos processos de subjetivação, principalmente, marcados pela fragilidade das relações hierárquicas tradicionais (caracterizadas pela contemporaneidade) e da autoridade familiar e comunitária.

Zaluar (2002, p. 87) aponta de que “as mudanças na organização vicinal afrouxaram o controle social informal, tradicionalmente exercido pelos mais velhos sobre os mais novos”. Os jovens, em certa medida, acabam encontrando nas drogas e no tráfico o que não é oferecido em outros espaços. A família, por também sofrer determinações dessa conjuntura, não consegue assegurar seu papel de provedora/protetora, portanto, perde também sua capacidade de se constituir como referência, isto é, como autoridade capaz de constituir limites.

Para jovens de baixa renda, moradores da periferia e das favelas, onde proliferam as organizações do crime ligadas ao narcotráfico, a iniciação ao mundo das drogas pode propiciar sentimento de proteção e de pertencimento, tanto quanto de força e de poder (Paulilo; 2000, p.6).

O tráfico acaba constituindo um espaço de reconhecimento, isto é, a possibilidade de se ter uma arma outorga um certo status, que o jovem, sobretudo de classes populares, dificilmente encontra em outro espaço.

### **1.3.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA**

Ao se buscarem elementos condicionantes da vulnerabilidade juvenil, não se pode deixar de referir dois aspectos fundamentais. De um lado, o processo de reestruturação produtiva acaba configurando um novo cenário no mundo do trabalho, implicando uma série de novos desafios para o acesso dos jovens na contemporaneidade. De outro, o processo de precarização do ensino e seu sentido na vida dos jovens forma-se como uma possibilidade de mobilidade social.

Essa reflexão objetiva trazer algumas contribuições no sentido de mostrar que a crise no trabalho, ou seja, as transformações vividas na sociedade contemporânea, acaba constituindo uma das faces da vulnerabilidade juvenil. Essa argumentação está referenciada em dois eixos, o primeiro refere-se à centralidade do trabalho na vida do homem e, portanto, um valor ainda presente na sociedade atual. O segundo, repousa no impacto da reestruturação produtiva na vida dos jovens, a partir das novas demandas e exigências emanadas, configurada pela ausência de possibilidades concretas de acesso ao mercado de trabalho.

Considerando o trabalho enquanto “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula seu intercâmbio com a natureza” (Marx, 1975, p. 202), constitui-se condição de existência humana, pois, ao produzir, o homem transforma a natureza e também se transforma como sujeito.

“A produção da vida material se dá relacionada à própria produção dos meios de vida, ao produzir estes, o homem não o faz somente do ponto de vista físico, mas produz também o próprio modo de vida” (ROCHA, 1999, p. 11).

Historicamente, a compreensão do trabalho, principalmente respaldada em uma visão capitalista, ficou reduzida ao emprego, quando este constitui apenas uma relação de compra e venda da força de trabalho. Nesse sentido, tanto no senso

comum como na academia<sup>8</sup>, existe hoje um pensamento de que o trabalho encontra-se em crise ou que perdeu sua centralidade na vida do homem. Porém, na contramão desse pensamento, existem alguns teóricos<sup>9</sup> que buscam compreender esse fenômeno, apontando para o fato de que ainda que o trabalho tenha passado por uma série de transformações<sup>10</sup>, constitui-se uma categoria central, pois é por meio dele que o homem produz e se reproduz econômica e socialmente.

Por isso mesmo, o âmbito do trabalho é o lócus da produção de bens e serviços e, simultaneamente, o lócus de idéias, de representações e simbolizações que informam e, vale dizer, são ambas condições de possibilidade ao darem forma concreta à maneira de se organizar socialmente a produção de bens e serviços (Guimarães, 2005, p. 152).

Porém, há um argumento que precisa ser salientado sobre o mercado de trabalho: essa condição de subjetivação se dá de diferentes formas. Nesse sentido, é preciso ter presente a concepção de juventude, conforme já trabalhou-se na primeira parte do capítulo. Como visto, não se pode falar em uma única juventude, ainda que existam aspectos que são comuns a essa etapa da vida. Logo, essas múltiplas determinações irão incidir em diferentes formas de socialização pelo trabalho. “Assim sendo, esperaríamos que variassem as percepções, representações, pertencas, aspirações, interesses e comportamentos dessas diferentes juventudes” (Guimarães, 2005, p. 154).

---

<sup>8</sup>Sobretudo por alguns teóricos da sociologia do trabalho, entre estes, pode-se destacar Offe (1989), que aponta que as mudanças desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva tornaram o trabalho “subjetivamente periférico” ou ainda “objetivamente disforme”.

<sup>9</sup>Antunes (1995) traz uma contribuição bastante importante, principalmente a partir da análise acerca das “metamorfoses no mundo do trabalho”, apontando que o trabalho continua sendo estruturante na sociabilidade humana, apesar das profundas transformações pelas quais vêm passando na sociedade contemporânea.

Guimarães (2005) em sua análise, baseada em uma pesquisa realizada pela Fundação Cidadania juntamente com a Fundação Perseu Abramo, intitulada “Perfil da juventude brasileira”, aponta que, apesar de teóricos da sociologia do trabalho defenderem que há uma diminuição da importância do trabalho enquanto espaço de sociabilidade na sociedade contemporânea, na fala dos jovens, essa categoria continua sendo central.

Castel (1998) aponta para o fato de que ainda que o trabalho tenha passado por profundas mudanças, distanciando-se “da concepção clássica” (1998, p. 578), ainda constitui-se uma referência para a vida societária, a partir dos diferentes aspectos sejam econômicos, culturais, psicológicos ou simbólicos.

<sup>10</sup>Essas transformações incidiram tanto no processo de produção, a partir de novas formas de gestão e organização do trabalho, da inserção de novas tecnologias, das novas relações que se estabeleceram, o que se denominou como reestruturação produtiva, como também na forma de organização da classe trabalhadora, culminando assim em substanciais mudanças no trabalho (Lojkine, 1995; Oliveira, 1996; Mota, 1998; Freire, 2003).

Um segundo aspecto recorrente nesta análise são os efeitos da reestruturação produtiva, sobretudo em relação aos jovens. Primeiramente, faz-se necessário apontar que “o trabalho passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente institucionalizados” (Guimarães, 2005, p.155).

A compreensão de que o desemprego gerado pelo processo de reestruturação produtiva não se caracteriza apenas de forma conjuntural, mas também estrutural, dadas as condições impostas pelo padrão de crescimento econômico. Logo, os postos de trabalho fechados não serão reabertos, bem como as possibilidades do mercado em absorver novos ingressantes estão cada vez menores, tanto em termos absolutos, como relativos, implicando substancialmente o aumento do contingente de desempregados (Branco, 2005, p. 132).

Salienta-se que são muitos os postos de trabalho fechados, como também se ampliaram e tornaram-se mais complexas as exigências para o acesso ao trabalho (Todeschini, 2006,p. 21). Apesar do reconhecimento do desemprego como fenômeno generalizado, ele aparece estar, de forma mais significativa, relacionado a um viés etário e social, acometendo famílias urbanas e jovens (Quadros, 2001, p. 6).

Ao verificar-se o comportamento das taxas de desemprego, com base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que faz um recorte etário nas taxas de desemprego das regiões metropolitanas, percebe-se que, em 2003, o desemprego na faixa dos 15 aos 17 anos representava 38,15%. Na faixa dos 18 aos 24 anos, correspondia a 23,25%, sendo que os jovens representam 61,40% da população desempregada no país. Dentro desse contexto, evidencia-se que os jovens têm sido o maior contingente atingido pelo desemprego no Brasil.

Nas análises acerca das causas do desemprego juvenil (Pereira; Chaves Júnior, 2001, Pochmann, 2001, 2004, LESBAUPIN; Mineiro, 2002, Frigotto, 2004,

Lima Couto, 2004), dois fatores aparecem de forma preponderante. O primeiro diz respeito à oferta, o segundo refere-se à questão econômica intimamente relacionada à demanda de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que as causas do desemprego juvenil são estruturais e não conjunturais. Uma das contribuições de Sanchis (1997) é que o jovem apresenta-se em condição desfavorável em relação ao adulto, dada a sua capacidade de produtividade, somado ao inferior capital humano e de experiência.

As novas exigências, que vão para além da escolaridade e capacitação profissional, caracterizam-se pela demanda de experiências anteriores, principalmente, no que se refere ao mercado formal.

De qualquer forma, é generalizada a percepção de que as difíceis condições vigentes no mercado de trabalho são particularmente adversas à imensa maioria de jovens 'despreparados', projetando um cenário bastante problemático para o futuro. É entre os jovens que se encontram as mais elevadas taxas de desemprego (Quadros, 2001, p. 6).

Esse componente etário pode ser melhor vislumbrado na tabela abaixo em anexo, referente a evolução da desocupação ficando evidente que a maior parte do contingente de desocupados é constituída por jovens e que a evolução da desocupação tem se dado sobre os jovens.

No que se refere a jovens de classes populares, percebe-se um processo de adultização precoce, o qual já buscou-se caracterizar anteriormente, fazendo com que o jovem acabe tendo uma inserção no mercado de trabalho a partir de condições precárias, ou pelas más condições ou pela baixa remuneração (FRIGOTO, 2004; Branco, 2005; Todeschini, 2000).

Essa inserção precária e precoce, atrelada aos baixos níveis de escolaridade e à impossibilidade de ter comprovada a experiência, acaba por contribuir para processos de exclusão ainda maiores. A ausência de garantida a sua sobrevivência, principalmente quando a família não o faz, somada à ausência de políticas públicas que viabilizem possibilidades concretas de reprodução social, fazem com que os

jovens acabem encontrando no tráfico e na exploração sexual a única alternativa. O que Frigoto (2004), com referência na física, irá definir como “ponto da não-reversibilidade”.

Outro aspecto a ser considerado nesta problematização acerca da vulnerabilidade juvenil é a baixa escolaridade, não só demarcada pelos altos índices de defasagem, mas também pela significativa e precoce evasão escolar. Não se pode lançar mão do reconhecimento da má qualidade do ensino a que esses jovens têm acesso. Ainda que se tenha percebido um certo avanço nos investimentos públicos em educação, essa melhora ainda não representa possibilidade de alteração do contexto vigente (Todeschini,2000; Dayrell, 2003).

As experiências escolares desses jovens, mesmo apresentando situações específicas, deixam claro que a instituição escolar é pouco eficaz no seu aparelhamento para enfrentar as condições adversas de vida com as quais vieram se defrontando, não constituindo referência de valores no seu processo de construção como sujeitos (Dayrell, 2002, p.123).

Nesse sentido, o problema não se resume apenas à questão do acesso no alcance social do ensino, uma vez que os projetos político-pedagógicos não respondem às demandas dos jovens na contemporaneidade. Em outras palavras, os conteúdos trabalhados na escola estão distanciados do contexto social, reproduzindo conteúdos formalizados, abstratos para os jovens.

Ainda conforme as contribuições de Dayrell (2002, p. 124) ao analisar a condição de jovens pobres na sociedade contemporânea, aponta que estes estão

vivenciando formas frágeis e insuficientes de inclusão num contexto de uma nova desigualdade social: aquela que implica no esgotamento das possibilidades de mobilidade social para a maioria da população. Nela a pobreza mudou de forma, de âmbito e conseqüências. Se para as gerações anteriores estava posta, mesmo que remotamente, a perspectiva de mobilidade por meio da escola e/ou do trabalho, para os jovens de hoje, não mais se apresenta”.

Essa contribuição reforça o fato de que a escola, distanciada das demandas dos jovens na contemporaneidade, acaba revestida de uma ausência de sentido, sobretudo, para os jovens pobres. Da mesma forma que as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, que imprimem uma nova lógica e novos desafios para a sua inserção, essa ausência coloca-se como entrave para que os jovens possam produzir materialmente e se reproduzir socialmente.

Portanto, o enfrentamento desse condicionante da vulnerabilidade juvenil se dá para além da centralidade de ações nos jovens. Conforme os argumentos aqui usados, são múltiplos os fatores condicionantes do acesso do jovem à produção material. Nesse sentido, é necessário um enfrentamento político capaz de propor alterações na dinâmica social.



## **2 A JUVENTUDE NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **2.1 DO CÓDIGO DE MENORES AO ECA: O LUGAR DO JOVEM NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS**

Esta análise objetiva mostrar a constituição de um marco legal na garantia dos direitos da criança e do adolescente, principalmente no que se refere à questão da juventude. A partir disso, pretende verificar as diretrizes norteadoras para a consolidação das políticas públicas voltadas a esse segmento.

#### **2.1.1 PRESSUPOSTOS PROPULSORES DA MUDANÇA**

A partir do final dos anos 80, com o fim da ditadura militar, pôde-se perceber a revitalização da sociedade civil, por meio da emergência de movimentos sociais organizados, de novos arranjos partidários e do crescimento do associativismo, demarcados pelo esforço de democratização do Estado.

Esse cenário acaba instaurando um outro paradigma na relação entre Estado e sociedade civil, na construção da esfera pública, caracterizado pelo antagonismo, pela correlação de forças e pela resistência, mas sobretudo pela possibilidade de aproximação, negociação e atuação conjunta, o que vai denominar-se como “bandeira da participação da sociedade civil” (Dagnino, 1994; Dagnino, 2002, p. 9).

Esse processo de democratização do Estado se expande com maior força e velocidade a partir da Constituição de 1988, na medida em que define novas bases de relação entre sociedade civil e Estado, caracterizando-se como “um marco formal”, pois instaura um novo marco legal (Dagnino, 2002, p.13).

A Constituição de 1988 pode ser definida como a “Constituição Cidadã”, uma vez que representou significativos avanços no campo dos direitos, imprimindo uma nova lógica a diferentes políticas, sobretudo as sociais, bem como atribuindo um

outro papel para o Estado e para sociedade civil, principalmente no que se refere à partilha de poder (Dagnino, 1994).

Por conseqüência, os anos 90 caracterizaram-se como um período fundamental no que se refere ao processo de democratização e à luta de garantia de direitos, implicando em uma redefinição das políticas públicas em diferentes áreas (Sader, 1998; Mendonça, 2002).

A partir da pressão de movimentos sociais organizados e de lideranças militantes no campo dos direitos humanos (sobretudo no campo dos direitos da criança e do adolescente), começam a emergir questões éticas e sociais acerca dos resultados das políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente. Nesse contexto, iniciou-se um debate na sociedade sobre a necessidade de superação do Código de Menores, caracterizado pelo caráter assistencialista, repressor, preconceituoso e limitador do desenvolvimento saudável da infância e da juventude (Rizzini, 2000; Leite, 2001; Bazílio, 2003; Silva, 2005).

Essa discussão constituiu-se um movimento nacional organizado, por iniciativa de lideranças jurídicas e sociais que militavam no campo dos direitos da criança e do adolescente. Era objetivo discutir aspectos importantes a serem contemplados em uma nova lei, a partir da premissa do compromisso do Estado em garantir educação e assistência, de forma digna e respeitosa, sem discriminação de nenhuma natureza. Essa nova legislação deveria apontar para a necessidade do reconhecimento da igualdade a todas as crianças e rompendo com o caráter estigmatizante do Código de Menores, lei até então vigente.

Com isso, a mobilização popular foi de fundamental importância na proposição de mudanças substanciais nesse novo marco legal, no que se refere ao apontamento de desafios para sua homologação e implantação, além do rompimento de práticas historicamente estabelecidas e resistências apresentadas por diferentes setores da sociedade. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nasce como fruto da luta de vários segmentos organizados da

sociedade, pelo reconhecimento da condição de direito (Rizzini, 2000; Rizzini;1999 Barker; Cassaniga, 1999).

O momento mais intenso desse processo coincide no Brasil, com o momento de enorme discussão da assembléia constituinte encarregada de redigir a nova Constituição. Desse modo, os movimentos sociais conseguem plasmar na nova Constituição, aprovada em 5 de outubro de 1988, os princípios básicos da Convenção Internacional, muito antes que essa última fosse aprovada (Mendez, 1998, p.115).

A Constituição de 88, juntamente com o ECA, imprime uma nova lógica no marco legal de proteção à criança e ao adolescente. O ECA, lei nº. 8069/90, caracteriza-se pela regulamentação do Art. 227 da Constituição de 88, pautada pelos preceitos da garantia de direitos, reafirmando o compromisso assumido pelo Brasil, por meio do Decreto nº. 99710/90, enquanto signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU, 1989 ; Rizzini, 1999; 2000).

A Doutrina da Proteção Integral foi adotada pela Constituição Federal, que a consagra em seu Art. 227 [...]. O texto constitucional brasileiro, em vigor desde o histórico outubro de 1988, antecipou-se à Convenção, uma vez que o texto da ONU veio a ser aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 (Saraiva, 1999).

Tanto a Constituição de 1988 como o ECA buscam traduzir os preceitos preconizados pela Convenção Internacional, constituindo base sociojurídica e propondo uma reformulação nas relações das crianças e dos adolescentes com o Estado e com os adultos (Mendez, 2000; Santos, 2001; Silva, 2005).

## 2.1.2 O NOVO PARADIGMA PARA O MARCO LEGAL VOLTADO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES

Mais do que uma mudança doutrinária, o ECA introduz um novo paradigma na perspectiva da garantia de direitos. Esse novo paradigma aponta para mudanças substanciais em três eixos: conteúdo, método e gestão (Silveira; *et alli*, 1997; Leite, 2001).

### 2.1.2.1 CONTEÚDO

No que se refere ao conteúdo, destaca-se sobretudo a concepção norteadora da lei. O primeiro aspecto significativo a ser ressaltado é o **reconhecimento da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos**, em contraposição à condição de objeto, de *menor*, perante os adultos. Aponta, também, para o reconhecimento de todas as crianças em condição de igualdade à garantia de direitos. Além disso, rompe com o caráter estigmatizante, assistencialista e segregador sustentado por várias décadas pelo Código de Menores, que separava “crianças” de “menores”, para designar criança pobre, marginalizada.

O caráter mais perverso desse Código de Menores e da sua fundante doutrina da situação irregular estava na homogeneização da categoria “menores”, em que adolescentes autores de infrações penais e adolescentes vítimas de todo tipo de abusos e exploração eram tratados igualmente por uma ação concreta de caráter penal eufemisticamente denominada de tutelar (Volpi, 2001).

Outro aspecto importante refere-se ao reconhecimento incondicional da criança e do adolescente como pessoas em **condição particular de desenvolvimento** e, portanto, há a necessidade de se garantir direitos fundamentais (Oliveira; *et alli*, 1997; Leite, 2001; Volpi, 2001; Rizzini, 2000).

A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e de dignidade (Art. 3º).

A mudança da relação de crianças e de adolescentes com o Estado e com os adultos, mencionada anteriormente, pode ser exemplificada pelo fato de que, além do reconhecimento da condição de direito estabelecida pelo ECA, aponta-se para a responsabilidade de todos na garantia desses direitos:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º).

Rompe, também, com outro aspecto recorrente da Doutrina da Situação Irregular, principalmente no que se refere à supremacia do Estado sobre a família. A institucionalização das crianças e dos adolescentes se dava como medida protetiva, na impossibilidade de a família poder garantir a sua proteção (principalmente no que se referia às famílias pobres ou pela questão da delinqüência).

“Qualquer criança ou adolescente que estivesse incomodando a população ou ameaçando a segurança pública poderia ser recolhido em instituições fechadas, sem direito à defesa e só sair dali por ordem judicial” (Leite, 2001, p.40).

E essa saída, muitas vezes, acontecia somente quando fossem completados 18 anos, limite da idade legal.

Importante destacar o direito da convivência familiar e comunitária, bem como, o reconhecimento da família como espaço insubstituível de proteção e socialização primária, dos seus membros, por meio da transmissão de normas, valores, costumes independente do formato, modelo e feições que assume. Caracteriza-se por espaço privilegiado, por limite entre a vida privada e pública e por ser

mediadora entre as relações dos sujeitos e a coletividade, portanto, representando uma matriz tanto para a constituição da identidade individual como social.

“Toda criança ou adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária” (Art. 19).

“A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder” (Art. 23).

“Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio” (Art. 23, Parágrafo único).

Evidencia-se a responsabilidade do Estado em garantir condições para que a família possa garantir seu papel de protetora.

Pautado na **Doutrina da Proteção Integral**, o ECA rompe com a Doutrina da Situação Irregular, que demarcava o antigo código de menores, de caráter funcionalista e criminalizante da pobreza, em que a criança e o adolescente eram enquadrados como “carentes”, “abandonados” ou “delinqüentes”, sendo atribuída ao Estado a tutela por meio de medidas judiciais (Leite, 2000; Volpi, 2000).

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Art. 86).

Essa Doutrina da Proteção Integral aponta para a incompletude das políticas, na qual nenhum programa ou serviço pode ser pensado como um fim em si mesmo. Portanto, o atendimento deverá ser garantido a partir de um conjunto articulado de políticas públicas, deliberadas com o conjunto da sociedade por meio de conselhos de direitos (Rocha, 2006).

Ao adotar a Doutrina de Proteção Integral da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolida e reconhece a existência de um novo sujeito político e social que, como portador de direitos e garantias, não pode mais ser tratado por programas isolados e políticas assistencialistas, mas deve ter a atenção prioritária de todos, constituindo-se num cidadão, independente de sua raça, situação social ou econômica, religião ou qualquer diferença cultural (Volpi, 2001, p. 34).

Nesse sentido, o ECA propõe uma nova lógica na forma de execução das políticas setoriais, nas quais o trabalho em rede constitui-se uma estratégia para garantir a efetivação da proteção integral, rompendo com a segmentação dos sujeitos que historicamente demarcaram a execução das políticas sociais (Viana,s/d; Volpi, 2001; Rocha, 2006).

Assim, a efetivação da Doutrina de Proteção Integral pressupõe a consolidação de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com a finalidade de possibilitar sua materialidade (Silva, 2005).

Esse Sistema de Garantia de Direitos (SGD) aponta diretrizes e normas que devem reger a política de atenção a crianças e adolescentes, por meio de ações a serem desenvolvidas pelo poder público nas diferentes esferas de governo, bem como nos diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Essas ações foram pensadas em três eixos: da promoção, da defesa e do controle.

A efetivação do SGD pressupõe a existência subsistemas que regem as políticas sociais básicas, considerando, de forma especial, as situações peculiares.

### **2.1.2.2 MÉTODO**

No que se refere à mudança de método, a **municipalização** é outro aspecto introduzido no campo das políticas públicas por meio da Constituição de 88, reconhecendo o município como local privilegiado para a execução dessas políticas.

A municipalização representa o compartilhamento da responsabilidade na execução das políticas públicas, atribuindo competências às três esferas de governo: município, estado e União. Colocou-se em contraposição ao modelo do Código de Menores, que se caracterizava pela execução nas três esferas de governo, mas sobretudo na centralização, uniformização e sobreposição das ações.

O processo de municipalização possibilita maior autonomia e efetividade nas ações, pois o município conhece a sua realidade e, portanto, suas prioridades (Silva, 1997; Silva; *et alli*, 2005).

A municipalização é a forma de ampliar a democratização da sociedade brasileira, porque descentraliza as decisões. A municipalização é o poder próximo e suscetível à pressão popular e, portanto, mais legítimo e democrático, fortalecendo os poderes locais e a sua participação na gestão da coisa pública. Trata-se, pois, do fortalecimento dos municípios para a gestão autônoma das políticas sociais de atenção à criança e ao adolescente, subordinadas às prioridades e aos interesses locais (Silva, 1997).

O processo de municipalização pressupõe um novo ordenamento nas relações entre as três esferas de governo, portanto, implica na ruptura com a verticalização e centralização e com o distanciamento do contexto local (Carvalho, 2000).

### 2.1.2.3 GESTÃO

Um dos aspectos mais significativos da mudança de gestão está colocado na questão da **descentralização**, que, de certa forma, constitui uma das características impressas às políticas sociais a partir da Constituição de 88, outorgando um compartilhamento do poder na deliberação das decisões e na aplicação dos recursos por meio dos conselhos.

No que tange à garantia de direitos a crianças e adolescentes, o ECA aponta para a criação de dois dispositivos: os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos, ambos com importante função, mas distintas competências.



O Conselho Tutelar constitui um órgão permanente e autônomo, com caráter não-jurisdicional. É o órgão executivo da política de garantia de direitos, encarregado, pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Deve fiscalizar e tomar providências para impedir a ameaça ou violação em relação aos direitos da criança e do adolescente e aplicar as medidas protetivas mais adequadas e convenientes à criança e ao adolescente (ECA, Art. 101, I a VII). É constituído pela sociedade civil, por meio da escolha da população, nesse sentido, assume parte das funções antes desempenhadas pelo poder judiciário.

O Conselho de Direito constitui órgão deliberativo, que tem por objetivo formular políticas, articular as ações de proteção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Portanto, é responsável pelo controle social das políticas voltadas para a infância e juventude, além de ser um canal legal de participação, pois é constituído de forma paritária por instâncias governamentais e não-governamentais (Silveira, 1997; Carvalho, 2000; Volpi, 2001; Silva, 2005; Rocha, 2006).

Dessa forma, os movimentos pela infância sedimentam uma nova doutrina de participação da sociedade na formulação, no controle e no atendimento do direito infanto-juvenil. Portanto, o processo de democratização participativa da sociedade é instituído nos Conselhos (Silva, 2005).

A participação outorga a sociedade o controle social, a partir do acesso a informações acerca dos programas e serviços, políticas ampliação do debate, dos processos decisórios, das prioridades e aplicação dos recursos.

Esse caráter permite à sociedade controlar os projetos e as ações a fim de que se voltem para o coletivo e que se levem em conta as prioridades, fazendo com que os recursos financeiros sejam destinados à maioria da população, atendendo às suas necessidades básicas (Silveira; *et alli*, 1997).

Esta tabela visa abordar um paralelo entre o Código de menores e o ECA, apontando, de forma didática, a mudança de paradigma:

**TABELA 4**

	<b>CÓDIGO DE MENORES</b>	<b>ECA</b>
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Menorista</li> <li>▪ Doutrina da situação irregular</li> <li>▪ Institucionalização - medida protetiva</li> <li>▪ Atribuída ao Estado a tutela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Direito</li> <li>▪ Reconhecimento da condição de sujeito</li> <li>▪ Doutrina da proteção integral</li> <li>▪ Condição peculiar de desenvolvimento</li> <li>▪ Institucionalização - ato infracional</li> <li>▪ Aponta para incompletude das políticas</li> <li>▪ Pressupõe o sistema de garantia de direitos</li> </ul>
Método	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uniformização de ações</li> <li>▪ Execução nas três esferas de governo</li> <li>▪ Sobreposição de ações</li> <li>▪ Verticalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Descentralização</li> <li>▪ Municipalização</li> <li>▪ Compartilhamento de responsabilidade</li> <li>▪ Atribui competências a três esferas de governos</li> </ul>
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centralização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participativa</li> <li>▪ Controle social</li> <li>▪ Conselhos Tutelares</li> <li>▪ Conselhos de Direitos</li> </ul>

### **2.1.3 A IMPLANTAÇÃO DO ECA NO CONTEXTO DE PORTO ALEGRE: A CONSOLIDAÇÃO DA GARANTIA DE DIREITOS AOS JOVENS**

Em Porto Alegre, esse cenário torna-se ainda mais propício para a democratização da esfera pública. Além da emergência de movimentos sociais organizados, de novas configurações partidárias, do crescimento e do surgimento de ONGs, ainda há um governo de esquerda, que prima por instituir uma nova lógica na gestão do Estado, sobretudo, por configurar uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade civil na construção da esfera pública. Há, também, um esforço da sociedade civil na busca contínua pela ampliação de espaços de

participação em processos decisórios da condução e constituição das políticas públicas.

Essa nova lógica vai sendo construída por meio de diferentes espaços, sejam eles formais ou não. As últimas duas décadas vêm sendo assim caracterizadas. Porém, essa relação entre sociedade civil e Estado não caracterizou-se pela linearidade, mas pela contradição, pela fragmentação, pela articulação, pela correlação de forças, pela atuação conjunta e pela oposição.

Esse novo cenário então se constitui a partir das mudanças nas práticas de diferentes atores sociais, sobretudo no âmbito local.

## **2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL**

### **2.2.1 CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE SUSTENTADORAS DAS POLÍTICAS**

A priorização de jovens nas políticas públicas é bastante recente, intensificando-se de forma mais significativa a partir dos anos 90. Essa discussão se coloca, em um primeiro momento, como perspectiva da ameaça de exploração demográfica, atrelada aos padrões de comportamento sexual e de nupcialidade, isto é, ao potencial reprodutivo desse segmento. Com isso, o foco das políticas públicas está voltado para a fecundidade de mulheres com menos de 20 anos.

As discussões, de uma forma geral, são respaldadas na instabilidade gerada pelas significativas mudanças na contemporaneidade, sobretudo, no que se refere ao mercado de trabalho, ao aumento crescente da violência e à mortalidade juvenil (DSTs/AIDS). Portanto, percebe-se que essa inserção da juventude nas políticas públicas está caracterizada pelo negativismo e determinismo e giram em torno da contradição entre criminalidade e inserção social, descartando qualquer possibilidade de participação ativa e de escolhas (Zaluar, 1997).

Essa perspectiva atribui à juventude o risco de continuidade social, a partir da dificuldade de se integrar e de aderir aos processos de socialização ditados pelo mundo adulto (Abramo, 1997).

A mídia, de uma forma geral, reforça essa imagem de inconsistência e periculosidade do jovem, sobretudo, quando faz referência a negros e pobres (Coimbra, 2003; Caramano *et alli*, 2004).

A elaboração de políticas públicas voltadas às necessidades dos jovens pressupõe romper com a própria compreensão que está estabelecido sobre a juventude (geralmente, uma compreensão reducionista e determinista, pautada em estereótipos e estigmas).

Ao se falar de políticas públicas no Brasil, não se pode fazê-lo sem considerar as especificidades históricas do país, das quais se destaca o esforço pela modernização e pelo processo de democratização. Ao mesmo tempo, ainda é possível perceber práticas arcaicas, sustentadas por relações de poder e valores oligárquicos, o que Martins (1994)<sup>11</sup> define como “história lenta”.

Essa contradição entre modernização e conservadorismo remete à vivência de diferentes processos sociais simultaneamente. Um exemplo disso é a coexistência de práticas assistencialistas, clientelistas e tutelares, diante de uma das legislações mais avançadas no campo dos direitos da criança e do adolescente.

No campo das políticas para juventude, essa contradição acaba sendo refletida em diferentes propostas, calcadas em concepções, muitas vezes, antagônicas. Isso pode ser percebido uma vez que, depois de 15 anos de promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), ainda se houve, não só do senso comum, mas também de autoridades, referências ao jovem como “menor”.

---

<sup>11</sup> MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.

Nesse sentido, a atual situação está muito distante de uma universalidade na garantia de direitos, pois ainda há um grande número de jovens pobres, analfabetos (ou com significativo atraso escolar e altos índices de trabalho infanto-juvenil, evidenciado mais uma face do arcaísmo). Há também a emergência de iniciativas inovadoras que possuam como eixo o jovem, numa perspectiva de práticas participativas, democráticas e protagônicas.

No âmago dessa discussão, é pertinente ter como princípio a necessidade de se perceber a juventude enquanto fase da vida, em sua pluralidade, na medida em que é atravessada por aspectos culturais, sociais, econômicos e étnicos. Na constituição das políticas públicas, essa precisão parece não estar evidente, uma vez que considera a juventude como um todo homogêneo.

A análise acerca das políticas para a juventude aponta para a necessidade de uma distinção entre condição juvenil, pautada no modo como a sociedade concebe esse momento da vida e da situação juvenil, referindo-se às condições concretas do ser jovem com seus diferentes atravessamentos (Abad, 2002).

Outro aspecto importante a ser salientado é que a concepção de infância deu-se historicamente, assim como a de juventude. Não se pode deixar de apontar que essas noções se deram a partir da ótica da sociedade burguesa, portanto, refletem relações de poder que se sustentam em hierarquias econômicas, culturais e de idade. No cerne das políticas públicas, disputam interesses e, com isso, há representações sociais diferentes.

Embora haja essa pluralidade das representações sociais sobre a juventude, defende-se que existe uma singularidade referente a esse ciclo de vida, que, na perspectiva de configuração de políticas geracionais, demanda diferentes formas de intervenção do Estado. Dessa forma, dois aspectos são fundamentais para essa compreensão: de um lado, a construção da identidade, uma vez que se rompe com a concepção de etapa transitória (historicamente defendida), identificando-a como fundamental para a constituição da vida adulta; de outro, está a experimentação por meio de um vasto campo de escolhas e caminhos possíveis.

## 2.2.2 OS EIXOS NORTEADORES PARA A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À JUVENTUDE NO BRASIL

Ao se falar de eixos norteadores, faz-se necessário perceber que estão intimamente atrelados a concepções de juventude, e estas irão dar a direção política da intervenção nesse segmento.

No Brasil, percebe-se a coexistência de concepções de juventude, muitas advindas de diferentes campos, muitas vezes caracterizadas por oposições. Historicamente, a percepção da juventude esteve atrelada a noções de problemas sociais, por meio da pobreza, da violência, do uso de drogas e do desemprego. Nessa perspectiva, foram constituídas as políticas públicas, em que o jovem era colocado ou na condição de vítima ou na condição de delinqüente. Apenas recentemente deu-se a percepção de sujeito.

Atualmente, percebem-se ações voltadas para a juventude calcadas em orientações que nortearam diferentes processos históricos. Entre elas, pode-se citar as ações de capacitação profissional (voltadas para inserção no mercado de trabalho), de incentivo ao aumento da escolarização (ações atreladas à idéia de mobilidade social) e de ocupação do tempo livre (caracterizadas por atividades de cultura e lazer). Essas ações relacionam-se com orientações dos anos 50, que se davam na perspectiva de **integração dos jovens no processo de modernização**. Percebem-se, ainda, ações de **controle social**, que foram potencializadas no período autoritário, voltadas à juventude organizada, de classe média, com o objetivo de contestação da ordem vigente. Hoje, essas ações são deslocadas para a juventude pobre e marginalizada das periferias, em que se percebe o caráter de contenção a possíveis comportamentos violentos e **disruptivos**.

Outra vertente de ações está pautada em teorias emergentes dos anos 70, nas quais há a perspectiva o jovem enquanto **capital humano**. Nesse contexto, ocorre a defesa de investimento, sobretudo educacionais, como forma de potencializar a sua capacidade rentável.

É possível identificar ações que primem pela inclusão de jovens marginalizados por meio de **políticas compensatórias** ou de práticas voltadas à potencialização de estratégias de possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

No centro das diferentes concepções e dos eixos norteadores das políticas públicas para a juventude, estão refletidas as disputas de diferentes grupos sociais. Não se pode deixar de reconhecer que as políticas públicas podem produzir impacto na sociedade, pois são capazes de imprimir novas percepções e propor outras formas de compreensão da realidade, rompendo com estereótipos historicamente construídos sobre os jovens, suas demandas e relações com o mundo adulto (Sposito, 2003, p. 63).

É exemplo disso a luta pelos direitos da criança e do adolescente, que culminou no ECA, constituindo-se não só um novo ordenamento jurídico, mas o rompimento com uma condição de inferioridade, uma vez que pauta-se em uma concepção plena de direitos.

### **2.2.3 A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE NA PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS**

A questão da juventude como pauta das políticas públicas toma mais vulto no Brasil, principalmente, a partir dos anos 90, após o ECA, sendo que as antigas instituições passam a se reordenar e novas propostas de trabalho com os jovens começam a emergir.

Outro aspecto significativo a ser destacado é a promulgação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), que passa a garantir a Assistência Social enquanto política de direito, rompendo com o caráter assistencialista, caritativo, clientelista e tutelador historicamente caracterizado.

Esse novo aparato jurídico passa então a imprimir uma nova face às políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. Nessa trajetória, vai se tecendo a

rede de proteção social voltada para a garantia de direitos, constituindo, na sociedade, ainda que de forma gradativa e não homogênea, uma nova representação social do ser criança e do jovem.

Cabe ressaltar que as iniciativas foram massivas no que tange à proteção à infância. Na seqüência desse processo, as ações voltadas para a proteção à adolescência se deram de forma mais tímida. No que refere-se à juventude de forma mais ampla, percebe-se um vazio, pois o ECA faz um recorte etário, deixando à margem os jovens adultos. Esse aspecto merece considerável importância nesta análise, uma vez que maioria está pautada no aspecto legal.



### **3 O JOVEM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA AGENTE JOVEM NO CENÁRIO NACIONAL E SUAS ESPECIFICIDADES EM PORTO ALEGRE**

#### **3.1 UM NOVO PARADIGMA PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A LOAS constituiu avanço significativo no que se refere ao reconhecimento da Política de Assistência Social como direito, assinalando o dever do Estado na garantia de mínimos sociais para quem dela precisar. Um dos aspectos importantes a serem considerados está relacionado à necessidade se romper com o entendimento de “assistência” como assistencialismo ou tutela, mas percebê-la como política de seguridade, que garante aos cidadãos um conjunto de garantias na busca de redução de riscos e superação das vulnerabilidades sociais.

Apesar dos avanços apontados pela LOAS no sentido de balizar a atuação da Assistência Social enquanto política de seguridade, faz-se necessário instalar o debate amplo e continuado acerca das concepções e ações que permeiam a execução da política e da direção social, na garantia dos direitos e da ampla cidadania.

Outro aspecto que relevante é a forma que essa assistência está sendo constituída, uma vez que Sposati (2001, p. 56) a define de “cidadania invertida”, na qual o reconhecimento se dá pelo não ter, ou por ser necessitado, pobre, ou seja, a inclusão se dá pela exclusão.

A mesma autora aponta que a superação dessa perspectiva está no reconhecimento da assistência enquanto política de proteção e de seguridade social, apontando para o fato de que, embora tenha havido avanços significativos no que se refere ao processo de gestão, essa concepção constitucional não é incorporada institucionalmente.

É imprescindível essa discussão para a superação deste modelo conservador constituído historicamente instaurado e mantido por relações entre Assistência Social e organizações Sociais na perspectiva da filantropia.

Faz-se necessário pensar a Assistência Social enquanto política setorial de proteção social, neste sentido compete a esta responder a um conjunto de necessidades sociais na perspectiva da responsabilidade pública.

Sposati ainda chama atenção para o atendimento da exclusão social:

“A Assistência Social é política com conteúdo próprio voltado para provisão da segurança e de vigilância, da universalização de mínimos sociais, entendidos como padrões básicos de inclusão. Essa provisão opera diretamente para a superação de algumas vulnerabilidades que fragilizam o cidadão em sua sobrevivência, existência e autonomia, bem como o enfrentamento das adversidades do viver (...) a natureza das necessidades que ela cobre ultrapassa a dimensão biológica para incluir também relações de autonomia, convívio social e de equidade” (2000, p. 62).

A Política de Assistência Social, segundo a mesma autora, tem o papel da travessia, ou seja, ela deve potencializar a capacidade de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e contribuir para a autonomia do sujeito.

## **3.2 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: O LUGAR DO PROGRAMA AGENTE JOVEM**

### **3.2.1 O CENÁRIO NACIONAL**

#### **- A Política de Assistência Social no Governo Fernando Henrique-1994-2001**

O governo de Fernando Henrique Cardoso esteve inserido em um contexto de grandes avanços no campo dos direitos. Nesse sentido, percebeu-se um esforço da sociedade em garantir as novas conquistas asseguradas pela Constituição de 88 e dar materialidade aos direitos recém-conquistados.

Nessa perspectiva, estava também circunscrito o intenso processo de mobilização para garantir, efetivamente, que a assistência social se constituísse de fato enquanto política pública, afiançadora de direitos, visto que não bastava garanti-la por meio legal, mas romper com as concepções e práticas historicamente produzidas no enfrentamento da pobreza (calcado em ações fragmentadas, focalizadas, pontuais e com poucos recursos).

Se, por um lado, havia expectativas no sentido de se garantir a constituição de uma política pública de assistência social a fim de assegurar os princípios da LOAS, por outro, sabia-se que a conjuntura era desfavorável, em face dos ideais e compromissos assumidos pelo governo na perspectiva de integrar o Brasil no mercado mundial e dar continuidade ao processo de expansão do neoliberalismo.

Os desafios postos ocorriam no sentido de garantir as condicionalidades de inserção na nova ordem mundial. As profundas mudanças estavam condicionadas ao processo de globalização, pautado nas orientações do Consenso de Washington,

que condicionava a redução do papel do Estado ao campo social e a redução dos investimentos em políticas públicas (GENTILLI, 1995; DRAIBE, 1993; COUTO, 2003).

Em vez de buscar romper com a dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento social, o governo ancorou seu projeto político na estabilização econômica e a apontou como condição para o crescimento e, por consequência, para o desenvolvimento social (Raichelis, 1998).

Percebe-se, então, uma significativa reestruturação do Estado, demarcada pelo processo de privatização e pela diminuição da sua presença no campo das políticas sociais. O cenário político era demarcado pelo esforço de articular a perspectiva neoliberal com a ambição social-democrata no enfrentamento da questão social (Carvalho, 1995; Yasbek, 2001).

Os ajustes puderam ser percebidos a partir da Medida Provisória n° 813, que, com força de lei, reorganizou a Presidência da República e os Ministérios, incluindo o extinto Ministério do Bem-Estar Social e com ele a LBA (Legião Brasileira de Assistência). As ações assistenciais então foram distribuídas entre diferentes ministérios. Percebeu-se se o fortalecimento daquilo que, ao contrário, pretendia se romper: a focalização, a segmentação e a pulverização dos recursos, na contramão do processo de consolidação da LOAS (Raichelis, 1998; Boschetti, 2003).

Dessa forma, foi criada a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social, vinculados ao Ministério da Previdência e

Assistência Social. As ações voltadas para a garantia de direitos, sobretudo da infância e da adolescência, foram remetidas ao Ministério da Justiça (Raichelis, 1998; Boschetti, 2003).

Junto a isso, o governo lança o seu programa-âncora no enfrentamento à pobreza: Comunidade Solidária<sup>12</sup>, vinculado à Casa Civil e presidido pela Primeira Dama, sob a justificativa de que se tratava de coordenação de ação, pois contava com a mobilização da sociedade e não com definição política. Caracterizou-se por ser um programa focalizado e imediatista, de caráter seletivo, uma vez que priorizava o atendimento aos miseráveis, reduzindo-se as ações de combate à fome e à pobreza.

Tenta-se uma cisão entre benefícios e direitos, uma vez que a Assistência Social, por meio do MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social passa a ser reduzida aos benefícios, ao passo que o programa de enfrentamento da pobreza se dá vinculado à Presidência da República, logo, dissociado do controle social e de um projeto de cidadania defendido pela LOAS.

De um lado, a SAS-Secretaria de Assistência Social, foi pautada pela responsabilidade do comando único da assistência no âmbito federal; por outro, o Comunidade Solidária constituiu-se como estratégia de combate à pobreza.

---

<sup>12</sup> Esse programa tinha por objetivo coordenar as ações governamentais voltadas para os segmentos sem meios de garantir a sua subsistência, em especial, programas de enfrentamento à pobreza e ao combate à fome. O diferencial desse programa estava na potencialização da articulação com a sociedade civil no controle da execução. A sua atuação estava relacionada às áreas de nutrição, alimentação, serviços urbanos, moradia, saneamento, desenvolvimento rural, geração de trabalho e renda e promoção social com ênfase na criança e no adolescente.

Esse contexto foi demarcado pela estagnação e pelo retrocesso no processo de implementação da LOAS, que Boschetti (2003, p. 127) define como desconhecimento ou desconsideração com seus princípios e suas diretrizes. Esse retrocesso e estagnação foram caracterizados não só pela pulverização das ações e, conseqüentemente, dos recursos (ferindo a prerrogativa do comando único), como também infringiram os princípios de participação e controle social, uma vez que esta gestão foi marcada por medidas provisórias, imprimindo assim o caráter autoritário e tecnocrático na condução da política.

O governo de Fernando Henrique Cardoso manteve alguns serviços já existentes antes mesmo da promulgação da LOAS, sobretudo no que se refere aos serviços de ação continuada.

Em 1996, foi implantado o Brasil Criança Cidadã, voltado para crianças de 7 a 14 anos, destinando ações de cultura, esporte e lazer. No mesmo ano, o governo implantou também o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), destinado a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em situação de trabalho, com repasse de bolsa de R\$ 25,00 (bolsa cidadã) para área rural e 40 para área urbana.

O ano de 1997 foi caracterizado pela implantação do programa de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, denominado de Sentinela.

Em 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC, foi instituído o PGRM (Programa de Garantia de Renda Mínima), ainda que vinculado à educação, era financiado com recursos do FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social.

A partir de 2000, com a aprovação do PPA 2000-2003 ,perceberam-se alguns avanços no campo dos programas, sobretudo porque a SEAS-Secretaria de Assistência Social passou a coordenar o Projeto Alvorada<sup>13</sup>. Não se pode deixar de apontar que este programa, mais uma vez, reforçou o caráter focalista da política de assistência desse governo, uma vez que priorizou alguns municípios em detrimento de outros, no que se refere ao compromisso do Estado na sua competência e na garantia da democratização do acesso aos recursos (Boschetti, 2003).

Nesse mesmo ano, o Plano Nacional de Segurança (PNS) contemplou programas da assistência social, entre eles, o PETI, Agente Jovem, NAF e Sentinela, dinamizando e ampliando a dotação orçamentária para os referidos programas.

As ações voltadas à juventude ganharam espaço a partir deste ano, sendo implementados os programas Serviço Civil Voluntário, Centro de Juventude e Agente Jovem, ambos com o eixo central no protagonismo do jovem e na sua comunidade.

A implantação do Agente Jovem, na maioria dos municípios, considerou indicadores de violência juvenil, todavia, foi implantado por meio de emendas

---

<sup>13</sup> Programa voltado a municípios com baixos índices de desenvolvimento humano, cujo objetivo era aportar programas de geração de renda, educação e assistência social, por meio dos diferentes ministérios, visando potencializar esses municípios (Boschetti, 2003).

parlamentares, sobretudo, nos municípios menores. Só no ano seguinte passou a se constituir como programa, de ação continuada, mas nem todos os municípios que tiveram acesso ao programa, mediante emenda parlamentar, tiveram garantida a sua continuidade.

É preciso considerar que, nesse processo de estruturação da política de assistência social, os programas continuaram sendo geridos em Brasília, sem considerar as diferentes realidades, cabendo aos municípios apenas a sua execução. Cabe lembrar que a Constituição Federal, posteriormente referendado pela LOAS, aponta o município como locus privilegiado para o reconhecimento das demandas e, portanto, da descentralização do atendimento. Ainda que fosse garantida a prerrogativa do co-financiamento, os municípios tiveram de adequar-se para dar conta dessa “enxurrada” de programas vindos da esfera federal e estadual, uma vez que mantiveram-se como executores das suas ações específicas.

#### **- A Política de Assistência Social no Governo Lula- 2002-2005**

O governo Lula, caracterizado pela posição de esquerda, é marcado pelo desafio de priorizar o social como meta de desenvolvimento para o país e de garantir as prerrogativas apontadas na LOAS para a efetivação da implementação da política de assistência social como política pública de proteção social. Nesse contexto, foi criado o Ministério da Assistência Social, mantendo os programas sociais do governo anterior, numa perspectiva de ampliação da expansão, e implantando novos programas. Entre eles, pode-se citar:



- PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), num primeiro momento, denominado Casa da Família;
- Bolsa-Família, que consistiu a unificação do Bolsa-Escola, do Vale-gás e do Vale-alimentação, no sentido de se constituir como programa de repasse de renda.

Paralelo a isso, deu-se a implantação do Ministério de Segurança Alimentar, cujo carro-chefe foi o programa “Fome Zero”<sup>14</sup>, caracterizando-se como a ação mais importante do governo, até então, na área social.

No segundo ano de governo, os dois ministérios foram fundidos em um único, sob a denominação de Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Assistência Social passa a ser coordenada pela Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS, já o Bolsa-Família fica com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania- SNRC<sup>15</sup> e o Programa Fome Zero passa a situar-se dentro da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

O ano de 2004 é marcado por diversas capacitações, bem como pelo amplo processo de discussão acerca das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social- PNAS, envolvendo as três esferas de governo, municípios, estados e União. A Política Nacional de Assistência Social- PNAS a foi aprovada em setembro de 2004 em uma reunião descentralizada, ampliada e participativa do Conselho

---

<sup>14</sup> Caracterizar o programa.

<sup>15</sup> Essa cisão das secretarias entre o Programa Bolsa-Família e os demais programas da assistência social aponta como dificuldade a gestão da política na sua integralidade, não só no que se refere à esfera federal, mas sobretudo aos municípios.

Nacional de Assistência Social- CNAS, sendo publicada por meio da resolução nº145 em 15/10/2004.

A Política Nacional de Assistência Social deliberou sobre a implementação das diretrizes, dos princípios e da operacionalização da Assistência Social enquanto política pública, constituindo-se produto da construção coletiva de municípios, estados e União, bem como de diferentes setores da Assistência Social.

O grande diferencial desta política é a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social<sup>16</sup>), que se caracteriza por um modelo de gestão descentralizado e participativo na regulação e organização, em todo o território nacional, das ações socioassistenciais. Estas definem e organizam os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política, normatizando padrões nos serviços, na qualidade do atendimento, nos indicadores de avaliação e resultado, na nomenclatura dos serviços e na rede socioassistencial.

O SUAS tem por objetivo assegurar a concretização dos preceitos da LOAS, no sentido de garantir seus princípios e suas diretrizes. Busca integrar o Governo Federal com estados e municípios e garantir unidade entre programas e serviços no âmbito da Assistência Social. Nesse sentido, possibilita assegurar à Assistência Social um conjunto de programas, serviços, projetos e benefícios capazes de promover, de forma integrada às demais políticas, o processo de inclusão social.

O SUAS é norteado por eixos estruturantes, que dão sustentação à consolidação da política social e propõem materialidade aos princípios e às diretrizes já apontados pela LOAS.

Primeiramente, a *matricialidade sociofamiliar* instala um novo paradigma para a política de assistência social, buscando romper com uma lógica consolidada

---

<sup>16</sup> O SUAS constituiu uma deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social.

historicamente, centralizada no indivíduo. Considera a família como foco prioritário, reconhecendo o núcleo familiar<sup>17</sup> como espaço insubstituível de proteção e socialização primária, independente do formato, do modelo e das feições que assume. Aponta para a reafirmação da família enquanto núcleo natural e fundamental da sociedade (com direito à proteção da sociedade e do Estado), reafirmando princípios já apontados na Constituição Federal de 88- Art. 226; LOAS, Art.16; na Declaração dos Direitos Humanos, ECA) .

O segundo eixo estruturante é a *descentralização político-administrativa e a territorialização*, apontando também para uma nova lógica de gestão e execução, uma vez que esta concebe a política pública de assistência social a partir do território (considerando história, cotidiano e universo cultural da população, identificando problemas concretos, potencialidades e soluções). Nesse sentido, implica em pensar o atual desenho da atuação da rede socioassistencial, redirecionado na perspectiva de sua diversidade, complexidade e cobertura.

No que se refere à descentralização, compreende a reafirmação das competências em cada esfera de governo: municípios, estados e União. Logo, pressupõe descentralização efetiva com transferência de poder de decisão, de competência e de recursos com autonomia das administrações dos microespaços na elaboração de diagnósticos sociais.

O terceiro eixo é o *financiamento*, que consiste em comprometer as três esferas de governo: municípios, estados e União e garantir um percentual fixo para financiamento da Assistência Social. Entre os desafios que se colocam, está a ampliação de fontes de financiamento.

O quarto eixo caracteriza-se pelo *controle social*, no qual se busca fortalecer o controle social, por meio de diferentes espaços, sobretudo, dos conselhos e das conferências, e ampliar espaços de participação.

---

<sup>17</sup> Nesse sentido, é entendida como um conjunto de pessoas unidas por laços sanguíneos, afetivos ou de solidariedade.

O quinto eixo pode ser definido por *novas bases para a relação entre sociedade civil*, que pressupõem a presença do Estado como referência global para a consolidação da política pública. Cabe ao poder público conferir unidade aos esforços sociais, a fim de compor uma rede socioassistencial e romper com práticas isoladas, ajudas parciais e fragmentadas, assegurando direitos de forma integral. Concebe a execução de programas e serviços por meio de OG (Organizações Governamentais) e parcerias com ONGS (Organizações Não-Governamentais).

O sexto eixo caracteriza-se pela participação dos usuários, apontando-se para a viabilização de mecanismos de participação, com vistas a ampliar o acesso a informações sobre a garantia de direitos e o nível de participação propositiva, tanto no espaço dos conselhos como das conferências.

A política social está organizada sobre duas perspectivas: de proteção social básica e de proteção social especial.

- Proteção social básica - Deve ser executada a partir do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social<sup>18</sup>). Tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos. Caracteriza-se por ações de fortalecimento de vínculos intrafamiliares, da convivência comunitária e do desenvolvimento do sentido de pertencimento às redes microterritoriais. Alia informação e encaminhamentos com posterior acompanhamento, inserção nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção social - básica e especializada - da assistência social e das demais políticas públicas e sociais. Entre os serviços previstos, encontra-se o ASEMA (Ação Socioeducativa em Meio Aberto), plantão e grupos de convivência.

---

<sup>18</sup> Unidade pública estatal que atua com a família e indivíduos no contexto comunitário, visando à orientação e ao fortalecimento do convívio sociofamiliar. Situa-se em áreas de vulnerabilidade social (até 1000 famílias), portanto, atua no contexto comunitário. Possibilita a inserção na rede de proteção básica e especializada.

- Proteção social especial – Deve se realizar por meio do CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social<sup>19</sup>) e tem por objetivos proteger as vítimas de violência e agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo que amplie a sua capacidade para enfrentar, com autonomia, os revezes da vida pessoal e social; monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; desenvolver ações para a eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais.

O atendimento destinado a famílias e indivíduos com risco pessoal e social, que têm seus direitos ameaçados ou violados, mas que mantêm vínculos familiares e comunitários, demanda proteção social especial de média complexidade.

Essa modalidade de atendimento pressupõe “o acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma que comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada” (PNAS, 2004, p. 31).

A proteção social especial caracteriza-se pelo atendimento às situações de risco (que demandarão intervenções em problemas específicos) ou abrangentes (modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa, situação de rua, situação de trabalho infantil e outras). Essa proteção está caracterizada pela complexidade, portanto, divide-se em média complexidade e alta complexidade:

- A proteção especial de média complexidade caracteriza-se pelos serviços que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos com

---

<sup>19</sup> É um equipamento que presta serviços de proteção especial de média complexidade junto às famílias, seus membros e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. Diferencia-se da proteção social básica por tratar-se de um atendimento focado na violação de direitos. Exige maior estruturação técnico-operacional, atenção especializada, mais individualizada e acompanhamento sistemático e monitorado.(MDS,2004)

seus direitos violados, cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Possui serviço de orientação sociofamiliar, plantão, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade de pessoas com deficiência e medidas socioeducativas em meio aberto (PSC e LA).

- A proteção social de alta complexidade define-se pelos serviços que garantem a proteção integral, moradia, alimentação e higienização para famílias, membros e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Compõe a proteção especial de alta complexidade casa de passagem, república, albergue, família substituta, atendimento integral institucional, casa lar, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e trabalho protegido.

Cabe salientar que este governo consolidou a proposta de uma política nacional de assistência social, há muito esperada, pautada nos princípios da LOAS e nas deliberações das conferências, sobretudo naquelas que defendiam a implementação do SUAS, colocando a assistência social em um outro patamar.

O governo citado possibilitou a reafirmação da prerrogativa de política pública de proteção social, apontando para novas formas de gestão, de controle social e de organização da política. Todavia, os programas hoje existentes (a exemplo PETI, Agente Jovem e Sentinela) encontram-se da mesma forma de sua concepção, salvo algumas modificações pontuais que tenham sofrido. Nesse sentido, ainda que tenha-se avançado na proposta mais ampla da política, faz-se necessário garantir a consonância entre essas propostas e os programas que dão sua materialidade.

### 3.2.2 O CENÁRIO DE PORTO ALEGRE

No ano de 1993, foi deflagrado o primeiro movimento de consolidação da Política de Assistência Social em Porto Alegre preconizada pela LOAS. Para tanto, foi criado um grupo de trabalho, constituído por diferentes pessoas envolvidas com a Política de Assistência Social, denominado de *Foro Municipal de Assistência Social*, sob a coordenação da FESC (Fundação de Educação Social e Comunitária,) a fim de elaborar um Plano Municipal de Assistência Social.

Ao final de seis meses, o Foro Municipal de Assistência Social concluiu o trabalho pautado na Constituição de 88 no que se refere à nova concepção de assistência social e ao Projeto de Lei da LOAS, que na época tramitava na Câmara do Deputados. O plano apontou para três eixos: concepção de assistência social, sistema municipal de assistência social e gestão.

O segundo movimento do grupo após a conclusão do plano, juntamente com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi torná-lo público por meio da I Conferência Municipal de Assistência Social. As deliberações<sup>20</sup> do evento deram-se a partir dos eixos propostos no plano e passaram a nortear as ações da Assistência Social, no sentido de constituí-la de fato como política pública.

---

<sup>20</sup> Entre essas, pode-se destacar a reafirmação da concepção de política pública articulada às demais políticas setoriais. No que concerne à organização do sistema municipal de Assistência Social, apontava para duas redes, uma de atendimento à infância e outra de atendimento à população adulta. No que se refere à gestão, foi apontada a criação de duas instâncias: a do Conselho Municipal e da CRAS (Comissão Regional de Assistência Social), constituída a partir das 16 regiões do OP (Orçamento Participativo), enquanto descentralização da representação do Conselho Municipal nas diferentes regiões.

O Foro Municipal de Assistência Social permaneceu com a responsabilidade de levar a cabo as deliberações da conferência, encaminhando à Câmara Municipal o Projeto de Lei que instituíu o Conselho Municipal de Assistência Social (BIASI, 1996).

No que concerne à gestão da política, a coordenação de governo optou por não criar uma secretaria municipal de Assistência Social, mas atribuir à FESC tal competência. Assim, encaminhou, para a Câmara de Vereadores, um Projeto de Lei para regulamentar o comando único da política<sup>21</sup>, propondo a extinção do MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre)<sup>22</sup>.

O ano de 1994 pode ser percebido como um marco na trajetória da consolidação da Assistência Social em Porto Alegre, conforme preconiza a LOAS, uma vez que o comando único é instituído<sup>23</sup> sob responsabilidade da FESC, que passou a ter como competência:

“Formular, promover e coordenar a Política de Assistência Social, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando promover, a quem dela necessitar, benefícios e serviços que promovam acesso à vida digna e ao atendimento das necessidades básicas do indivíduo”.(BIASI, 1996)

Nesse sentido, a FESC passou por um reordenamento, na perspectiva de adequar-se às novas competências, constituindo-se uma fundação com personalidade jurídica de direito público (regida sob o regime jurídico estatutário),

---

<sup>21</sup> As ações de assistência social, até o momento, encontravam-se diluídas entre diferentes secretarias, entre estas SMSAS (Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social), pela FESC e pelo MAPA (Movimento Assistência de Porto Alegre). Nesse contexto, os equipamentos da SMSAS, voltados para as ações de assistência, e do MAPA passam a constituir o patrimônio da FESC.

<sup>22</sup> Era vinculado ao gabinete da Primeira Dama, desenvolvia ações no campo da assistência.

<sup>23</sup> Lei Municipal n. 7414/95.



deixando de ser subordinada à SMED (Secretaria Municipal de Educação)<sup>24</sup> e passando a ser supervisionada pelo gabinete do Prefeito.

A FESC também é reordenada no que diz respeito à direção técnica, que passa a ser constituída por duas coordenações: de educação comunitária (responsável por desenvolver atividades nos centros comunitários e UO - Unidade Operacional Centro<sup>25</sup> -, por meio dos programas Girassol<sup>26</sup>, idoso, lazer, recreação, cultura, geração de renda e grupos de aprendizagem desportiva) e de assistência social (com responsabilidade de planejar, implantar e articular ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social, como forma de garantir as diretrizes apontadas pela LOAS).

A coordenação de assistência social era então composta por duas equipes, uma de *serviços e programas* (responsável pelo Albergue Ingá Brita, implantação da casa de passagem para crianças vítimas de violência, da casa lar, do programa Sinal Verde<sup>27</sup> e do NASF -Núcleo de Apoio Sociofamiliar e outra de *apoio social* (responsável pelas ações do plantão social, albergue municipal Bom Jesus, abordagem de rua e pesquisa de população adulta de rua<sup>28</sup>).

---

<sup>24</sup> A FESC foi pautada nos princípios do desenvolvimento de comunidade, portanto, até esse momento, a FESC tinha como propósito desenvolver ações de *educação comunitária*, de cunho desportivo, cultural e de lazer, por meio dos centros de comunidade.

<sup>25</sup> Voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

<sup>26</sup> Este programa caracterizava-se pelo atendimento extraclasse.

<sup>27</sup> Voltado para o atendimento de meninos e meninas em situação de rua, principalmente para aqueles com situação de mendicância.

<sup>28</sup> Foi realizada em parceria com a Faculdade de Serviço Social da PUCRS e constituiu um movimento bastante importante para a consolidação de ações voltadas para essa população.

Nesse período, a rede de abrigagem foi ampliada por meio da implantação da casa de passagem para crianças vítimas de violência e pelo conveniamento com entidades não-governamentais.

Cabe salientar que o movimento pelos direitos da criança e do adolescente passa atuar, de forma mais intensa, no sentido de pressionar o poder público para a implantação de programas e serviços como forma de efetivar os preceitos apontados pelo ECA e pela LOAS, demandas traduzidas pelas deliberações das conferências municipais e pelo controle social dos respectivos conselhos.

Ao mesmo tempo, esse período é marcado também pelo aumento considerável de crianças e adolescentes em situação de rua, o que demandou uma intervenção mais pontual do poder público nesse enfrentamento.

Para fazer linha de frente a essa problemática, foi criado o Programa Sinal Verde, bem como outros serviços que garantissem a retaguarda no atendimento às situações de rua, não apenas relacionado à criança e ao adolescente, como também à população adulta.

No início da consolidação da Política de Assistência Social, percebe-se claramente uma cisão entre as ações já desenvolvidas pela FESC (no campo da ação comunitária) e a organização de programas e serviços voltados para a assistência, constituindo um paradoxo de renovação e continuísmo<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Essa cisão ainda é percebida nos dias atuais, não pela constituição da política, que muito já avançou no sentido de garantir aquilo que é propósito da assistência social, mas principalmente pelos ranços ainda presentes na unificação das ações da assistência social com as de educação social e comunitária. Martinelli (1993) define que não há imagem sem que tenha havido uma identidade que a

Em 1995, novos serviços de atenção à rua são implantados<sup>30</sup>, ampliados e reordenados no sentido de qualificar as ações. Nesse mesmo ano, são implantadas as CRAS -Comissões Regionais de Assistência Social (BIASI, 1996).

O ano de 1997 é marcado por outro reordenamento da direção técnica, agora no sentido de organizar a política por segmento, a qual passa a contar com três coordenações: população adulta, de criança e adolescente e de assessoria comunitária. No mesmo ano, ocorre o reordenamento, apontado pelas deliberações da II Conferência Municipal, no que tange à gestão da rede. Com isso, a política passa a ser gerenciada e executada a partir das regiões, na perspectiva de garantir seu acesso nas diferentes regiões da cidade, bem como e maior autonomia a partir das especificidades regionais.

Dessa forma, a cidade é dividida em nove gerências regionais, contemplando as 16 regiões do OP. Essas gerências têm como competência administrar os serviços próprios, articular a rede socioassistencial da região (fazendo interface com a CRAS e o CT) e garantir o princípio da articulação com as demais políticas setoriais.

Ainda em 1997, ocorre o processo de expansão do programa NASF, já de forma descentralizada, além de efetuados convênios para a execução do trabalho educativo. Nesse mesmo ano, é escrito o projeto do SASE (Serviço de Apoio

---

configure. São vários os motivos que contribuem para isso. O primeiro refere-se à união de propósitos antagônicos em uma mesma instituição, enquanto a função de desenvolvimento comunitário estava a serviço da comunidade de uma forma geral, a partir do momento em que é gestora da assistência, passa a ser de quem dela necessitar. Nesse sentido, além de mudar o foco de atuação, passa a atender um outro público. Outro aspecto diz respeito ao técnico que ingressa na instituição com um propósito e passa a atender a outro de forma compulsória.

<sup>30</sup> Abrivência: abrigo e casa de convivência.

Socioeducativo), constituindo um marco referencial para as ações socioeducativas<sup>31</sup>, até então realizadas sob forma de extraclasse com o nome de Projeto Girassol.

A entrada do novo milênio é marcada por uma enxurrada de programas e serviços, advindos das esferas federal, estadual (de maneira menos significativa) e do próprio município. Entre esses novos programas, pode-se citar o PETI, Agente Jovem, Centros de Juventude, PEMSE, Sentinela, Família Cidadã, PAIF, SASE-Travessia, OP da Juventude, GRANPAL.

Paralelamente a isso, a atuação da FASC é expandida de maneira considerável a partir das demandas do Orçamento Participativo. Essa expansão refere-se tanto às demandas regionais (caracterizadas basicamente pela ampliação ou implantação de convênios dos programas já existentes, ou descentralização do atendimento a partir da implantação de módulos de assistência social) quanto à *Temática da Assistência Social*, apontando lacunas de atendimento e propondo novas ações, como o caso do SASE-Travessia e Centro de Convivência do Idoso.

Percebe-se um esgarçamento da capacidade de gestão e execução da política, ainda que tenha realizado concurso público para contratação de recursos humanos, implantado novas estruturas por meio de módulos e ampliado o atendimento pela parceira com a sociedade civil (por meio de convênio com ONGs). Depara-se com dificuldades na supervisão de programas e serviços, não só pelo

---

<sup>31</sup> O projeto buscou dar um norte metodológico para o programa, apontando para a reafirmação das diretrizes do ECA, sobretudo no que se refere à proteção integral e ao reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento. Outro aspecto importante é o delineamento da ação da assistência social naquilo que é sua especificidade, principalmente no que tange à proteção social. A proposta caracterizou-se por um espaço de proteção social e desenvolvimento dos sujeitos na sua integralidade, contando com oficinas culturais, pedagógicas, recreativas/desportivas e espaços de socialização por meio de grupos e assembléias.

tamanho da rede socioassistencial existente hoje no município, como também pela diversidade e complexidade de serviços que hoje desenvolve tanto na rede básica, quanto na rede especializada.

Atualmente, a área técnica da FASC está dividida entre Rede Básica e Rede Especializada. A Rede Básica é responsável pelos programas, projetos e serviços necessários nas comunidades, destinados à população de baixa renda vulnerabilizada, mantendo vínculos familiares e comunitários. O atendimento se dá de forma descentralizada, próximo ao local de moradia dos usuários, por meio de nove Centros Regionais e 15 módulos de Assistência Social, da parceria com a sociedade civil e convênios com ONGs (111), constituindo, regionalmente, a rede socioassistencial.

Ainda que tenha havido um investimento significativo na construção e implantação de equipamentos de assistência social próprios da FASC, à partir de 1995, principalmente no que refere-se aos módulos de assistência social e aos abrigos e casa de passagem, o processo de coveniamento foi proporcionalmente muito maior. Sendo ampliado significativamente ao longo dos anos, tendo como instrumento de demanda o Orçamento participativo-OP, através da organização das comunidades e das Entidades não governamentais que demandavam serviços. Demarcando uma profunda contradição no campo da Assistência Social, no que refere-se a gestão da política, caracterizada por um governo de esquerda até 2005, que de um lado definia a defesa da política de assistência social enquanto prioridade de governo, de outro, sob o discurso do esgotamento da capacidade do município em garantir o atendimento direto, não priorizou a primazia do Estado.

O governo que assumiu em 2006, encontrou situação ainda pior, na medida em que o município assumiu o convênio com o Governo Federal para execução do Programa Sentinela, bem como a ampliação do número de metas do PETI de 2000, para 4000 metas, somado a isso a demanda de ampliação de convênios apontados pelo OP. Neste sentido a lógica do convênio permanece, principalmente porque a demanda vem aumentando consideravelmente e as condições de recursos humanos vem sendo reduzida, o processo de convênio tem sido ampliado em proporções geométricas.

Ainda que esteja previsto no SUAS o estabelecimento de convênios para a execução dos programas e serviços de assistência social considerando que

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaço de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso (MDS, 2004)

Esse processo de convênio não veio acompanhado do aumento do número de técnicos para a supervisão das ações. Neste sentido a gestão da política, no que refere o acompanhamento das ações convênios em alguma medida acaba prejudicado, merecendo uma maior problematização não só dos gestores e técnicos, mas também do controle social, através do conselho municipal de assistência social

A coordenação da Rede Básica está organizada por público:

- *Programa Família Apoio e Proteção* - Caracteriza-se pelo atendimento individual e familiar; reuniões quinzenais com grupos de famílias; visitas domiciliares; repasse mensal de bolsa-auxílio; participação dos técnicos responsáveis em reuniões com outros órgãos e de rede, visando acompanhamento e integração dos serviços. É constituído pelo NASF, PETI, PAIF e Bolsa-Família. Conta com os seguintes benefícios: Bolsa-Auxílio: a) NASF (R\$ 200,00) por um ano e meio, composta com recurso Federal, Municipal e PETI; b) PETI (R\$ 40,00 por criança repassados pelo Governo Federal e complementado pelo município quando não alcança R\$ 200,00 por família).
- *Atendimento Social à Comunidade* - Constitui espaço de escuta das demandas e avaliação para inserção nos programas da rede socioassistencial. Destina-se a cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Caracteriza-se pela sala de espera, atendimento individual, encaminhamento, visitas domiciliares e avaliação para programas, contando com benefícios como vale-foto, vale-transporte e cestas básicas emergenciais.
- *Infância e Juventude SASE* - Tem por objetivo garantir, em consonância com o ECA e LOAS, o acompanhamento, em regime de atendimento socioeducativo em meio aberto, às crianças e aos adolescentes com direitos ameaçados ou violados, visando à proteção integral e ao exercício efetivo da cidadania. Destina-se a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O atendimento no turno inverso ao da escola por meio de: apoio pedagógico, grupos de socialização, assembléias, oficinas esportivas, recreativas e culturais.

- *Trabalho Educativo* - Objetiva a preparação ao mundo do trabalho. Destina-se a adolescentes de 14 a 18 anos em situação de vulnerabilidade. Realiza-se no turno inverso ao da escola, por meio de oficinas de conhecimentos básicos, específicos, culturais e desportivos.
- *Agente Jovem* - Objetiva proporcionar à juventude, em situação de risco, a formação de agentes jovens de desenvolvimento social e humano para a atuação no apoio de ações de cidadania que busquem o desenvolvimento comunitário integrado. Destina-se a adolescentes em situação de vulnerabilidade social: egressos de PETI, em cumprimento de medida socioeducativa e em situação de abrigagem. Realiza-se no turno inverso à escola, com oficinas de capacitação para desenvolver habilidades básicas, exercício da cidadania e projetos de atuação na comunidade com vistas ao protagonismo juvenil.
- *PEMSE* - Objetiva coordenar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) e LA (Liberdade Assistida), articulando uma rede de serviços intra e interinstitucional. Destina-se a adolescentes de 12 a 18 anos, autores de ato infracional. Caracteriza-se pela acolhida dos adolescentes encaminhados pelo juizado, atendimento individual para acompanhamento das medidas e supervisão às unidades de execução.
- *População Adulta - Indígena*: Objetiva incluir as comunidades indígenas do município (Guarani e Kaingangue) nas ações da política de Assistência Social, respeitando os seus direitos e a diversidade cultural. Destina-se a comunidades indígenas do município. **Migrante**: Objetiva proporcionar a acolhida e a garantia de atendimento às necessidades fundamentais da



população migrante em situação de vulnerabilidade social. Destina-se a migrantes em situação de vulnerabilidade social. Realiza-se apenas no Módulo Centro, em 8 turnos semanais. Caracteriza-se pela acolhida, atendimento individual, encaminhamentos das demandas e organização do retorno ao município de origem.

- *Apoio ao trabalho* - Objetiva proporcionar (re)aproximação com o mundo do trabalho, resgatar interesses e potencialidades, bem como possibilidades de organização individual e/ou coletiva. Destina-se a usuários dos programas da Assistência Social. Caracteriza-se por oficinas de habilidades específicas. Realiza-se apenas no CRAS Norte/Leste/Glória, Cruzeiro e Cristal.
- *Programa de Atenção ao Idoso - Grupos de convivência*: Objetiva garantir espaço de convivência com vistas à socialização, integração e organização dos idosos para conquista e efetivação de seus direitos de cidadania. Destina-se a idosos com 60 anos ou mais, moradores de Porto Alegre, em situação de vulnerabilidade, com renda *per capita* de até um salário mínimo. Realiza-se semanalmente nos centros e entidades conveniadas, por meio de ações múltiplas como reunião de socialização, oficinas culturais, atividades físicas, oficinas de geração de renda, oficina de nutrição e encontros com a comunidade. **Centro de Convivência**: Espaço de convivência, em turno diurno e integral, a idosos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, tendo em vista proteção, amparo e promoção como alternativas de redução aos processos de asilamento. Destina-se a idosos com 60 anos ou mais, em situação de vulnerabilidade, com renda de no máximo um salário mínimo. O atendimento se dá em

turno diurno e integral com oferecimento de refeições e atividades para o desenvolvimento de habilidades e socialização por meio de oficinas culturais, nutricionais, atividades físicas, artesanato e atividades de integração comunitária.

A Rede Especializada atende à população que está em maior grau de vulnerabilidade social, como crianças e adolescentes em situação de rua, pessoas portadoras de necessidades e adultos moradores de rua. Oferece o atendimento de maior complexidade exigido por esse público - como os abrigos - em locais estratégicos, onde são recebidas pessoas oriundas de qualquer região da cidade.

A Rede Especializada organiza-se também por público. No que se refere à criança e ao adolescente, conta com o Serviço de Abrigagem, que tem por objetivo de cumprir medida de proteção de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados e que, em razão disso e pela especificidade do caso, necessitem ser temporariamente afastados da convivência familiar. Conta com os seguintes equipamentos:

- *Casa de Acolhimento* - Atende crianças de 7 a 12 anos e adolescentes do sexo feminino de 13 a 18 anos em situação de rua.
- *Casa de Passagem* - Destina-se a crianças de 7 a 12 anos em situação de violência intrafamiliar.
- *Abrigo Municipal Ingá Brita* - Atende adolescentes de 14 a 17 anos, do sexo masculino, com história de vida na rua.

- *Acolhimento Noturno* - Voltado ao atendimento de adolescentes de 14 a 17 anos, em situação de rua, como espaço de proteção emergencial.
- *Educação Social de Rua* - Tem como objetivo construir a saída da rua de crianças e adolescentes por meio de abordagens e formação de vínculo, de forma a viabilizar encaminhamentos, retorno à família ou a inclusão na rede de serviços.

Serviços à população adulta:

- *Atendimento Social de Rua* - Realiza abordagem à população adulta e idosos em situação de rua de Porto Alegre, com vistas à formação de vínculo e encaminhamento a serviços da cidade.
- *Abrigos para Adultos* (Marlene e Bom Jesus) - Proporciona à população adulta e idosos em situação de rua de Porto Alegre serviço de abrigagem temporária.
- *Albergue Municipal* - Oferece à população adulta e idosos em situação de rua de Porto Alegre albergagem temporária.

Considerando as orientações da Política Nacional de Assistência Social promulgada em 2004, que tem por objetivo o SUAS, a FASC vem realizando amplo debate e capacitações no sentido de qualificar os diferentes operadores da política, como técnicos, entidades e CMAS na construção e implementação do SUAS em Porto Alegre.

### 3.2.3 O PROGRAMA AGENTE JOVEM EM PORTO ALEGRE: ASPECTOS HISTÓRICOS E ESPECIFICIDADES NESSA TRAJETÓRIA

#### A implantação do programa

O *Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano* passa a se inserir na Política de Assistência Social do Município de Porto Alegre em 2000, vinculado ao Programa Infância e Juventude na Rede Básica.

Esse programa foi projetado na esfera federal do governo Fernando Henrique Cardoso, dentro da Política de Assistência Social, como uma das ações previstas pelo Plano Nacional de Segurança de 2000, que estava relacionado ao compromisso de nº 11. Este referia-se à *Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos*, com o objetivo principal de combater o fenômeno da violência por meio de ações sociais de caráter preventivo, políticas integradas (considerando as necessidades específicas de cada região) e da revitalização do espaço urbano, do convívio social pacífico (com incentivo a ações de lazer, esporte, manutenção escolar, capacitação profissional e de mediação de conflitos) (Sposito, 2005; SEAS; 2000; MJ, 2000).

Nesse sentido, buscou-se priorizar a juventude ameaçada ou violada nos seus direitos fundamentais, constituindo, então, uma forma de *ocupação* para estes jovens, sob o viés do protagonismo juvenil. O programa então nasce com a seguinte justificativa:

“O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, pautado na Emenda Constitucional nº 20, buscou definir uma proposta de **ocupação** para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social,

que não configure trabalho, mas que possibilite, de fato, sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que o preparem para futuras inserções no mundo do trabalho” (SEAS, 2000).[grifo do autor]

Dois aspectos chamam atenção e demarcam, de forma bastante clara, o atravessamento no programa pela concepção norteadora da política de Assistência Social naquele governo. Entre eles, está a questão da **ocupação**, colocada como forma de prevenção à violência, e do protagonismo juvenil na comunidade, como forma de transformar sua realidade. A questão da ocupação denota o caráter do *voluntariado* (um dos princípios norteadores desse governo e do *individualismo* (marcado pela transferência ao jovem da possibilidade de transformar a realidade da sua comunidade enquanto multiplicador de direitos e assim contribuir para a redução da violência - como que se esse fenômeno fosse estanque e isolado, passível de uma única via de intervenção). Outro aspecto importante a salientar situa-se na atribuição, à Assistência Social, da preparação de jovens para a inserção ao mundo do trabalho, da garantia e da permanência no sistema educacional.

O programa, então, é implantado em Porto Alegre como projeto-piloto, beneficiando inicialmente 50 jovens, priorizando-se as regiões Glória/Cruzeiro/Cristal e Restinga/Extremo Sul. Estas, na época, apresentavam-se mais vulneráveis, ocorrendo a implantação de duas turmas e instalados dois centros da juventude nas mesmas regiões.

No ano de 2001, o atendimento é ampliado para 200 metas, sendo que as demais regiões foram contempladas. Na metade desse mesmo ano, o programa deixa de ser projeto e passa a constituir-se como Programa de Ação Continuada,

ampliando seu atendimento para 375 metas, distribuídas nas demais regiões, contemplando as 16 regiões do Orçamento Participativo.

Neste sentido, em 2003, o atendimento foi ampliado, uma vez que os recursos para tal ampliação eram pontuais<sup>32</sup>, para 550 jovens, priorizando então as regiões apontadas como vulneráveis pela SDHSU (Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana). Com 22 turmas de Agente Jovens, essa ampliação, ainda que pontual, possibilitou dar uma maior visibilidade ao programa no município e ampliar o acesso a ele.

No ano de 2004 e 2005 atendeu às metas conveniadas com o Governo Federal, com 375 jovens por ano, por meio de 15 turmas, compreendendo as 16 regiões do OP.

### **-Aspectos Metodológicos**

O projeto norteador do programa definia que ele deveria acontecer com seis meses de capacitação (nos quais se trabalhavam as temáticas de cidadania) e seis meses de atuação (nos quais os jovens realizariam o protagonismo juvenil por meio da execução de um projeto social).

A vinda do programa para Porto Alegre ocorreu em um contexto que apresentava sinais de esgotamento da rede, na medida em que esta tinha crescido numa proporção geométrica, no que se refere à inserção de outros novos programas

---

<sup>32</sup> Denominou-se **ampliação pontual**, porque foi viabilizada apenas pelo reordenamento de recursos sobranes do ano anterior, portanto, essa possibilidade de ampliação do atendimento se deu num período determinado.

e à ampliação da demanda nas diferentes regiões, conforme já se apontou anteriormente.

Nesse contexto, a implantação do Programa Agente Jovem não se deu como apontavam as orientações do Governo Federal. O programa passou a integrar as ações desenvolvidas pelo SASE<sup>33</sup>, como mais uma atividade desse programa para o público de 15 a 18 anos incompletos. Logo, a proposta metodológica do programa não conseguia cumprir a função de desencadear o protagonismo, uma vez que as ações voltadas para a capacitação e atuação davam-se de forma complementar e não como eixo principal do atendimento.

Após algumas avaliações, percebeu-se a necessidade de ressignificar os programas a fim de torná-los mais eficientes e poder atingir um número maior de jovens. Nesse sentido, o Programa Infância e Juventude passou por um reordenamento, em que os programas foram redefinidos adequando-se às propostas metodológicas por faixa etária. Realizou-se uma divisão SASE (7 a 14 anos), Trabalho Educativo (14 a 18) e Agente Jovem (15 a 18 anos).

Somado a isso, havia uma demanda da Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre incidir, de forma mais sistemática e efetiva, nas áreas com altos índices de violência, nas quais já desenvolvia ações integradas com demais secretarias.

Até então, o programa cumpriu à risca as determinações do projeto do governo federal (com exceção da exigência de estar estudando no momento do

---

<sup>33</sup> O SASE constituía um programa em meio aberto, no contra-turno escolar destinado a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social.

ingresso, uma vez que se considerava muito rígido esse critério, embora não se desconsiderasse a importância do ensino). Pautava-se no pressuposto de que, se o jovem estava em situação de vulnerabilidade, o programa poderia constituir um espaço de proteção; posteriormente, se buscava o retorno do jovem ao sistema educacional. Caso esse critério constituísse pré-requisito para o ingresso, conforme apontava o projeto, estar-se-ia contribuindo para mais um processo de exclusão.

Após três anos de execução do programa no município, percebia-se uma dificuldade bastante grande no alcance dos objetivos, sobretudo naqueles que apontavam para inserção do jovem na comunidade, como protagonista, por meio de uma proposta de intervenção, que deveria ser feita no segundo semestre. Com relação a isso, notou-se que uma das questões repousava no caráter abstrato da capacitação, prevista para os primeiros seis meses do programa, em que os jovens apresentavam grande dificuldade em correlacionar as temáticas trabalhadas com a possibilidade de apresentar uma proposta de intervenção na comunidade.

Um segundo aspecto estava nas condições de viabilizar a execução desse projeto, uma vez que, quando o jovem ia propor à comunidade uma ação, era visto como usuário da assistência social, ou seja, era rotulado ou como *coitadinho* ou como *terrível*, logo, as possibilidades de abertura de diferentes espaços para atuação se davam numa perspectiva de favor, não possibilitando a sua inserção de fato, nem tampouco o reconhecimento do seu potencial, da condição de cidadão e de sujeito em condição especial de desenvolvimento.



Um último aspecto percebido era a dificuldade de se viabilizar, por meio do programa, a reinserção do jovem na rede de ensino, atribuída sobretudo aos processos de exclusão/expulsão e circulação em diferentes escolas, seja por brigas ou por fracasso escolar (deve-se ao não-reconhecimento da educação como algo prioritário, pela própria indisponibilidade de vaga nas escolas próximas aos locais de moradia, principalmente no que refere-se ao EJA ou ao ensino médio).

Na execução do programa, algumas questões foram emergindo, relacionadas ao processo de capacitação do jovem para o protagonismo, para o exercício da cidadania e para o módulo de atuação, no qual o jovem passa a concretizar o aprendizado do módulo de capacitação por meio da execução de um projeto social na comunidade.

Essas questões circulam em torno do fato de que o jovem, público-alvo do programa, caracteriza-se por estar em vulnerabilidade social, com direitos ameaçados ou violados, e por trazer consigo uma série de fragilidades a serem trabalhadas a fim de dar conta do que propõe o programa.

Com base nesses aspectos observados ao longo das supervisões com os técnicos responsáveis pela execução do programa, foi realizada uma reescrita do projeto, considerando-se essas lacunas.

Uma das questões mais significativas nessa reelaboração foi o apontamento para uma nova proposta metodológica, abarcando dois aspectos: o individual e o coletivo. Levou-se em conta também que não era possível trabalhar as questões da coletividade sem abarcar as questões individuais, que aparecem de forma singular nos sujeitos.

Nesse sentido, pensar o processo de capacitação para o protagonismo significa considerá-lo sob dois aspectos: o coletivo e o individual. Nesse ponto de vista, não existe a dicotomia entre intervenção individual e coletiva - elas se dão de forma complementar. “O objetivo imediato da prática é aliviar as tensões para as vítimas de opressão e, a longo prazo, lutar para eliminar as reais fontes de opressão” (MOREAU *apud* FALEIROS, 1993).

A execução do programa está calcada em uma perspectiva dialética de construção do conhecimento, nesse sentido, os conteúdos são trabalhados de forma articulada com as vivências. Com isso, a relação teoria-prática ocorre de forma indissociada.

A perspectiva do coletivo centra-se na coletividade, ou seja, possibilita instrumentos para que esse jovem se insira de forma mais participativa no contexto social, de forma crítica, questionadora, pressupondo sua capacitação para a participação. Souza (1996) os define como processos pedagógicos da participação, caracterizados pela conscientização, organização, mobilização e capacitação. Para que isso seja possível, essa temática deve se dar para além das discussões temáticas propostas pelo projeto inicial.

Outro aspecto importante dessa releitura do projeto está no fato de que, para que as temáticas previstas no programa façam sentido para esses sujeitos, elas precisam constituir-se de forma concreta. Isso significa que elas precisam, de alguma forma, fazer sentido nas suas vidas. Para isso, propôs-se que, enquanto as temáticas sejam trabalhadas, o jovem vá realizando pequenas vivências na comunidade.

Neste sentido busca-se a relação dialética teoria-prática, portanto discutir o ECA, enquanto legislação de garantia de direitos, só faz sentido quando o jovem consegue vislumbrar a sua operacionalidade prática, isso pressupõe conhecer os espaços e objetivos dos conselhos tutelares, a caracterização da sua atuação, entre outras coisas.

Assim como discutir o SUS-Sistema Único de Saúde só faz sentido ao se conhecer o funcionamento no posto de saúde ou na visita do PSF, o processo

pedagógico pressupõe um conteúdo prático, que não pode reduzir-se ao projeto de atuação.

A promoção da ingenuidade para criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil (Freire, 2000, p.35-36).

A própria inserção na comunidade pressupõe um processo pedagógico, assim como ser protagonista também constitui um processo. O protagonismo é percebido por meio da centralidade do jovem nas ações, com ações coletivas e participantes. Assim, busca-se a autonomia dos sujeitos por meio da participação e da cooperação. Pode ser pensado enquanto ação cultural uma vez que constitui uma intervenção social da juventude com seus próprios interesses.

O protagonismo é entendido como “um modelo pedagógico-político de ação. É uma ação educativa que relaciona jovens e educadores - ou somente jovens - na construção de um processo de intervenção sociocultural” (Iluianelli, 2003, p. 71).

Conforme apontam as diretrizes do programa, algumas temáticas devem ser trabalhadas com os jovens no sentido de poder capacitá-lo para o protagonismo. Essas temáticas referem-se a direitos sociais, relações de gênero e sexualidade. Portanto, a capacitação na perspectiva do coletivo constitui-se como perspectiva de trabalhar, pedagogicamente, processos sociais de participação para então efetivar a cidadania.

Souza (1989) coloca que a questão fundamental a ser trabalhada no processo de participação é a superação do cotidiano, o que se entende como o rompimento com uma posição de objeto, para tornar-se sujeito. Essa ultrapassagem deverá se dar enquanto processo educativo, que objetiva interferir na dinâmica da realidade social.

A autora define a participação como:

processo que se expressa por meio da conscientização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal, é um processo que se desenvolve a partir do confronto de

interesses presentes a essa realidade e cujo objetivo é sua ampliação enquanto processo social (Souza, 1989, p. 84).

Nesse sentido, todo o processo de capacitação debruça-se em contribuir com os jovens, a fim de compreender a realidade social com suas múltiplas determinações e contradições e de poder intervir nessa realidade por meio de ações protagônicas.

Já a capacitação na perspectiva individual refere-se à possibilidade dos jovens serem sujeitos das suas próprias vidas, rompendo com determinismos, contribuindo para o aumento da auto-estima e desenvolvendo habilidades, principalmente, para a construção ou (re)significação de um projeto de vida.

Cabe ressaltar que essa preocupação com o individual não consiste em culpabilizar ou depositar no sujeito única e exclusivamente a responsabilidade pela sua condição de vida, mas, ao contrário, reconhece que se ele não for potencializado ou empoderado, não será capaz de intervir na comunidade e permanecerá na condição de objeto, inclusive da sua própria vida.

O empoderamento dos indivíduos “deve ser o desenvolvimento pessoal, o aumento da autoconfiança e a experiência necessária para que possa expandir seus horizontes e não conformar-se com a própria sorte” (Oakley, 2003, p. 22).

Dessa forma, era necessário trabalhar as dificuldades e limitações individuais, para, num segundo momento, trabalhar o empoderamento para a coletividade.

Essa é uma das características fundamentais que diferencia a execução do programa em Porto Alegre, aperfeiçoando a sua proposta metodológica.

## **- Composição da Equipe**

Conforme salientado anteriormente, a vinda do programa deu-se em um momento de saturação dos recursos humanos da FASC. Ao mesmo tempo, existia a prerrogativa de se garantir a execução do programa pelos equipamentos próprios. Para dar conta da equipe apontada pelo projeto norteador, a constituição da equipe foi feita em parceria com duas entidades: COOPAS (Cooperativa de Assistentes Sociais) e FDRH – Fundação de desenvolvimento de recursos humanos, para a contratação dos estagiários e orientadores sociais.

Essa possibilidade foi a encontrada para suprir a demanda de recursos humanos, uma vez o que a FASC não dispunha de técnicos para dar conta de mais um programa. Apesar dos técnicos serem de outras instituições eles integram a equipe de cada equipamento assistencial, como uma forma de garantir a integração do trabalho.

Compete aos instrutores trabalhar a capacitação e as temáticas propostas, planejar os conteúdos e programar atividades junto com o orientador, estimular processos sociais da participação, mediar a articulação teoria-prática, encaminhar para equipe técnica/rede quando necessário, acompanhar a inserção/reinserção no sistema educacional e acompanhar a frequência/efetividade/vagas.

Compete aos orientadores acompanhar as ações dos Agentes Jovens no dia-a-dia do projeto; mediar a articulação dos conteúdos e das vivências; potencializar a relação dialética da construção do conhecimento; observar a participação, capacidade, potencialidades e limites dos jovens; acompanhar a inserção ou manutenção do jovem no sistema educacional; encaminhar para o instrutor as

referências/demandas de maior complexidade que exijam a intervenção de técnicos; e planejar em conjunto com o instrutor as atividades a serem desenvolvidas.

Desde o início das atividades do Agente Jovem no município, sua execução se dá dessa forma. Observou-se que existia um distanciamento desses profissionais, tanto no que se refere à equipe do Centro Regional em que estavam inseridos, como à própria percepção de ser um operador da política municipal de assistência.

Buscando superar essa dificuldade, foi criada no município a função do *Referência*. Como o próprio nome sugere, um técnico de nível superior, do quadro da FASC, é responsável por acompanhar e planejar as ações do programa e também articular as ações desse com os demais programas e serviços da rede, buscando contribuir para a perspectiva da proteção integral preconizada no ECA.

É competência do referência informar ao atendimento a comunidade e as disponibilidades de vagas, acompanhar o fluxo e arquivamento da documentação dos jovens, encaminhar a efetividade do orientador e instrutor, monitorar e enviar os dados do LEM- Levantamento Estatístico Mensal (FASC, 2004).

#### **- Benefícios**

Os usuários do programa contam com a bolsa de R\$ 65,00, paga pelo Governo Federal, cabendo ao município repassá-la.

Em Porto Alegre, os usuários dos programas contam com alimentação (lanche e almoço<sup>34</sup>) e passe gratuito de ônibus para a viabilização do acesso ao programa.

#### **- Distribuição do Atendimento**

A execução do se dá de forma direta, através dos equipamentos da FASC, dada a importância e peculiaridades, optou-se pela primazia do Estado neste programa.

O atendimento se dá de forma descentralizada, assim com os demais programas e serviços da rede básica se realizam por meio dos centros regionais e dos módulos de Assistência social. A distribuição das turmas foi dando-se com base nos indicadores de vulnerabilidade de cada região, bem como com a capacidade instalada para o atendimento, portanto aquelas regiões que têm maior vulnerabilidade social atendem um maior número de jovens.

---

<sup>34</sup> Nas turmas executadas nos módulos regionais de Assistência Social, só é oferecido lanche, uma vez que o equipamento não dispõe de refeitório, nem de estrutura adequada para a preparação de refeições.

## DISTRIBUIÇÃO DO AGENTE JOVEM NA CIDADE





## **4 A PROPOSTA DE PESQUISA**

### **4.1 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS**

#### **4.1.1 A ABORDAGEM DIALÉTICO-CRÍTICA**

O referencial epistemológico que fundamenta esta pesquisa é dialético-crítico de base marxiana. A escolha desse referencial está sustentada em dois aspectos considerados fundamentais. O primeiro refere-se à perspectiva metodológica de conhecimento da realidade, reconhecendo a riqueza dos seus fundamentos no desvendamento do real, considerando o marxismo como “o mais importante instrumento analítico de intervenção. Portanto, é um instrumento de crítica e também de autocrítica de visualização e de superação da realidade” (Paula, p. 20).

O segundo aspecto está pautado na concepção de homem, mundo e sociedade, a partir do reconhecimento do homem como sujeito e da percepção do mundo e da sociedade enquanto totalidades históricas.

Segundo Fromm (1955), “a sociedade produz o homem como homem, também ela é produzida por ele”. Nesse sentido, reconhece-se a relação dialética entre homem e sociedade, bem como sua dinâmica, seu movimento e sua constante transformação, atravessada por contradições.

A pesquisa de avaliação foi norteadada por uma perspectiva crítica, que caracterizou o modo de construção do conhecimento, tanto no que se refere à apropriação do real, como à explicação da realidade.

A dialética do processo de avaliação consiste na negação para a superação. O método dialético consiste na abordagem do real, isto é, “esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, em sua provisoriedade e transformação” (Minayo, 1996, p. 65).

Dentro dessa perspectiva, trabalhou-se com as premissas da dialética: totalidade, historicidade e contradição. A pesquisa realizou-se dentro de uma perspectiva histórica, buscando a compreensão das mediações e correlações que envolvem o objeto deste estudo.

Segundo Kosik (1976) “A dialética trata da coisa em si. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *detour*”.

O pensamento dialético separa o conceito da “coisa da representação” não se apenas sobre o prisma do conhecimento, ou seja, não pretende distinguir formas de conhecer, mas sobretudo distinguir “qualidades da práxis humana” (Kosik, 1979). O pensamento capta a coisa em si, uma vez que separa representação de conceito, o mundo da aparência do mundo da realidade e a práxis utilitária do homem da práxis revolucionária da humanidade.

Enquanto perspectiva crítica, o pensamento dialético se propõe compreender a coisa em si de maneira sistemática para compreender a realidade.

Ao não permanecer na forma como aparecem os fenômenos, em sua imediatez, mas ao contrário, ao tentar descobrir as determinações de uma totalidade dialética, aquela postura favorece o entendimento, a compreensão da realidade viva, rica, dinâmica, porque contraditória dos processos sociais (PINTO, 1993, p. 38).

Pressupondo o real como aparente, para se conhecer a realidade, faz-se necessário destruir a pseudoconcreticidade, ou seja, romper com os aspectos imediatos que explicam os fenômenos, na perspectiva de superar a aparência e buscar uma análise mais profunda capaz de desvendar as contradições dos fenômenos (Rocha, 1999, p.18). “A destruição da pseudoconcreticidade - que o pensamento dialético tem de efetuar - não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado” (Kosik, 1976, p. 16).

Portanto, no processo de construção do conhecimento, privilegiou-se a relação dialética entre sujeito e objeto, uma vez que é nessa dinâmica que se dá o

desvendamento das contradições e a destruição daquilo que é aparente na realidade social, buscando compreender a realidade como ela de fato é e não como se mostra.

#### **4.1.2 CATEGORIAS NORTEADORAS**

No processo de pesquisa, elegeram-se, como categorias epistemológicas, a totalidade, a história e a contradição, pois foram julgadas importantes para o processo de construção do conhecimento, não apenas enquanto categoria teórica, mas sobretudo prática, além de instrumentos para a compreensão e a transformação da realidade social.

Entende-se por categoria as “formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e as leis mais gerais e essenciais da natureza, da sociedade e do pensamento” (Academia de Ciência de la URSS, in Trivinhos, 1987, p. 55).

Cabe salientar que as categorias só podem ser entendidas dentro de um determinado contexto histórico, relacionadas às circunstâncias concretas da prática social, ou seja, não possuem um fim em si mesmas.

- **Totalidade**

O conceito de totalidade, dentro de uma perspectiva dialética, é dinâmico, pois se caracteriza pelo movimento que se reflete na realidade objetiva, por meio das mediações, das transformações e das determinações históricas.

A totalidade não pode ser resumida à soma das partes, é preciso conhecê-la em seu todo, concreto e estruturado dialeticamente, uma vez que o todo está nas partes e as partes estão no todo.

Os fenômenos não podem ser vistos isoladamente, pois se restringiriam a abstrações, uma vez que estas constituem um todo concreto que determina e é determinado por essa concreticidade.

O uso dessa categoria como norteadora é justificado pelo fato de que não se buscará “apenas uma compreensão particular do real, mas [se] pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos”, ou seja, busca-se “uma síntese explicativa cada vez mais ampla” (Cury, 1992. p. 27).

Uma perspectiva de realidade significa percebê-la “como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 35).

Quando se refere à totalidade como categoria norteadora da construção do conhecimento e, conseqüentemente, do processo de pesquisa, não é pretensão “ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro ‘total’ da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades”. Essa realidade não se constitui em um todo pronto e acabado, logo, não se pretende exaurir todos os aspectos do fenômeno, porque parte-se da idéia de que a realidade é dialética e está em constante transformação.

- **Historicidade**

Esta categoria é pensada na perspectiva de perceber o processo histórico e interpretá-lo nas suas implicações sobre o objeto deste estudo. Nesse sentido, cabe considerar o caráter histórico dos processos sociais.

A história também constitui categoria fundamental para esta pesquisa, visto que só é possível conhecer o fenômeno em sua totalidade dentro de uma perspectiva histórica. O uso da história no processo de construção do conhecimento não se dará de maneira linear, uma vez que se buscarão os aspectos mais significativos para desvelar a essência do fenômeno, logo, o sentido da história está na própria história.

Segundo Veras, “não pode ser esquecido que as determinações da sociedade maior se impõem na conjuntura e no que se realiza no trabalho localizado” (2000, p. 114).

Nesse contexto, buscaram-se aspectos da história para compreender e interpretar a particularidade do objeto deste estudo de caso, que se dará enquanto contraprova histórica.

- **Contradição**

A contradição caracteriza-se por ser uma das categorias fundamentais na dialética, isto é, “a contradição dialética deve ser encarada como sintoma da realidade. Só é real aquilo que apresenta contradições” (Lefbvre, 1987, p. 192). De acordo com Cury (2000), a realidade articula o “já-sido” e o “ainda-não”, nesse movimento de tensão permanente de contrários que se dá a superação.

Sobre as contradições, Lefbvre afirma:

A unidade delas - o movimento que as une e as atravessa - tende através de si para algo diverso e mais concreto, mais determinado; e isso porque esse ‘terceiro’ termo compreenderá o que há de positivo em cada uma das forças contraditórias, negando apenas seu aspecto negativo, limitado e destruído (1987, p.194).

O processo de avaliação é caracterizado pela negação do planejado e do executado. Assim, o processo de avaliação consiste em questionar a proposta, sua execução e seus resultados, numa perspectiva não só da negação, mas principalmente de superação. Portanto, é importante conhecer os aspectos potencializadores e limitadores da ação, buscando qualificar e ampliar o alcance social do programa na vida dos usuários.

Segundo Cury:

A totalidade sem contradições é vazia e inerte, exatamente porque a riqueza real, isto é, sua contrariedade é escamoteada, para só levar em conta aqueles fatos que se enquadram dentro de princípios estipulados a priori. A consideração da totalidade sem as contradições leva a colocar a

coerência acima da contradição. Nesse caso, o objeto de conhecimento ganha coesão e coerência, em detrimento, porém, do que há de conflituoso nele. E o provimento da contradição revela a qualidade dialética da totalidade (2000, p. 35).

Portanto, a utilização das categorias epistemológicas se dá de forma dialética, considerando o imbricamento de uma na outra. Logo, o movimento de apreensão do real e a construção do conhecimento pressupõem a relação indissociável das três categorias, sob pena de concebê-los de forma estanque, determinista e positivista.

## **4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **4.2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA**

A pesquisa teve como objetivo geral realizar uma avaliação do Programa Agente Jovem no município de Porto Alegre, com vistas a contribuir para a qualificação da sua execução, a ampliação da efetividade e o aumento do seu alcance social na vida dos usuários.

No que se refere aos objetivos específicos, buscou-se verificar em que medida o programa contribui nas condições de vida dos seus usuários como condição para avaliar o alcance social. Outro objetivo norteador deste estudo procurou identificar quais os limites na execução do programa a fim de contribuir com seu aprimoramento, sua qualificação e sua maior efetividade. Um terceiro objetivo centrou-se na verificação de como os diferentes atores relacionados ao programa (jovens, orientadores, instrutores e referências) o percebem, de modo a potencializar uma reflexão acerca de suas implicações.

#### 4.2.2 A PROPOSTA DE PESQUISA

O presente estudo propõe-se realizar uma pesquisa social aplicada, com viés de pesquisa avaliativa com ênfase qualitativa. A realização da pesquisa de avaliação de programas sociais foi aplicada no Programa Agente Jovem, um dos programas executados pela FASC, dentro da política para infância e juventude.

Segundo Sulbrandt:

Se entende por avaliação em seu sentido amplo o exame sistemático das atividades específicas desenvolvidas pelos governos para cumprir com as metas e produzir os efeitos esperados, em conformidade com suas políticas e programas (1989,p.78).

A avaliação constitui-se, portanto, em elemento de controle institucional e administrativo, com vistas a contribuir com avanços no controle social dos programas sociais. A metodologia da pesquisa avaliativa não se reduz a procedimentos, mas busca articular concepção teórica da própria avaliação e de seu objeto como pressuposto. Logo, o método não é separado dos procedimentos, a fim de elucidar o processo de conhecimento do objeto investigado. Nesse contexto, a avaliação constitui um compromisso em relação aos cidadãos, buscando produzir novos conhecimentos teórico-metodológicos com vistas à qualificação de práticas e à transparência das ações públicas.

Na elaboração da avaliação, foram considerados aspectos teóricos subjacentes ao programa, contribuindo com a ampliação da percepção do programa e dos resultados esperados com a execução deste.

Outro aspecto importante na execução da avaliação refere-se à estruturação de um sistema de informações, que dará sustentação e credibilidade ao processo avaliativo. Nesse sentido, a pesquisa de avaliação será constituída por dois modelos de avaliação, sob uma perspectiva complementar (a avaliação de processo e de resultados), buscando compreender a eficácia e a efetividade do programa.

A avaliação da eficácia centra-se no processo, ou seja, busca compreender se, na execução, o programa foi capaz de cumprir metas e resultados previstos. A avaliação da efetividade objetiva compreender as mudanças que o programa foi capaz de produzir na vida dos sujeitos a ele relacionados, portanto, aponta a relevância do programa.

Segundo Carvalho, “as avaliações de programas/projetos sociais guardam especificidades importantes e são sociais e relacionais” (2005,p.61). Nesse sentido, demandam contextualização, uma vez que são permeadas por inúmeros fatores intervenientes simultaneamente.

Outro aspecto refere-se à complexidade e à especificidade da avaliação de programas sociais, permeadas por embates e representações que estão intimamente relacionados aos processos e resultados. Assim, faz-se necessário articular diferentes alternativas avaliativas, considerando aspectos quantitativos e qualitativos.

Com isso, a avaliação terá como objetivo tanto as mudanças qualitativas (percebidas por meio da intervenção do programa) como as condicionalidades para sua execução. Para a realização da avaliação, fez-se necessário pensá-la em dois eixos: avaliar a execução do programa (com suas determinações e contradições) e conhecer os resultados atribuíveis a ele, percebendo as diferentes variáveis intervenientes.

Considerando os diferentes atravessamentos que o programa sofre em sua execução (tanto do contexto mais amplo quanto da singularidade da vida dos sujeitos envolvidos - sejam eles executores ou usuários), faz-se necessário buscar uma perspectiva de avaliação participativa.

A avaliação participativa busca qualificar o processo de compreensão do real a partir do olhar dos sujeitos, contribuindo para uma apropriação reflexiva e socializada, contemplando uma pluralidade de valores, expectativas e representações. Nesse sentido, a avaliação constitui uma construção coletiva.



Segundo Subirats, “a capacidade científica e técnica (do avaliador) não o converte em juiz objetivo e imparcial, senão que exerce o papel de negociador, valorando as necessidades de informação” (1993, p. 254).

#### **4.2.3 A ABORDAGEM**

A abordagem da pesquisa deu-se numa perspectiva qualitativa para a compreensão do objeto deste estudo. Na abordagem qualitativa, “os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística”, nesse sentido, são “componentes de uma dada situação” e encontram-se “inter-relacionados e influenciados reciprocamente” (Baptista, 1994, p. 24).

Dentro dessa perspectiva, o pesquisador também constitui-se sujeito, ou seja, conforme Batista (1994, p. 24), ele “consiste em parte integrante do processo de conhecimento que interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado”.

Cabe ressaltar que, nesse caso, a implicação do pesquisador se dá não só na perspectiva da investigação, mas também como operador da política, enquanto trabalhador social inserido no cotidiano em que se realizou a pesquisa. No entanto, é importante salientar que, para a realização do processo de investigação, foi preciso preliminarmente “despojar-se de preconceitos e predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que [se] observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pela, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos” (Chizzoti, 1995, p. 82).

Não se propõe uma neutralidade, ao contrário, o pesquisador traz na sua bagagem pressupostos epistemológicos, teóricos e axiológicos, constituindo-se parte do processo de construção do conhecimento, a partir da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados (Baptista, 1999).

O pesquisador não se transforma em mero relator passivo: sua imersão no cotidiano, a familiaridade com os acontecimentos diários e a percepção das concepções que embasam práticas e costumes supõem que sujeitos têm representações parciais e incompletas, mas construídas com relativa coerência em relação à sua visão e à sua experiência (Chizzoti, 1995, p. 82).

O autor ainda propõe que, ao pesquisador, a vivência do espaço e do tempo vivido pelos pesquisados, na perspectiva de partilhar experiências, possibilita reconhecer de que lugar estão falando, portanto reconstruir os sentidos dessas falas.

Nesse sentido, a realização da pesquisa possibilitou a leitura crítica da realidade e o rompimento com o pragmatismo, contribuindo, assim, para a transformação da realidade e a superação das contradições. Marx (1979, p. 282) aponta que a “solução de contradições teóricas é possível unicamente pela via prática”.

Dessa forma, a pesquisa social ganha mais sentido a partir da estreita vinculação com a realidade concreta e da relação intrínseca entre intervenção e investigação. Quanto mais articuladas essas instâncias, maior será a possibilidade de oferecer respostas ao enfrentamento das demandas postas à profissão. Com isso, possibilitam a relação dialética entre teoria e prática, que pressupõe “pensar no real para dar conta do concreto, pensar no real sem qualquer risco de cair no empiricismo ou cair na chamada razão instrumental, na razão burocrática, na razão utilitarista” (Silva, 1993, p. 50).

A teoria marxista caracteriza-se pela teoria da ação humana, que constrói a história, mas também sofre suas determinações, pautando-se na constante transformação dos sujeitos e, portanto, produz mudanças na sociedade. Logo, a atividade humana, caracterizada pela relação indissociável entre sujeito e sociedade, possibilita o processo de conhecimento (Minayo, 1996, p. 73).

Segundo Lukács:

O conhecimento que está em condições de apreender dialeticamente as astúcias da evolução só é válido e eficaz quando suas aquisições forem expedientes para a ação prática, cujas experiências virão, por sua vez, enriquecer o conhecimento e lhe fornecer uma força sempre nova (1967, p. 237).

A prática da pesquisa em serviço social constitui instrumento importante no processo de trabalho do assistente social, não só no que diz respeito à compreensão da realidade, mas também à validação de referenciais teóricos norteadores do processo de intervenção. Ela constitui-se fundamental, uma vez que a realidade social, em que se ancora o exercício profissional, tem como objeto as expressões da questão social, em constante transformação (Silva, 1993; Rocha, 2005; lamamoto, 1993; Martineli, 1994).

Segundo Silva, “o desafio é precisamente fazer esse cotejo, essa aferição permanente, esse embate sem tréguas entre nossos referenciais, nossas leituras, nossas reflexões a partir mesmo dessa realidade conjuntural e estrutural” (1993, p. 50).

É preciso estar atento para essas mudanças, no sentido de estar permanentemente construindo estratégias profissionais capazes de responder às demandas das sociedades:

É da análise e do desvendamento dessas situações específicas em suas múltiplas relações com o movimento da sociedade enquanto totalidade histórica que podem emergir estratégias que considerem a trama de interesses sociais que ali se expressam. As estratégias não são frutos de uma criação mágica ou arbitrária do pensamento, mas advêm das indicações descobertas no processo de explicação das situações particulares com que nos defrontamos no cotidiano profissional” (lamamoto, 1993, p. 110).

Nesse sentido, a pesquisa torna-se elemento indispensável, reafirmando a sua função social, tendo em vista que os conhecimentos produzidos só têm sentido se estiverem vinculados à realidade concreta e inscritos historicamente.

A pesquisa é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e a capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude de aprender a aprender e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório (Baptista, 1999, p. 35).

#### 4.2.4 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Na abordagem qualitativa, os pesquisados também se constituem sujeitos capazes de produzir conhecimento e intervir na realidade. A pesquisa conta com os diferentes sujeitos envolvidos no cotidiano do programa, contemplando os jovens usuários e seus operadores: orientadores, instrutores e referências.

Considerar os diferentes sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente na execução do programa, permite ampliar o olhar do objeto em estudo por meio de diferentes ângulos. Isso contribui para a contemplação da diversidade, tanto daqueles que planejam e executam, quanto daqueles que são beneficiários do programa, o que amplia a possibilidade de compreender o alcance social da política pública.

Como a pesquisa foi norteadada pela perspectiva qualitativa, a constituição da amostra não teve o objetivo de garantir uma representatividade probabilística, foi constituída de forma aleatória simples, através de sorteio. Na constituição da amostra buscou-se contemplar representantes das diferentes regiões de abrangência do programa, respeitando o critério do jovem ter freqüentado no mínimo durante o ano o programa.

No que se refere aos **jovens** usuários do programa caracterizam-se por jovens em situação de vulnerabilidade social. Esses jovens moram na periferia da cidade, em sua maioria desprovidos do acesso a bens e serviços, são de família de classe popular, na sua maioria têm defasagem escolar, alguns estão evadidos da escola, alguns já são pais. Trazem em suas trajetórias de vida processos de exclusão, direitos ameaçados ou violados, que se apresentam sob diferentes formas: exploração sexual, gravidez precoce, trabalho precoce, conflito com a lei, violência doméstica, condição de extrema pobreza. Ainda neste universo dos jovens que

constituem o programa alguns têm vínculo familiar rompido, estando sob a guarda de abrigos. Alguns estão em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto.

A amostra dos jovens foi constituída por 20 jovens, que já haviam freqüentado o programa durante o ano e estavam em fase de desligamento, para identificação destes na análise dos dados atribui-se um número a cada jovem.

Referente aos **técnicos**, foi escolhido, de forma aleatória simples, através de sorteio, um de cada segmento: instrutor(INS), orientador(ORI) e referência(REF), considerando também a diversidade das regiões de abrangência do programa. P

Outro aspecto refere-se ao pressuposto de uma relação indissociável entre entrevistador e entrevistado, uma vez que “os dados da pesquisa qualitativa se dão num contexto fluente de relações. São colhidos interativamente em um processo de ida e vinda e na interação com os sujeitos” (Baptista,1999, p. 36).

No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos (Minayo, 1996, p. 105).

#### **4.2.5 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DOS DADOS**

Para contemplar a perspectiva qualitativa e a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo de execução, buscou-se compreender as representações subjetivas dos sujeitos na avaliação por meio de técnicas de entrevista.

Segundo Abramovay:

A entrevista é uma maneira de extrair informações sistematizadas, possibilitando identificar características de segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que permite ao entrevistado selecionar um repertório próprio de temas e o apresentar de acordo com o seu vocabulário (2004, p. 56).

Optou-se por utilizar a técnica da entrevista estruturada, que “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido: as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (Lakatos; Marconi, 1982, p. 71).

Para a realização da entrevista, utilizou-se um roteiro de perguntas abertas, que “permitem ao informante responder livremente, utilizando linguagem própria, e emitir opiniões” (Lakatos; Marconi, 1982, p. 77).

Outro fator a ser considerado é a necessidade de se criar um instrumento a fim de contemplar, de forma mais ampla possível, o objeto investigado, buscando explorar idéias ou informações importantes. Esse instrumento possibilitou maior flexibilidade, pois permite, ao entrevistado, apontar o que considera mais relevante, contribuindo, inclusive, com informações inesperadas. Esse modelo de entrevista também permite uma relativa homogeneização dos aspectos que se pretende avaliar, possibilitando comparações das percepções apresentadas.

#### **4.2.6 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS**

Para a interpretação dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, caracterizada por ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem” (Bardin, 1994, p. 38).

Segundo Bardin, “a leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (1994, p. 41).

Nesse contexto, a escolha dessa técnica objetiva a compreensão crítica de documentos e das comunicações, buscando-se compreender os significados expressos e ocultos.

Cabe salientar que, ainda que haja uma definição do que consiste a técnica, existem diferentes propostas de procedimentos, utilizando-se aqui as contribuições de Moraes (1999).

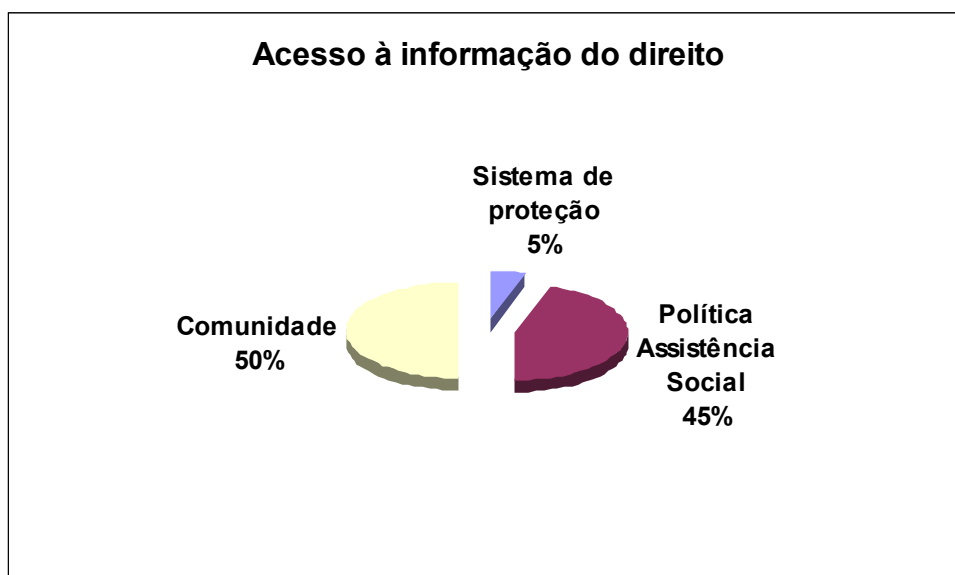
O autor aponta para cinco etapas: a primeira é a preparação das informações (num primeiro momento, escolhe-se o material a ser analisado, já no momento seguinte inicia-se o processo de codificação do material). A segunda etapa consiste na unitarização, que tem como finalidade imprimir uma unidade de análise, identificando informações que apresentem aspectos comuns. A terceira é a de categorização, que constitui uma classificação das informações, buscando a objetividade dos dados. A quarta etapa é da descrição, que visa comunicar o resultado obtido por meio das análises. A quinta fase consiste na interpretação que se dá a partir de uma análise mais profunda, a fim de compreender o fenômeno e explicá-lo a partir da fundamentação teórica.

## 5 DADOS EMERGENTES DA PESQUISA

Esta etapa está centrada nos dados referentes aos usuários e técnicos do programa. A partir de uma aproximação com estes e mediante leitura flutuante e unitarização, denota-se que as categorias empíricas emergentes são as mesmas apontadas pelos jovens, tanto no que se refere à avaliação de processo quanto à avaliação de efetividade.

### 5.1 DO INGRESSO

O ingresso no programa se dá à partir da busca espontânea, que ocorre em virtude do conhecimento do Agente Jovem, seja por meio de alguém que já freqüentou ou freqüenta o programa, seja por usuários de demais programas da assistência social. O gráfico abaixo esclarece como o acesso é feito.



Os amigos também são apontados como referência para ingresso no programa. Percebe-se também a participação de entidade assistencial conveniada à FASC,



portanto, integrante da rede socioassistencial como divulgadora de programas e serviços, enquanto agente de informação e de garantia de direitos.

As redes de serviço têm por objetivo articular esforços no sentido de complementar ações de modo a oferecer um conjunto de espaços para inserção dos sujeitos usuários para atendimento de suas necessidades (Prates, 2006, p.49).

Portanto, em alguma medida, existe a articulação de ações governamentais e não-governamentais na perspectiva de garantia de direitos, conforme defende a LOAS. Quando perguntado aos usuários como ficaram sabendo do programa apontaram:

“Através dos meus amigos, eles fizeram e disseram que ia ter de novo”.(10)

“Eu fiquei sabendo do programa pela amiga da minha mãe”.(19)

Outra forma de informação de acesso ao programa, é via assistente social, com a perspectiva de viabilizar que todos os membros da família sejam atendidos, garantindo o princípio da matricialidade sociofamiliar apontado no SUAS e já seguido como um dos pressupostos da política municipal de assistência social.<sup>35</sup>

Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de assistência social, repousam no pressuposto de que, para a família prevenir, proteger e incluir seus membros, é necessário em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal (MDS, 2004, p.35).

Nesse sentido, essa premissa se dá enquanto estratégia de fortalecimento dos sujeitos para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

“A minha mãe tava aqui no PETI e aí falaram que tinha um curso”.(4)

“A minha mãe é do PETI e aí a M. me chamou. A gente saía com ela as vezes para puxar carrinho, eu, meus irmãos, agora eles tão no abrigo”.(5)

---

<sup>35</sup> Ainda que a política municipal de assistência social na FASC esteja organizada por meio de programa, há a prerrogativa do atendimento a todos os membros da família.

Essas colocações evidenciam as condições de vulnerabilidade social da família, que incidem nas crianças e nos adolescentes que transitam pela rede de serviços da assistência. A busca pelo ingresso no programa, de alguma forma, representa o reconhecimento da política de assistência social enquanto política pública, pois o acesso à informação se dá de forma direta, a partir de familiares já inseridos em programas, quando perguntado como ficaram sabendo do programa.

“Através dos meus amigos, eles fizeram e disseram que ia ter de novo”.(10)

“Através da minha prima, que já tinha participado”.(11)

“Eu fiquei sabendo através de uma amiga que já estava no Agente Jovem”.(13)

Percebe-se que o conhecimento do programa vem de forma indireta, a partir de amigos, vizinhos ou conhecidos que também são usuários da assistência social.

“Eu fiquei sabendo do programa pela amiga da minha mãe”. (19)

O ingresso também se dá, conforme se referiu anteriormente, a partir da busca espontânea pelo familiar ou pelo próprio jovem.

“Fui procurar a assistente social”.(12)

“Eu passei a conversar com a assistente social”.(13)

Nesse sentido, percebe-se o reconhecimento do programa na comunidade de uma forma geral, não só pela proposta e pela faixa etária atendida, mas, principalmente, pela questão da bolsa. O acesso à informação também se dá através do encaminhamento do conselho tutelar.

“Minha tia foi ao conselho, que encaminhou ao SASE”.(2)

Se por um lado, o encaminhamento do Conselho Tutelar aponta para o reconhecimento do programa como espaço de proteção, de outro, está a reprodução

do discurso de que o jovem precisa se manter ocupado. Essa medida de encaminhamento é aplicada sem esgotar outras possibilidades com o jovem e com sua família, muitas vezes, inclusive, com jovens que não se encontram em situação de vulnerabilidade social, mas que, por algum motivo, chegam até o Conselho Tutelar.

Coimbra (2003) problematiza algumas questões que naturalizam a condição juvenil, que ela denomina de “mito da periculosidade”, atribuído aos jovens pobres. Nessa mesma linha, Sposito (2005, p.145,) em uma pesquisa voltada para a avaliação de programas sociais direcionados aos jovens, ao analisar a questão da falta de ocupação, aponta que ainda esta é reforçada de forma negativa, portanto:

não rompe de modo fundamental com o campo simbólico anterior, aparecendo como um problema social por levar os jovens a uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso, que aproximaria, inevitavelmente, das condutas criminosas, sobretudo, aquelas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas.

Outro aspecto importante a ser salientado é que, muitas vezes, o encaminhamento se dá como uma forma de cumprir uma medida, principalmente, na perspectiva de ocupação deste jovem, sem garantir o acompanhamento e a articulação das ações, caracterizando-se como um repasse de responsabilidades para a assistência social.

Nessa lógica, a perspectiva da “proteção integral” passa a ser responsabilidade da assistência social, sendo atribuída, aos operadores da política, a função de articular demais políticas, no sentido de enfrentar as situações que incidem na vulnerabilidade social desse jovem.

A origem do ingresso se deu, na maioria das vezes, a partir da política de assistência social, por meio do atendimento à comunidade ou a partir do encaminhamento da assistente social que já atendia a família no PETI (20%).

Com base nesses dados, algumas questões necessitam ser problematizadas. De um lado, está a perspectiva de complementaridade dos programas sociais, apontando para uma articulação de ações voltadas à família no sentido da proteção

social, como o caso das famílias já atendidas pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), cumprindo aquilo que foi proposto ao Agente de Jovem, constituindo retaguarda aos jovens, como prevenção ou enfrentamento ao trabalho precoce. Ou como no PEMSE (Programa de Execução de Medidas sócio-educativas), que é voltado a jovens em conflito com a lei, enquanto uma possibilidade de proteção e re-significação de projeto de vida.

Outro aspecto que merece reflexão refere-se àqueles jovens que já passaram por outros programas, como o SASE (Serviço de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto e Trabalho Educativo), na perspectiva de superação da vulnerabilidade social, que, por múltiplas determinações, não foi possível incidir de forma significativa nos condicionantes que originaram o ingresso. Deve-se levar em conta que “a vulnerabilidade social não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas” (Paulilo; Jeloás, 2000, ano, p. 1).

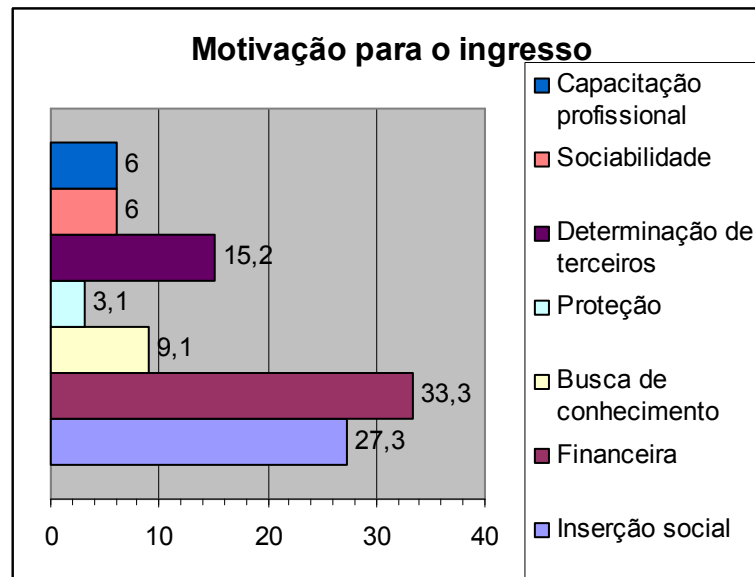
Nesse sentido, mostra-se uma permanência de longo prazo, uma *ciranda de programas sociais*, dos usuários na política de assistência social, que, muitas vezes, não consegue se constituir enquanto “política de travessia”, pois não conta com a retaguarda das demais políticas sociais como: saúde, educação, habitação, trabalho, entre outras, passando a ser uma política terminal conforme aponta Sposati (2001).

No que se refere à motivação para o ingresso, pode-se observar no gráfico abaixo que a demanda financeira é apontada como o principal motivo de ingresso, representando 33,3%. Essa demanda está referendada por duas questões fundamentais, a primeira diz respeito à própria necessidade de sobrevivência, na qual o jovem necessita contribuir para a manutenção do sustento da família.

“Porque eu precisei ajudar minha mãe”.(9)

“Minha mãe estava apertada em termos de dinheiro”.(18)

A vulnerabilidade está relacionada não apenas a fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto as condições de vida de cada indivíduo dependem menos da sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. (MDS, 2004, p. 36).



Esse aspecto reflete a vulnerabilidade social da família, que falha na sua função de garantir a proteção e manutenção do jovem, sendo que este, de alguma forma, é convocado a contribuir com a sua manutenção.

Outro motivo de ingresso refere-se à busca de satisfação de suas necessidades de forma mais autônoma.

“Entre mesmo por causa do dinheiro”.(4)

Verifica-se em outros programas, principalmente no trabalho educativo, por volta dos 15/16 anos, que, quando não há a possibilidade da bolsa, o jovem acaba deixando de freqüentar o programa em busca de trabalho, muitas vezes,

precarizado, devido à baixa escolaridade e à inexistência de experiências anteriores, em busca da satisfação de tais necessidades.

A busca por inserção social aparece de forma bastante significativa: 27,3% estão associados com a procura por novas possibilidades e novas experiências.

“Eu queria saber o que era o Agente Jovem”.(11)

“Falaram muito que o Agente Jovem era bom“, além do dinheiro”.(12)

“Eu entrei no programa porque eu achei que ia mudar minha vida”.(13)

Outro aspecto significativo está na busca de ocupação, a partir de outros espaços para além da comunidade, conforme a fala dos jovens.

“Também ficava só em casa, queria alguma coisa para fazer”.(4)

“Para ter alguma atividade no turno da tarde”.(14)

“Para não ficar perambulando pela rua”.(2)

Andando pelos bairros de periferia nos dias de semana, é possível ver dezenas de jovens pelas ruas e calçadas, conversando em grupos ou simplesmente sentados, passando o dia sem ter o que fazer, sem acesso a equipamentos sociais, como centros culturais ou mesmo praças públicas, sem espaço e sem tempo que ampliem suas potencialidades (Dayrell, 2002, p.123).

Fica evidente a lacuna no campo das políticas voltadas para juventude, constituindo poucas opções de inserção social, principalmente no que se refere aos jovens de periferia que dispõem de poucos recursos públicos no campo da cultura, do lazer e do esporte, ficando à sorte das ruas e da comunidade.

Em terceiro lugar, aparece a influência de terceiros, com 15,2% como determinante para o ingresso, muitas vezes, atrelado a uma demanda de ocupação, evidenciando uma ausência e apatia de motivação por parte do jovem.

“Não sei, minha tia que me botou”.(2)

“Porque minha mãe me encaminhou”.(3)

O quarto lugar é ocupado pela busca de novos conhecimentos, com 9,1%.

“Para aprender alguma coisa”.(6)

“Pra aprender coisas novas”.(7)

O quinto lugar, representando 6% dos motivos de ingresso, está caracterizado pela busca de sociabilidade.

“Eu achei legal poder fazer amigo, na vila á muito difícil, só tem cheira-cola, maconheiro”.(5)

“Pra mim conhecer novas pessoas”. (20)

A fala dos usuários aponta para a necessidade de sociabilidade e de estabelecimento de outras relações além da vila.

Segundo Morcellini,

o grupo de pares responde a necessidades de comunicação, de solidariedade, de autonomia, de trocas, de reconhecimento recíproco e de identidade (...) A força atrativa dos primeiros grupos de pares favorece a construção de uma autonomia em relação ao mundo adulto (1997, p.118).

A busca pela sociabilidade aparece como importante fator na construção da identidade, uma forma de buscar autonomia, na qual o jovem passa a procurar outros referenciais além da família. Nesse sentido, o espaço do grupo passa a constituir um local de trocas e de descoberta de potencialidades.

A capacitação profissional , conforme pode-se verificar no gráfico, também aparece em empate no quinto lugar, como uma necessidade a ser satisfeita por meio do programa.

“Aprender a ser alguém na vida, sem curso o cara não é ninguém”.(6)

Percebe-se, por meio dessa fala, a reprodução do discurso dominante: de um lado, o aspecto moralizante atribuído ao trabalho; de outro, reitera-se o reconhecimento que só é sujeito social quem é capaz de produzir materialmente. Ratificando a lógica capitalista, isso fica cada vez mais evidente numa sociedade ditada pelo consumo.

“Pra ver como é que era, disseram que ia ter curso de computação, aí me escrevi”.(8)

Somado a isso, ficam evidenciadas, nesse discurso reproduzido pelos jovens, as demandas do mercado, denominadas como empregabilidade, definida enquanto um conjunto de habilidades e competências exigidas para inserção produtiva (Moraes,1998). Entre essas exigências do mercado, ficam mais evidente os conhecimentos em informática, que se constituem hoje uma condição de inclusão, uma ferramenta de sobrevivência, tendo em vista a informatização.

Nesse contexto do capitalismo flexível, “uma ideologia aumenta sua eficácia sempre que efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema é de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder” (Frigotto, 2004, p. 197).

Ao se analisar os motivos de ingresso e o acesso ao programa, foi identificado que os determinantes que aparecem de forma singular, ou seja, de cada um dos sujeitos, acabam por representar a totalidade do contexto social.

O ser social não é uma substância rígida, ou uma entidade transcendente, que existe independente da práxis objetiva: é processo de produção e reprodução da realidade social, vale dizer é práxis histórica da humanidade e das formas de sua objetivação” (Lefebvre, 1995, p.176).



Nesse sentido, é preciso buscar conhecer a totalidade da realidade no contexto social contemporâneo para compreender as manifestações das singularidades. Logo, a vulnerabilidade social, expressa na vida de cada jovem, é produto do movimento social mais amplo, que assume diferentes expressões e é determinado por múltiplos condicionantes.

## 5.2 A AVALIAÇÃO DE PROCESSO

A avaliação de processo objetivou verificar como se dá a execução do programa a partir do olhar dos usuários e da equipe técnica executora, buscando-se identificar as possibilidades e os limites da concretização da proposta norteadora.

Nesse sentido, a avaliação de processo centrou-se nos aspectos metodológicos e operacionais. Nessa apropriação do real, buscou-se compreender as múltiplas determinações históricas e contradições existentes na execução do programa como forma de superar o que Kosik (1989) define como pseudoconcreticidade. Portanto, tentou-se romper com os aspectos que aparecem como imediatos para compreender a essência dos fenômenos. “ A destruição da pseudoconcreticidade - que o pensamento dialético tem de efetuar - não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói sua pretensa independência” (Kosik, 1989, p.16).

Quando perguntado aos jovens como era avaliada a metodologia do programa, referenciando os dois momentos da atuação e da capacitação, 65% atribuíram-na como boa.

“Acho que tá bom. Eu adorei, aprendi bastante coisa”. (12)

“Eu acho que é muito organizado”.(19)

“Bom, alguns temas foram legais e a participação foi bem legal”.(14)

“Acho que tá bom. Eu adorei, aprendi bastante coisas”.(12)

A metodologia do programa, já trabalhada no terceiro capítulo, sofreu alteração do projeto original, uma vez que trabalhava, de forma estanque, os conteúdos teóricos. Isso caracterizava uma das inquietações, pois se percebia que, no momento de os jovens proporem um projeto de atuação na comunidade, não conseguiam relacionar às temáticas trabalhadas.

Nesse sentido, a busca de uma articulação entre teoria e prática objetivou trazer elementos concretos às temáticas discutidas, buscando também romper com uma lógica de “aula”.

Na avaliação, 30% dos jovens apontaram a necessidade de ser melhorada, com aspectos referentes à necessidade de ter mais tempo na atuação, bem como maior organização na capacitação.

“Sobre a capacitação, vieram umas pessoas falar aqui, o que eles aprenderam e passaram isso para nós, mas poderia ser mais organizado, a atuação poderia ter mais tempo para se fazer”.(18)

Um dos aspectos referentes à capacitação está na diversidade e complexidade das temáticas abordadas, que demandam saberes de diferentes áreas, o que requer uma atuação interdisciplinar. Nesse sentido, algumas vezes, a equipe tem que lançar mão de algumas pessoas para que as temáticas possam ser trabalhadas de forma mais qualificada e para um melhor atendimento das demandas emergentes do grupo. Isso requer capacidade de articulação da equipe em estabelecer contatos, romper com a fragmentação de saberes e abertura para o diálogo, enquanto deveria ser um pressuposto para a execução do programa. Foi apontada a necessidade de diversificar as atividades:

“Deve ter mais atividade fora da sala de aula”.(17)

“Tá muito diferente do que era os outros anos, tinha mais atividades externas, só um dia se fez coisas diferentes, muito de sala”.(1)

Com base nessa fala, verifica-se que, de alguma forma, a capacitação acaba reproduzindo a lógica do ensino formal. Esse fator situa-se não só na compreensão metodológica dos operadores, mas também pelas condicionalidades de estrutura. Nem todos os locais de execução do programa têm espaço externo para realizar as atividades, portanto, restringem-se de alguma forma outras possibilidades.

Percebe-se que a qualidade dos equipamentos sociais interfere diretamente na qualidade do serviço, caracterizando a execução do programa naquilo que é possível.

A realização das visitas aos recursos da comunidade, algumas vezes, depende de transporte. Apesar de todos os jovens terem acesso ao passe gratuito, nem sempre é possível, pois os trâmites na emissão do documento demandam certo tempo e isso contribui para inviabilizar as saídas. Diante do exposto, verifica-se que a concessão desse benefício, que depende de uma outra política no caso de transporte, inviabiliza a execução do programa tal como se propõe, pois a articulação das políticas é fragilizada.

“Tá péssimo, precisava melhorar”.(9)

Foi apontado por 5% que a metodologia foi sendo melhorada durante o processo.

“A capacitação e a atuação no começo foi muito ruim, mas depois foi melhorando”.( 13 )

Com relação à atuação, os jovens apontaram a necessidade de um tempo maior, pois o tempo cronológico é diferente do tempo de maturidade do grupo, considerando que a capacitação deve acontecer nos seis primeiros meses e a atuação nos meses seguintes.

Cada turma é constituída por 25 jovens, ainda que apresentem aspectos comuns, trazem sua singularidade. Assim, o grupo necessita de um tempo para se conhecer e se constituir enquanto grupo. Simultâneo a isso, as temáticas vão sendo

trabalhadas. Conforme apregoa o projeto do programa, para o segundo semestre, está prevista a atuação na comunidade, a partir de um projeto elaborado pelo grupo, o que nem sempre é possível, dadas as dificuldades emergentes no grupo.

Emergem duas representações em torno dos jovens: fonte e vítima de problemas sociais e, ao mesmo tempo, protagonista do desenvolvimento de sua comunidade. Quanto à primeira imagem, trata-se de pensar projetos para aqueles considerados pouco integrados socialmente, sobretudo, nas instituições mais tradicionais (família e escola), por isso, fortemente sujeito de risco social na perspectiva do projeto. Ao mesmo tempo, impõem-se a tarefa ao jovem: uma vez adequadamente formado - em um período bastante breve e sem muitas alterações no ambiente em que vive -, ele pode ser estimulado a contribuir para a melhoria das condições de vida de sua comunidade a partir de uma intervenção social para a qual será orientado” (Sposito, 2005, p.150).

Percebe-se aqui uma contradição, pois, de um lado, o programa deve priorizar jovens em situação de vulnerabilidade social. De outro, o programa centra-se em fazer com que esse jovem, em um espaço de um ano, seja protagonista na sua comunidade, contribuindo para transformação da realidade e superando a situação de vulnerabilidade que originou o ingresso, o que vai além das possibilidades individuais e do alcance social da política de assistência.

Para essa análise, pode-se lançar mão da categoria historicidade, que possibilita compreender as múltiplas determinações do fenômeno dentro de uma perspectiva histórica. Assim, recorre-se ao contexto no qual foi pensado o Programa Agente Jovem, pautado numa perspectiva de política social de viés neoliberal, demarcada pelo encolhimento do Estado e pela atribuição à sociedade civil da responsabilidade com o social.

No que se refere às temáticas trabalhadas na capacitação, buscou-se verificar a pertinência dos assuntos tratados e a identificação dos temas considerados mais importantes, com o intuito de compreender em que medida a capacitação contempla as demandas dos jovens na sociedade contemporânea.

A temática da sexualidade e assuntos transversais, como prevenção a DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e contracepção, é atribuída como a mais importante. Essa atribuição se dá tanto por parte dos jovens, como dos técnicos.

“O mais importante foi DSTs/AIDS, pois aprendi como se previne e depois de eu aprender, eu pude passar esse conhecimento para outras pessoas”.(18 )

“Doenças sexualmente transmissíveis. Pra ficar atento quando ir fazer os negócios”.( 2 )

Os marcos e componentes da trajetória sexual evidenciam potenciais de vulnerabilidade, principalmente, em face da liberdade sexual deflagrada pela modernidade e caracterizada pelo apelo e o descompromisso. Por outro lado, ainda depara-se com o despreparo dos adultos no enfrentamento dessa questão, no sentido de poder constituir referência de modo a contribuir para a proteção. Na maioria das vezes, as relações são norteadas por padrões moralistas, nos quais são negadas as condições de perceber os jovens como sexualmente ativos, portanto, implicando na potencialização dos riscos.

Fica evidenciada, a partir da fala dos jovens, a demanda pela informação sobre questões referentes à sexualidade, que constituem ainda um campo em que existe um vazio de informações, sendo que nem família, nem escola conseguem dar conta do processo educativo, deixando, muitas vezes, para o grupo a responsabilidade.

Na segunda posição, aparece a questão da drogadição, refletindo uma problemática recorrente na vida dos jovens. Seja como experimentação, seja como dependência, as drogas têm ocupado espaço significativo na vida da juventude, em escalas antes inimagináveis. Nesse sentido, a temática representa muito mais do que demanda de informação, mas uma possibilidade de enfrentar o problema de forma coletiva.

“Sobre drogas. Tem gente no curso que já teve esse tipo de problema. Aí a gente teve que falar com eles, que isso não era vida pra ninguém. Eles tiveram mais responsabilidade, se fizessem alguma coisa, era fora do curso. A gente tentava falar com eles, eles vinham meio louco. Isso estraga a vida. E depois passaram a ter mais compromisso com o Agente Jovem”.(12)

“Como se observa em adolescentes e jovens, o uso de substância pode propiciar a inserção em grupos de sociabilidade, ou, em contrapartida, pode levar a inacreditáveis níveis de exclusão social” (DESLANDES, 2003, p. 243).

Evidencia-se aqui o caráter contraditório do consumo de drogas pelos jovens, que se constitui um dos condicionantes da vulnerabilidade social da juventude, dentro de um contexto social que oferece poucas possibilidades de mobilidade e pertencimento social. Cabe ressaltar que o consumo de drogas independe de condição social, tão pouco é um fenômeno novo. O que se diferenciam são as múltiplas manifestações desse fenômeno na contemporaneidade, que somadas às condições de classe, assumem diferentes possibilidades de acesso a tratamento, à inserção social e também à própria estigmatização, que acaba acentuando-se nas classes menos favorecidas economicamente.

A temática “trabalho” aparece também como um assunto considerado importante, principalmente, no que se refere à informação de acesso.

“O trabalho, porque eu quero trabalhar”.(20)

“Do emprego, o que precisa para arrumar”.(5)

O tema sobre direitos também aparece de forma significativa, seja na perspectiva de garantia, seja na perspectiva de violação.

“Abuso sexual porque trata de assuntos que acontecem em nossas rotinas de vida”.(15)

“Os direitos dos jovens”.(7)

A questão do preconceito racial também foi apontada como tema importante no processo de capacitação.

“Preconceito, porque tem a ver com a minha vida”.(16)

Os preconceitos fazem parte do nosso processo de socialização e é extremamente difícil erradicá-los do pensamento, pois a perspectiva crítica exige mais esforço do que a simples aceitação das idéias falsas, às quais estamos acostumados e que nos favorecem. Além disso, os preconceitos estão enraizados em todas as culturas, balizando as relações que cada uma delas estabelece com as outras e, muitas vezes, justificando o tratamento desigual e a discriminação dos indivíduos (Borges, Medeiros; d’Adesky, 2002, p. 53).

Apontar a questão do preconceito, de certa forma, possibilita uma maior compreensão para o fenômeno e uma possibilidade de reflexão crítica do contexto social, na busca de garantia de direitos e reconhecimento das diversidades. Deve-se considerar também que “a existência de uma pluralidade de expressões da discriminação na sociedade brasileira, sendo a de caráter étnico, mais especificamente em relação ao segmento negro da população, e a discriminação social as formas mais freqüentes apontadas” (Candau, 2003, p.90).

As questões referentes ao jovem e seus pares, como a família, amigos, os relacionamentos interpessoais e valores também foram evidenciadas, apontando uma preocupação com o outro.

“A respeitar os colegas, amigos, pessoas. Antes eu não me importava com isso”.(3)

“A família, os amigos”.(8)

“Como tratar das pessoas”.(12)

Os jovens trazem a questão da possibilidade de discutir valores e relações interpessoais como uma das temáticas importantes: “o acontecimento mais perturbador do século XX é a revolução moral que produz inquietações quanto à convivência coletiva, seus mecanismos e suas regras reguladoras das relações políticas e culturais entre os seres humanos” (TRASSI, 2006 p. 239).

Apontar a necessidade das temáticas referentes às relações familiares e aos relacionamentos interpessoais reflete, em alguma medida, a fragilidade dos processos de interação social vividos na sociedade contemporânea.

O fracasso de mecanismos tradicionais de regulação da convivência coletiva - o sistema de justiça, de religiões, a família e mesmo a escola -, controladores da conduta do cidadão, é outro sinalizador deste momento de incertezas sobre o presente e o futuro (TRASSI, 2006 p. 240).

Demarcadas pelas transformações societárias, as instituições família escola, espaços de referência para a sociabilidade e de transição da vida privada para vida pública, acabam se tornando frágeis. Nesse sentido, o grupo e a mídia acabam se constituindo como referência na constituição de valores éticos e padrões morais.

A temática da cidadania aparece na perspectiva do reconhecimento de diferentes direitos, principalmente, no que se refere aos direitos geracionais, dos jovens, dos idosos e da violação de direitos individuais e preservação ambiental.

É no contexto das buscas de construção de um novo estado de direito que se insinua a preocupação com a construção de uma nova cultura política e uma cidadania ativa, profundamente atravessada pelo reconhecimento e afirmação dos direitos humanos. Nesse horizonte, a educação em direitos humanos aparece com um potencial especialmente relevante e significativo (CANDAU, 2003, p. 94).

Nesse sentido, a discussão da temática, na perspectiva de direitos, reforça a sua importância no processo de autonomia e constituição dos jovens enquanto sujeitos sociais.

A violência é definida como um assunto importante, trabalhado no processo de capacitação, principalmente, pelo fato de estar intimamente vinculada ao cotidiano dos jovens, sobretudo, dos usuários do programa, residentes na periferia da cidade, local em que as expressões da violência aparecem de forma mais explícita. “A violência é um fenômeno cada vez mais presente em todos os espaços e setores sociais. A juventude está quase sempre no centro dos debates, ora pensada como agente de violência, ora como vítima a experimentá-la no próprio corpo” (Barrera, 1999, p.119).



Evidencia-se, por meio das falas, que as temáticas apontadas como importantes estão diretamente vinculadas à condição juvenil na contemporaneidade, portanto, apontam aspectos subjacentes ao contexto sociohistórico que as determina enquanto categoria social.

Em alguma medida, trabalhar essas temáticas na capacitação contribui para uma compreensão da vulnerabilidade social enquanto construção social, rompendo com visões que a banalizam e individualizam.

No que se refere à proposta de alteração da metodologia do programa, pode-se dividir em três aspectos: as atividades, a equipe executora e o tempo de permanência no programa.

A demanda por atividades externas, de alguma forma, reflete a necessidade de diversificação das atividades no processo de capacitação. Ainda que a metodologia aponte para que a discussão das temáticas seja trabalhada de forma criativa (por meio de debates, dinâmicas de grupo e filmes - pela falta de recursos, pela dificuldade de alguns orientadores e instrutores e pelas inquietações trazidas pelos jovens), algumas vezes, a capacitação acaba reproduzindo a lógica do ensino formal, tornando-se menos interessante para os jovens.

Outra demanda apontada pelos jovens foi a capacitação em informática no desenvolvimento das atividades e oficinas de capacitação profissional em áreas diversas.

O programa, em sua proposta, não pretende garantir capacitação profissional para os jovens, ainda que aponte para uma problematização acerca do mundo do trabalho. Porém, essa demanda tem emergido no cotidiano do programa, sendo apontada como uma necessidade de qualificação da sua metodologia.

Essa questão está intimamente relacionada à situação vivenciada pelos jovens frente ao processo de reestruturação produtiva. Se os jovens, de uma maneira geral, têm encontrado dificuldade de ingressar no mundo do trabalho, os

jovens usuários do programa encontram-se em uma situação ainda mais vulnerável, uma vez que não conseguem se inserir nos programas de capacitação profissional pela questão da baixa escolaridade, pois a maioria dos programas de capacitação exige uma determinada escolaridade mínima.

Outro aspecto, da qualificação do programa, está na necessidade de incluir conhecimentos de informática, evidenciando não só uma demanda posta pela “sociedade do conhecimento”, enquanto uma competência laboral, mas uma possibilidade de inclusão no mundo hegemonicamente informatizado, constituindo, inclusive, uma condição de pertencimento social.

Nesse sentido, recorre-se à categoria “totalidade” para explicar que as demandas trazidas pelos jovens refletem o contexto social ao qual estão inseridos. Logo, “os fenômenos não podem ser vistos isoladamente, sob pena de restringir-lhes abstrações. Os fenômenos constituem um todo concreto que determinam e são determinados por essa concreticidade” (ROCHA, 1999, p.9).

No que concerne à equipe executora, os jovens apontaram a importância de o instrutor permanecer durante todo ano. Na proposta executada com base nas orientações e no financiamento do governo federal, a permanência do profissional se dá apenas durante seis meses, implicando numa desmobilização do grupo e ruptura do vínculo construído entre os jovens e o técnico.

Essa demanda aponta para uma contradição na metodologia, ao mesmo tempo em que se atribui ao instrutor um papel de relevante importância, pois é o responsável por subsidiar esses jovens para a atuação nas comunidades. Porém, não é garantida a sua permanência ao longo do processo, o que revela sua fragmentação, e de limites para o fortalecimento desses jovens, pois o vínculo é rompido. Paradoxalmente, o fortalecimento dos sujeitos é um dos objetivos centrais do programa.

Um último aspecto apontado pelos jovens foi a ampliação do tempo de permanência no programa, avaliando o período de um ano como insuficiente para o que se propõe.

Referente às necessidades de qualificação do programa, de uma forma geral, vários aspectos foram apontados. Com relação aos aspectos positivos e negativos elencados pelos usuários, encontram-se os seguintes:

<b>Ranking</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
1º	Grupo	Grupo
	“Professores” (orientadores/instrutores)	Infra-estrutura
2º	Metodologia	Metodologia
3º	Financeiro	Financeiro
4º	Qualificação na comunicação	Nenhum

Ao se analisar o quadro acima, que traduz a freqüência dos aspectos apontados como negativos e positivos, verifica-se um *ranking*. Portanto, essa classificação é permeada de contradição, uma vez que os aspectos constituem os mesmos e ocupam a mesma posição, com exceção do quarto lugar.

Com relação aos aspectos positivos, são apontados, com maior freqüência, os orientadores, os instrutores e as referências<sup>36</sup>, ou seja, a equipe responsável pela execução direta do programa. Essa referência está respaldada em diferentes pontos. Primeiro, pelo espaço de escuta desses jovens por parte da equipe, o que representa um espaço de aconselhamento e de apoio, mas também de limites, ocupando o lugar de autoridade que, muitas vezes, não é encontrado nem na família, nem na escola (limites/autoridade).

“As professoras escutam a gente”.(1)

“Os professores ajudam nós, conversam, desabafam quando tem problema em casa”.(2)

<sup>36</sup> O detalhamento das competências de cada um destes atores já foi desenvolvido no terceiro capítulo, quando descrito o programa no contexto de Porto Alegre.

“A paciência entre o professor de escutar”.(12)

Um segundo ponto centra-se no incentivo da equipe para com os jovens, o que tem contribuído para o fortalecimento destes, para construção de identidade, de aumento da auto-estima e autopercepção, possibilitando um processo de rompimento com uma identidade atribuída e com determinismos que explicam a realidade.

“A professora ensina a gente a arrumar curso, ter mais informação, encaminha para trabalho, ela é legal e sorridente”.(4)

“Os professores eram bom porque tinham dedicação com a gente”.(11)

“Os professores”.(14)

Outro aspecto salientado foi da sociabilidade, uma vez que é atribuída ao programa a possibilidade de se fazer amizades, de se construir vínculos e ser um espaço de convivência.

“Conversar um pouco com os colegas”.(3)

“Tem bastante amigos”.(11)

“Amigos”(5)

“Amizade”.(15)

“As amizades”.(16)

A sociabilidade é apontada, de forma mais significativa, dentre os aspectos positivos do programa. Essa sociabilidade está referenciada na equipe e também no próprio grupo de jovens.

O aspecto contraditório do grupo reside no fato de que ele é atribuído como positivo pela possibilidade de sociabilidade, de interação com pares, mas apontado como negativo pelas formas de relação que estabelece. O aspecto negativo é atribuído a diferentes fatores, um deles refere-se à falta de respeito entre os colegas do grupo.

“A folgação é demais”.(1)

“Apelidos do grupo”.(14)

“Falta respeito entre os colegas e com os professores” (15).

“Falta de respeito entre os próprios colegas”.(1)

Esse aspecto apontado pelo grupo de faz parte do cotidiano, em diferentes espaços, tendo em vista que:

os processos de discriminação são complexos e estão fortemente enraizados na nossa formação histórica, marcada por processos de dominação, dependência, exclusão, escravização, forte hierarquização social, concentração do poder e autoritarismo, aspectos que denotam de modo contundente a negação do outro (CANDAU, 2003, p.91).

Outro fator apontado foi a falta de participação de alguns nas atividades, prejudicando o grupo como um todo.

“Alguns não participavam das atividades propostas”.(15)

Um terceiro aspecto salientado foram as brigas, que se dão não só de forma verbal, mas também enquanto violência física.

“As brigas no grupo, sobra pros outros”.(2)

“Os guris se pegam”.(3)

Segundo Abramovay,

as brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes ocorrem como continuidade de brincadeiras, podendo ter ou não conseqüências mais graves (2002, p. 236).

Muitas vezes, a forma de interação com o outro se dá sob formas violentas, os processos de violência vividos no cotidiano vão se caracterizando de forma naturalizada. Nesse sendo, a violência apresentada no grupo se constitui produto do contexto social, cuja reprodução assume diferentes formas.

A metodologia, principalmente no que tange às atividades complementares, também foi apontada como um aspecto positivo do programa, uma vez que ela possibilita atividades lúdicas, bem com lazer, recreação e atividades culturais.

“Os passeios”.(7)

“Eu ia à praça, jogava vôlei”.(8)

“Os passeios, museu, Casa de Cultura, oficinas”.(4)

“Passeios”.(3)

“A gente passeava”.

O aspecto financeiro ocupa o terceiro lugar nos aspectos emergentes na avaliação. Nesse caso, o aspecto positivo é atribuído à possibilidade de ter dinheiro, representando certa autonomia e a possibilidade de satisfação de necessidades a partir da bolsa, o que se poderá verificar posteriormente quando avaliada a efetividade do programa.

“A bolsa”.(9)

“A bolsa”.(14)

“Ganhar a bolsa”.(19)

“Ter dinheiro”.(5)

Referente à questão financeira, o aspecto negativo está no valor da bolsa, considerado pelos jovens como pouco.

“Aumentar a bolsa”.(19)

Esse valor permanece o mesmo desde 2001 e foi pensado, conforme se referiu anteriormente, com base no salário mínimo, que na época era de R\$ 150,00 (constituía meio salário mínimo), representando atualmente uma defasagem de mais de 100%, se comparado com o salário mínimo atual.

A infra-estrutura é apontada como o segundo aspecto negativo do programa, referenciada em três aspectos. O primeiro refere-se ao lanche, principalmente no espaço dos módulos, em que não há estrutura adequada para preparação. O segundo aspecto refere-se ao espaço físico e aos recursos disponíveis ao programa.

“Falta bebedouro, a sala”.(17)

“Teria que ter computadores”.(18)

O terceiro aspecto apontado foi a demora na emissão do passe livre<sup>37</sup>, muitas vezes, inviabilizando o acesso do jovem ao programa.

“A questão das passagens”.(9)

---

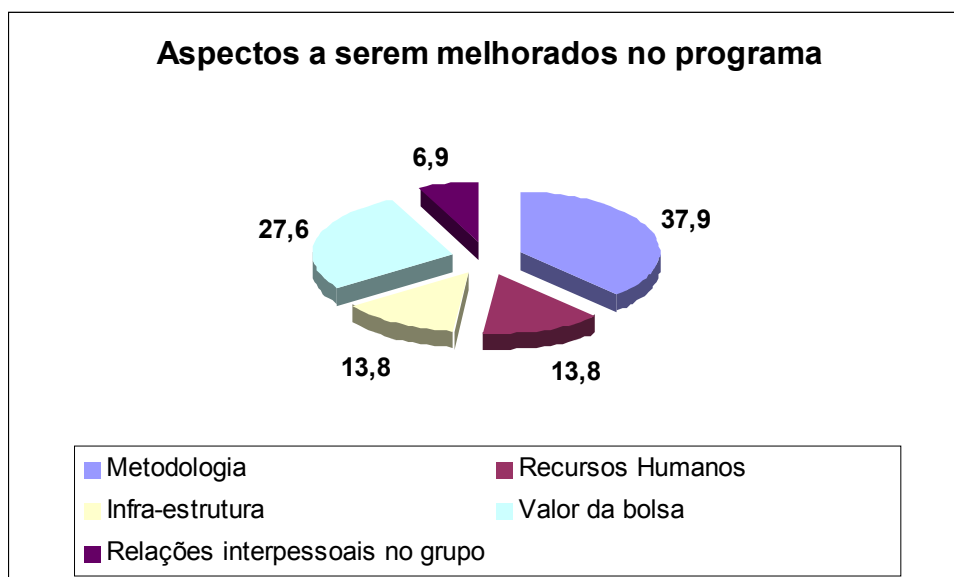
<sup>37</sup> O passe livre é oferecido ao jovem no ingresso do programa, porém a emissão deste é de responsabilidade da Empresa Pública de Circulação e Transporte (EPCT), mais precisamente, pelo setor de isenções. Esse setor é responsável por emitir todos os passes da cidade, para as mais diversas categorias (idosos, pessoas com deficiências, pacientes renais crônicos, esquizofrênicos, entre outros), além de todos os programas de assistência do município (entidades conveniadas com a FASC) e equipamento do Governo do Estado, implicando numa sobrecarga de trabalho, portando, numa menor possibilidade de agilidade no processo, desde a entrega da documentação necessária até a entrega do passe ao usuário. Sem referenciar a emissão de segunda ou terceira via, por extravio do mesmo.

Alguns jovens ainda referenciaram não haver aspectos negativos no programa. A avaliação por parte dos usuários constitui-se de extrema importância, evidenciando aspectos a serem qualificados no programa de uma forma geral.

As questões de infra-estrutura estão intimamente vinculadas às possibilidades de efetivação do programa nos moldes propostos, na medida em que a instituição também é vulnerável na execução da política de assistência social, o que foi denominado por Ayres como “vulnerabilidade institucional”.

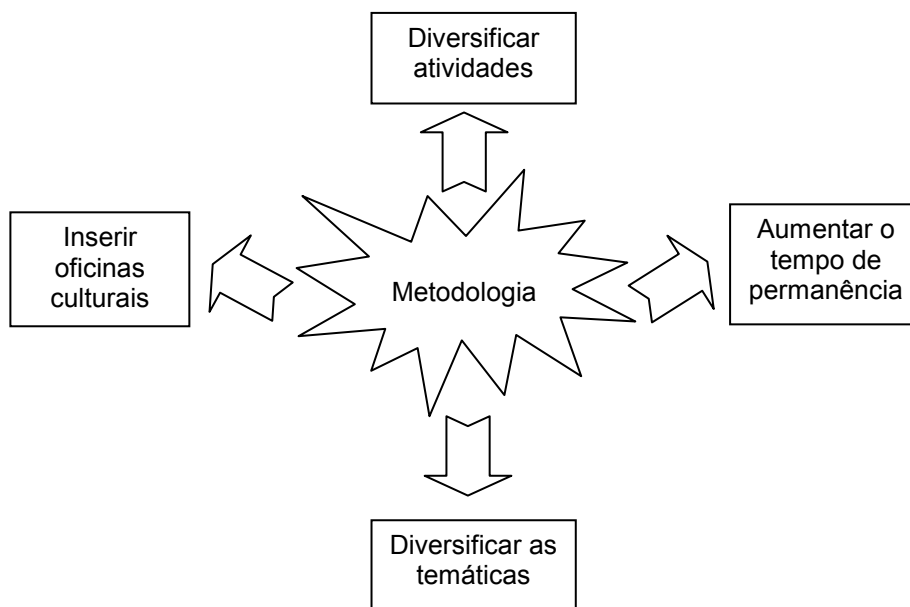
Essa avaliação, além de efetivar o controle social por parte dos usuários do programa, deve contribuir para uma maior efetividade no alcance dos resultados almejados.

Nesse sentido, foram questionados quais os aspectos que deveriam ser qualificados no programa, o que pode ser observado conforme gráfico abaixo.



A metodologia aparece de forma mais significativa em 37,9%, apontando para aspectos considerados como frágeis na execução do programa. Com base no esquema abaixo, evidenciam-se os aspectos a serem melhorados na metodologia do programa.





Um primeiro aspecto reside no tempo de permanência no programa, que é considerado pequeno em face daquilo que se propõe. A grande maioria dos jovens permanece um ano, conforme o projeto técnico que orienta nacionalmente o programa. Aqueles usuários que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade são avaliados pelos técnicos, podendo então permanecer até dois anos (dadas as situações complexas trazidas por esses jovens - como direitos ameaçados ou violados, a própria etapa da vida, de incertezas, de constituição da identidade - e o tempo cronológico, que nem sempre corresponde ao tempo singular).

O jovem, num primeiro momento, precisa se vincular ao grupo e à equipe responsável pela execução, constituir-se como parte desse grupo. Quanto mais fragilizado esse jovem estiver, maior será o tempo necessário para que ele possa estabelecer as suas relações.

“Acho que teria que ter mais de um ano, entre as coisas que eu fiz, informática, o Agente Jovem foi o melhor”.(12)

Outro aspecto da metodologia refere-se à inclusão de oficinas culturais como atividades complementares. É importante destacar dois aspectos nessa demanda. O

primeiro refere-se ao caráter da oficina enquanto recurso metodológico, uma vez que possibilita uma forma diferenciada de aprender, se materializando a partir do concreto, contribuindo para a ampliação do universo cultural, desenvolvendo sociabilidade, conhecimentos, valores, habilidades e constituindo espaços de subjetivação importantes, de expressão de sentimentos.

Importante salientar as poucas oportunidades de acesso à cultura que os jovens dispõem, nesse sentido, as oficinas culturais são demandadas em dois sentidos, o primeiro refere-se à própria proposta metodológica, que rompe com o caráter formalizado da educação, mas representa outra forma de apreender. Assim, a cultura, representa, principalmente para os jovens, um espaço importante de subjetivação, de representação e de simbolização. Num segundo momento, caracteriza-se pela possibilidade de acessar bens culturais a partir da inserção no programa, o que se mostrará mais evidente na análise da efetividade do programa.

“Mais oficinas, tipo a que a gente fez na casa de cultura”.(5)

A diversificação nas atividades também foi demandada, como uma necessidade para qualificar o programa. Está intimamente vinculada à negação da educação formal, apontando para outras possibilidades de aprendizagem.

“Tinha que ter mais atividades”.(4)

“Fazer coisas diferentes, em vez de ficar só debatendo temas”.(15)

Ainda que a construção da temática norteie o processo de capacitação e seja construída com os usuários do programa, foi apontada como necessidade de diversificação.

O valor da bolsa representou 27,7% dos aspectos a serem melhorados. Ainda que seja considerada de extrema importância, o valor R\$ 65,00 é muito pequeno. Ficando evidenciado por meio de algumas falas.

“Para mim o que precisa ser diferente é só aumentar a bolsa para R\$ 150,00, para incentivar os jovens de rua, da prostituição, por que R\$ 65,00 é muito pouco”.(13)

“Melhorar um pouco a bolsa, ou seja, ganhar no mínimo R\$ 150,00, pois assim poderia incentivar mais jovens e até tirar da rua, pois uma bolsa de R\$ 65,00 não dá pra nada”.

Percebe-se, por meio da colocação desses jovens, que o valor é muito pouco, pois eles avaliam que, para situações mais complexas de vulnerabilidade, esse recurso acaba sendo pouco atrativo para o ingresso ou permanência no programa. Isso porque, por meio de esmola, da exploração sexual e até mesmo trabalhando de “aviãozinho” ou “olheiro”<sup>38</sup>, as possibilidades de ganho são muito maiores.

A bolsa repassada pelo governo federal foi pensada dentro de uma lógica de meio salário mínimo, quando este era de R\$ 130,00. Atualmente, o valor encontra absolutamente defasado, pois não recebe reajuste desde 2001.

Ao longo dos anos, verifica-se que a ampliação do atendimento do programa, em nível nacional, caracterizou-se pelo aumento do número de vagas, refletindo uma lógica que prioriza a quantidade, em detrimento da qualidade, não respeitando a diversidade regional, pois o valor da bolsa é o mesmo para todas as regiões.

Os recursos humanos apresentam 13,8% das demandas de qualificação. Nesse item, foi apontada a necessidade de o instrutor permanecer durante todo o ano. Essa demanda se dá tanto pelos usuários como pelos técnicos, estando intimamente relacionado ao vínculo que os jovens estabelecem com o instrutor, que, no meio do processo, deixa o programa. A continuidade do trabalho fica sob responsabilidade do orientador e do referência, o que contribui para uma ruptura no processo do grupo.

---

<sup>38</sup> Estas denominações representam funções atribuídas ao tráfico de drogas.

Conforme previsto no projeto técnico, a capacitação deve acontecer no primeiro semestre, nesse sentido, os recursos repassados para a manutenção do instrutor limitam-se a esse período.

Outro aspecto técnico refere-se à rotatividade dos técnicos responsáveis pela execução do programa: instrutores e orientadores, que são contratados por meio de convênios. Essa limitação institucional acaba incidindo na qualidade do programa.

O espaço físico também foi apontado como uma das necessidades de qualificação das salas onde o programa é executado, implicando significativamente no andamento do programa.

Outro aspecto salientado foram as relações interpessoais no grupo, como fator significativo para a qualidade do andamento do programa, uma vez que este se dá a partir do grupo.

Fica evidente a contradição, ao mesmo tempo em que o grupo é considerado o aspecto mais importante do programa, ele também aparece como uma das demandas de melhoria.

“Parar de arreganho e levar mais o programa mais a sério”.(3)

“As atitudes dos alunos”.(2)

As atitudes no grupo refletem as formas relações estabelecidas no cotidiano, nesse sentido, são produto do contexto social, demarcadas pela crise ética da sociedade contemporânea, que individualiza códigos morais e naturaliza relações de opressão e violência.

Trata-se de comportamentos agressivos que ocorrem nas escolas e que são tradicionalmente admitidos como naturais, sendo habitualmente ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pelos pais. (...) São considerados *bullying* direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal-estar aos alvos. São atos utilizados com uma frequência quatro vezes maior entre os meninos. O *bullying* indireto compreende atitudes de indiferença,

isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas (NETO, 2005, p.165-166).

A intimidação e desrespeito no grupo se dão como forma de demarcar território, muitas vezes, reproduzindo vivências que estes têm nas relações que estabelecem na família e na comunidade.

### **5.3 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE**

Esta etapa da pesquisa objetivou verificar como os jovens do programa percebiam a efetividade do projeto, ou seja, em que medida contribuiu para mudanças em suas vidas, possibilitando identificar o alcance social do mesmo a partir da fala dos usuários.

A participação no programa foi considerada importante por todos entrevistados. Entre os aspectos mais significativos, encontra-se o conhecimento adquirido a partir da participação no programa.

“ Me ajudou a crescer em termos de conhecimento”.(18)

“Aprendi muitas coisas novas”.(16)

“Foi muito importante. Aprendemos muitas coisas, que eu nem imaginava.(15)

Um segundo aspecto refere-se ao acesso à informação, viabilizada pelo programa.

“Eu aprendi umas coisas, um monte de coisas, aprendi muito”. (7)

“A Camila sempre quer que a gente arrume emprego, fala coisas importantes pra gente. Ela dá uns folhetos para fazer curso, ela sempre quer que a gente arrume

emprego, mas tá difícil. Ela ajuda a gente, incentiva a agente ir lá se escrever, fazer cursos.

Essa fala aponta uma demanda dos jovens pela qualificação profissional como condição para acessar o mercado de trabalho. Ainda que a realização de cursos contribua nas possibilidades de empregabilidade, isso não se constitui garantia. O processo de reestruturação produtiva engendrou uma nova lógica ao mundo do trabalho, colocando uma série de exigências de habilidades, ao mesmo tempo em que reduziu significativamente a oferta de trabalho, sobretudo, para os jovens, que hoje são os maiores atingidos pelo desemprego no país.

“Antes eu não tive isso, ninguém falava, aonde tão dando curso de graça, monte de coisa”.(5)

Ainda que a capacitação prevista no programa esteja centrada em temáticas, conforme se abordou no capítulo 3, percebe-se, por meio da fala dos jovens, que ela se dá para além daquilo que se propõe.

Capacitação é um processo em que a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de conscientização e organização e se torna capaz de estender a sua experiência ao todo social, penetrando mais fundo na essência dos problemas, captando as contradições sociais a que está submetida. Como tal, percebendo mais a essência da sua realidade social, tenta encontrar novos modos de agir que respondam mais diretamente aos seus problemas (SOUZA, 1982, p.134).

O espaço de sociabilidade que o programa proporcionou também foi apontado, tanto pelos técnicos como pelos jovens, como um dos aspectos mais significativos da participação do programa, no sentido de evidenciar um espaço de acolhida, de reconhecimento e de troca.

“Aprendi várias coisas, fazer amizades com o grupo”.(6)

“Eu penso que faz bastante diferença, eles trabalharem em grupo, de se sentirem parte de um grupo”.(OR)

“A própria questão da socialização com os outros adolescentes”.(REF)

Simmel (1983) aponta a questão que a sociabilidade constitui uma relação que tem fim em si mesma, ou seja, é a pura e simples possibilidade de interação com o outro que determina essa sociabilidade. É a partir da sociabilidade que os indivíduos estabelecem laços, que demandam simetria e equilíbrio, caracterizando uma relação entre iguais.

Em se tratando de jovens, o grupo assume papel fundamental, pois é a partir deste que vai se dar o processo de afastamento da família, constituindo o processo de autonomia, constituindo-se enquanto indivíduo.

Outro aspecto importante refere-se à possibilidade de encontro com seus pares, uma vez que a sociabilidade exige uma simetria, ainda que existam diferenças no grupo, estabelecem-se as relações entre iguais.

Segundo Morcellini (1987, p.118), “o grupo de pares responde à necessidade de comunicação, de solidariedade, de autonomia, de trocas, de reconhecimento recíproco e de identidade”.

“A gente arruma muitos amigos, podemos conversar, muita alegria, eu não tinha muitos amigos, lá na vila só tem cheira-cola, que fuma maconha”.(4)

Por meio desta fala, fica evidenciado que o espaço próximo ao local de moradia (demarcado muitas vezes pela violência, pelo consumo e tráfico de drogas) limita as possibilidades de interação entre os jovens, da mesma forma em que dita regras de convivência e hierarquia de relações, contribuindo para um isolamento dos jovens que não se identificam com esse universo.

“Eu aprendi a conviver com outras pessoas, eu era muito de ficar em casa, fechada, só com vizinhos, aprendi a conviver com os guris. Era só oi e tchau”.(9)

Essa fala evidencia a possibilidade de estabelecer outras relações de gêneros.

Ainda como aspecto importante, evidenciou-se a autovalorização dos jovens.

“Participei de alguma coisa, dei minha opinião nos debates sobre drogas, sexualidade”.(1)

“Ajudei no andamento da turma, dei minha colaboração, fiz as tarefas”.(2)

O desenvolvimento da auto-estima, do apreço por si mesmo, implica o questionamento dos papéis sociais que são atribuídos aos dominados e o questionamento da ideologia da desigualdade, da naturalização das diferenças (Faleiros, 1997, p.64).

A partir da fala dos jovens, verifica-se que, em alguma medida, a participação contribuiu para o fortalecimento da auto-estima, seja pela possibilidade de inserção social ou pelo sentimento de pertença.

A qualidade na comunicação, bem como nas relações interpessoais, foi atribuída à participação no programa.

“Não me dava com um monte de gente, agora acho elas legal”.(8)

“Foi importante pra me comunicar com os outros”.(20)

Outro aspecto significativo foi a apropriação da cidade, contribuindo, de alguma forma, para uma cidadania em estrito senso, um sentimento de pertença. Isso se contrapõe à condição vivida pelos jovens do programa no cotidiano, pois os processos de exclusão caracterizam-se não só pelo acesso a bens e serviços, mas como possibilidade de inserção social.

“Aprendi coisas sobre a cidade”.(11)

“Eu não sabia nem vir para o centro”.(12)

O acesso à cultura foi apontado como uma mudança importante, ao mesmo tempo em que se percebe a falta de acesso a bens culturais. Nesse sentido, o



programa constituiu-se um instrumento importante para o acesso à cultura. Muitos jovens evidenciaram ter acessado espaços culturais a partir da participação no programa.

“Fui no cinema, na bienal, na Casa de Cultura, a partir de agora posso ir sozinha”.(9)

Essa fala demonstra não só a possibilidade de acesso propriamente dito a um espaço cultural, mas aponta o acesso à informação como uma possibilidade de autonomia e apropriação de espaços da cidade. Nesse sentido, o programa, de alguma forma, contribuiu para a ocupação de outros espaços além da comunidade.

O grupo de pares, o lazer e a diversão aparecem como elementos constitutivos da singularidade da condição juvenil das camadas populares, sendo em torno dessas atividades que desenvolvem preferencialmente as relações de sociabilidade e a busca de novas referências na estruturação de identidades individuais e coletivas (2002, p.110).

A sociabilidade foi apontada como o aspecto mais importante do programa, considerando as possibilidades de interação, de confiança e de estabelecimentos de vínculos.

A sociabilidade constitui uma possibilidade de singularização da condição juvenil, sobretudo, nas classes populares, nas quais os vínculos estabelecidos, na maioria das vezes, são fragilizados ou rompidos, sendo os espaços de subjetivação restritos e demarcados por processos de exclusão, por ameaça ou violação de direitos.

“O mais importante foi ter arrumar novas amizades”.(9)

“Ter conhecido gente nova e daí consegui ficar com eles. Eu não sou muito de fazer amizade com quem não conheço. Agora saindo daqui vou fazer amizade em outro lugar. Levava tempo, eu era desconfiado aqui, era obrigado a fazer trabalho em grupo e eu fui pegando amizade deles”.(10)

“Conhecer outras pessoas”. (17)

Essas falas evidenciam a possibilidade de estabelecer novas relações. A inserção no grupo possibilita novas experiências de vida, uma vez que a interação com o outro contribui para a sua própria constituição enquanto indivíduo. Nesse sentido, o grupo assume papel fundamental, como uma possibilidade de romper com o mundo infantil, isto é, como a busca de referenciais fora da família. Logo, a sociabilidade assume papel fundamental na constituição da identidade (Dayrell, 2001).

A aquisição de valores e de responsabilidade foi evidenciada a partir das falas dos jovens:

“Tinha muita coisa que eu não sabia. Sobre o jovem, o que ele deve e não deve fazer, os direitos. Eu fazia um monte de coisa errada, passei a pensar nas coisas que eu fazia”.(7)

“Aprendi a respeitar a privacidade das pessoas”.(12)

A aquisição de valores possibilitou novas formas de ser e de se relacionar com os outros, portanto, incidiu em uma nova postura do jovem.

Foi perguntado aos jovens se, a partir da participação no programa, foi percebida alguma mudança na vida. Todos apontaram que sim, atribuindo a diferentes fatores, muitos já apontados como aspectos importantes do programa. Dentre os quais, pode-se destacar, de forma mais significativa, uma percepção na qualificação dos relacionamentos interpessoais.

“Antes eu era mais estúpida, agora mudei. Eu era mais estourada não tinha muitos amigos”.(11)

“Mudou meu comportamento, mudou várias coisas, antes eu era revoltado com minha mãe. Porque aprendi muitas coisas. Aí mudei”.( 8)

Evidencia-se, por meio das falas relativas aos aspectos considerados importantes, que a inserção no programa possibilitou um processo de conscientização, considerando-o como processo pedagógico.

Cada indivíduo, enquanto ser histórico-social, tem de desenvolver sua própria busca de apropriação da contradição como princípio explicativo do real, tem de consumir o seu movimento histórico de ruptura da alienação no interior do coletivo. A face do singular e do coletivo não se dissociam, portanto ao longo desse movimento que tem na consciência a sua condição primeira, o seu elemento fundante (MARTINELLI, 1993, p.138).

Outra mudança importante foi a aquisição de novos valores:

“(...)ter respeito pelas pessoas mais velhas”.(17)

“Mudou, depois que eu fiz, criei mais responsabilidade com as coisas que eu faço”.(12)

“Para mim ter mais cabeça, mais juízo, a professora conversa bastante”.(8)

Segundo Pais (1998, p. 20):

os valores não devem ser tomados apenas como valores valendo, mas também como valores sendo- pois só assim percebemos o que valem e para quem. Isto é, só desse modo entendemos em que medida os valores aparecem como produto de divisões objetivas... São estes valores sendo que podem sedimentar em verdadeiros valores próprios de determinados universos culturais, de entre os quais se destacam os geracionais e cujas descontinuidades terão que ver com diferentes níveis de adesão substantiva, por parte de distintas gerações”.

O que se percebe na sociedade contemporânea é uma relativização da ética e a individualização de códigos morais. Maffesoli (1996), ao analisar a crise da sociedade contemporânea, aponta que há uma falta de unidade do ponto de vista da ética, portanto dos códigos morais, além da ausência de possibilidade de novos referenciais.

A socialização secundária inclui todos os outros processos que o adolescente experimenta, na medida em que vai entrando em novas áreas do mundo objetivo da sua comunidade e da sua sociedade. Mas esses resultados são necessariamente e marcadamente frágeis neste conturbado início do século, sempre sujeitos ao corrosivo passar do tempo e à mudança das condições tecnológicas, econômicas e sociais. Esses processos, como vimos, resultam na relativa desinstitucionalização da vida cotidiana, fenômeno que repercute nas relações de família, de gênero, nas atitudes em relação ao trabalho, etc. Além disso, também é observado um processo de desobjetivação das relações sociais que se opera entre sucessivos cortes, interpondo desafios muito mais sérios contra os valores, normas sociais e modelos de vida, na forma como eram concebidos pelas gerações passadas (DELLASOPPA, 2003, p.167).

De alguma forma, o programa possibilita a reflexão no campo dos valores, não como valores absolutos, constituindo uma possibilidade de referência, na medida em que se vivencia a fragilidade das instituições família e escola nessa contribuição, o grupo e a mídia hoje vêm assumindo esse papel.

A possibilidade de ocupação, a incorporação de novos hábitos e uma rotina foram apontadas a partir da inserção no Agente Jovem.

“Mudou um pouquinho, acordei mais cedo, antes eu dormia até o meio-dia”.(4)

“Mudou minha rotina”.(4)

“Ajudou minha rotina, antes eu ficava em casa sem fazer nada, participando do Agente Jovem eu fico ocupado e não penso em fazer besteira”.(18)

Essa fala reproduz um discurso, moralizador do adulto, dominante na sociedade, de que o jovem deve manter-se ocupado, assim está mais distante da “delinqüência” e da “marginalidade”. Nesse sentido, o jovem acaba reproduzindo no seu modo ser jovem aquilo que a sociedade lhe atribui.

Por outro lado, não se pode negar que, a partir das falas, fica evidenciada uma possibilidade de reflexão, de crítica e de ruptura com uma visão ingênua da realidade, buscando superar determinismos, de alguma forma, deflagrar um processo de conscientização.

A conscientização, em sua dinâmica pedagógica, se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade. Isto é, a partir da realidade existencial que se tem, passa-se a uma percepção ampliada dessa realidade; estabelecem-se correlações de causa e efeito e formulam-se juízos e críticas que direcionam a formulação de atitudes para o seu enfrentamento (SOUZA, 1989, p. 90).

Como a conscientização é definida por um processo, ela não se dá como pronta, depende do movimento de cada um. Ninguém conscientiza ninguém, a conscientização caracteriza-se pela superação de uma consciência ingênua, para a construção de uma consciência crítica, consciência social. O processo de conscientização se dá de forma contínua de compreensão da realidade (Rocha, 2004).

Esse processo, evidenciado por meio da fala dos usuários, aponta para uma possibilidade de desvendamento da realidade, mas num nível de consciência individual. “É aquela que se concretiza pelo fato de o homem ter personalizado, em si mesmo motivos e causalidades das necessidades e frustrações que requerem enfrentamentos coletivos” (Souza, 1989, p. 88), portanto, ainda não alcança o nível de uma consciência social.

Porém, essa manifestação pode representar uma face singular desse processo, em que “cada indivíduo-pessoalmente e sem ninguém substituí-lo tem de formar uma cultura e viver a sua vida” (KOSIK, 1976, p.19).

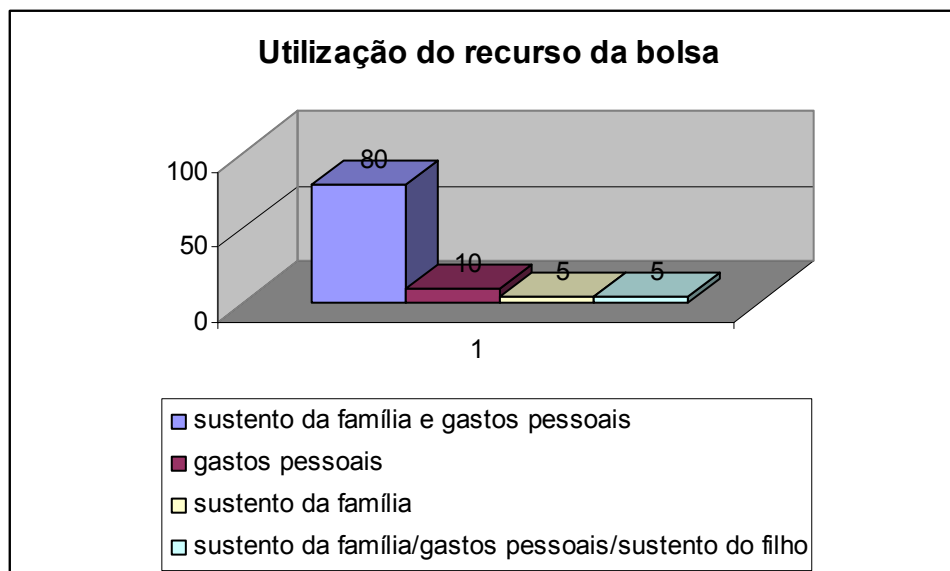
Considerando que a bolsa foi atribuída como o principal motivo de ingresso, buscou-se conhecer de que forma ela é utilizada e em que medida ela contribui para mudança nas condições de vida dos jovens usuários do programa. Conforme já se abordou, o valor repassado é de R\$ 65,00 mensais.

“Com o dinheiro me tornei mais independente”.(17)

“Consegui comprar coisa para mim sem ter que pedir pro meu pai ou para minha mãe”.(10)

“Algumas avaliações já empreendidas apontaram o quanto essa renda é importante para esses jovens, principalmente para apoio, e ao mesmo tempo independência em relação à família” (SPOSITO, 2005, p. 159).

A possibilidade relativa de acesso ao consumo de bens e serviços foi atribuída como uma mudança importante, possibilitada a partir da bolsa, atribuindo uma relativa autonomia financeira.



O recurso da bolsa é de grande importância. Conforme se viu anteriormente, é atribuído pelos jovens como o principal motivo de ingresso no programa. Com base nos dados emergentes da pesquisa, é importante ressaltar que apenas 5% dos jovens utilizam a bolsa exclusivamente para o uso pessoal.

Percebe-se que, em 90% dos jovens entrevistados, bolsa constitui um recurso importante para a manutenção da família, principalmente, no que se refere à compra de alimentos.

“Eu ajudava minha mãe a fazer o rancho”.(5)

“O dinheiro era pra mim e pra minha família, às vezes eu comprava coisa para dentro de casa”.(7)

A partir da fala dos usuários, retoma-se a análise acerca das fragilidades da família como um dos fatores da vulnerabilidade juvenil, uma vez que fica evidenciada a co-responsabilidade do jovem em contribuir para o sustento da família, quando deveria ter sua proteção e manutenção garantida por esta. Como foi visto, nas diferentes origens de ingresso do jovem ao programa, destaca-se o encaminhamento pelo PETI, o que denota que esse jovem, há tempos, já tinha essa responsabilidade, em detrimento das suas condições peculiares de desenvolvimento.

Ressalta-se ainda que, de forma menos significativa, a bolsa também é usada para a manutenção dos filhos, pois muitos jovens do programa já são pais e mães<sup>39</sup>.

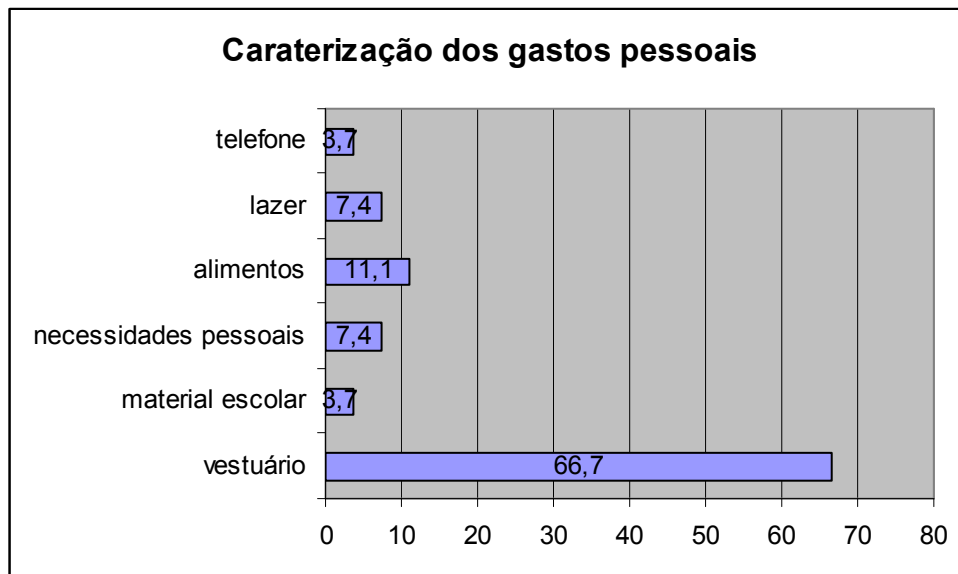
“A bolsa era usada pra comprar fraldas para meu filho, roupa pra mim, calçado e ainda ajudava minha sogra, eu moro com ela”.(8)

Nesse sentido, a bolsa, ainda que seja de valor financeiro pequeno, “aparece como condição para maior autonomia e liberdade em relação à família, pela possibilidade do consumo de bens e pela garantia de um mínimo de lazer, enfim, é o trabalho que possibilita a vivência da própria condição juvenil” (Dayrell, 2002, p.122).

A partir da pesquisa, percebe-se que a bolsa constitui uma relativa possibilidade para os jovens de consumo de bens e serviços. A tabela abaixo busca identificar quais os tipos de gastos pessoais que o acesso à bolsa possibilita, ou seja, as demandas que ela consegue responder.

---

<sup>39</sup> Esse constitui um dado empírico observado, até o momento, não foi mensurado, portanto não pode ser precisado.



A compra de vestuário aparece entre os gastos pessoais de forma mais significativa, com 66,7%. O vestuário para o jovem representa muito mais do que o atendimento de uma necessidade de proteção, está relacionado a uma necessidade simbólica. O vestuário caracteriza um jeito de ser, demarca uma possibilidade de distinção e imprime um estilo.

“O fetiche da moda cumpre esta função: quem a consome deseja diferenciarse para destacar-se, valorizando-se - mal percebe que copia o movimento de todos” (SOARES, 2004, p.148).

Na sociedade atual, caracterizada pelo apelo ao consumo, a possibilidade de consumir representa um reconhecimento social. A possibilidade de comprar um determinado tênis ou um estilo de calça representa uma forma de se constituir em um determinado grupo.

“O resultado disso é que cada grupo impõe facilmente a seus membros uma conformidade de consumo bastante definida” (CALLIGRIS, 2000, p. 58).

O grupo vai apontando “senhas de reconhecimento”, como exigências estéticas, por meio de vestuário, acessório, cabelo, além de éticas a partir de padrões de conduta.



“Eu comprava coisas pra mim, roupa, creme, coisa pessoal, brinco, do que eu vejo e que é do meu interesse eu compro”.(9)

“O dinheiro é usado para pagar minhas contas e para minhas despesas em casa, mas mesmo assim o dinheiro é muito pouco para tudo que tenho que pagar”.(13)

Ainda que se tenha a crítica sobre o valor da bolsa, essas falas evidenciam certa autonomia possibilitada pela bolsa e a possibilidade de satisfação de necessidades materiais e simbólicas.

A aquisição de alimentos representa 11,1%, caracterizados pela possibilidade de comprar guloseimas, como bolacha recheada, bala, chocolate, refrigerantes e até a possibilidade de fazer lanche.

O terceiro tipo de gasto pessoal, com 7,4%, é dividido entre a aquisição de produtos atribuídos como necessidade pessoal, como higiene, acessórios (brinco, pulseira) e cosméticos (creme, batom), o que contribui para o aumento da auto-estima desse jovem.

O outro tipo de gasto refere-se ao acesso ao lazer, exemplificado por parque de diversões e bailes. O acesso à atividade de esporte, em escolinha de futebol e o acesso à cultura, principalmente, a partir do cinema.

A realidade cotidiana dos jovens que acessam o programa é demarcada por limitadas ou inexistentes oportunidades de acesso ao lazer, ao esporte e à cultura. Nesse sentido, a possibilidade viabilizada por meio do recurso da bolsa contribui para a ampliação do universo simbólico dos jovens e para uma possibilidade de inserção social, o que constitui pressuposto para o desenvolvimento saudável e condição de autonomia.

A última posição, menos representativa, com 3,4%, também é dividida entre material escolar e compra e manutenção do telefone. Por um lado, evidencia-se o

suprimento de uma necessidade, que deveria ser garantida pela política de educação, no sentido de garantir os recursos para o acesso à escola. Por outro, aponta para o atendimento de uma demanda, que, do ponto de vista do senso comum, representaria supérfluo, mas que, para esses jovens, assume papel importante.

O acesso ao consumo de bens e serviços é atribuído como uma das possibilidades a partir da inserção no programa. Ainda que, na maioria dos jovens, o recurso da bolsa seja dividido entre a manutenção dos gastos da família e gastos pessoais, evidencia-se um aumento da auto-estima do jovem e a possibilidade de consumir, portanto, instigando um sentimento de pertencimento.

Uma das questões fundamentais era compreender se, além das mudanças presentes, observadas pelos jovens a partir da inserção no programa, eles consideravam que essa participação pudesse trazer alguma contribuição a longo prazo, buscando-se vislumbrar uma possibilidade de impacto<sup>40</sup>.

A maior referência feita à possibilidade de contribuição futura da participação no programa foi a qualificação para o trabalho. Ainda que o programa não tenha essa pretensão, tampouco especificidade, os jovens atribuem essa possibilidade por diferentes aspectos, como os conhecimentos adquiridos e o acesso à informação.

“Quando eu pegar um emprego e dizer que eu participei, debati alguns temas”.(1)

“Aprendi coisas que vão me ajudar no futuro, como a maneira de procurar emprego, como fazer um currículo, muitas coisas importantes”.(15)

“Porque consegui um trabalho, a professora traz oportunidades para nós, informações sobre cursos”.(20)

---

<sup>40</sup> Ainda que se tenha claro que o impacto só pode ser avaliado depois de um determinado tempo, o que não foi possível no decorrer da pesquisa, buscou-se compreender quais as contribuições imediatas do programa na vida desses jovens.

Ainda foi referenciado que o programa possibilitou a habilidade para desenvolver trabalhos em grupo.

“Pra arrumar emprego, porque eles vão acabar perguntando se eu já fiz alguma atividade de grupo, conseguimos aprender mais coisas, trabalhar em grupo, trabalho, profissão”.(4)

Percebe-se então um processo de individualização nessa busca, a partir do momento em que é colocada no trabalhador essa responsabilidade de recorrer de maneira isolada a essa possibilidade de inserção no mercado de trabalho. (Guimarães, 2005)

Por último é atribuído ao certificado uma possibilidade de qualificação para acesso ao trabalho, reconhecendo a necessidade de capacitação exigida pelo mercado.

“O diploma vai me ajudar para arrumar um bom serviço, tem que ter curso pra arrumar serviço, se não tiver curso eles pensam que o cara é vagabundo, agora não sou mais”.(6)

“Eu consegui fazer todo ele, ganhei diploma, ajuda bastante arrumar trabalho. Porque agora tão pedindo diploma de curso, querem que a gente faça bastante”.(10)

Essa é uma das faces mais perversas do processo de reestruturação produtiva, que coloca no trabalhador as condicionalidades de acesso, enquanto que a demanda do trabalho é regulada pelo mercado, sendo que o desemprego hoje não é mais conjuntural, mas estrutural. Nesse sentido, as vulnerabilidades de acesso à vida produtiva, trazidas por cada um dos jovens, constituem singularidades do contexto social mais amplo.

Segundo Castel, o trabalho “continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante” (1998, p. 578). Fica evidenciado que o trabalho constitui valor central

enquanto espaço de sociabilidade humana, de reconhecimento e de possibilidade de subjetivação.

Ainda que as condicionalidades e motivações ao acesso ao trabalho caracterizem-se de diferentes formas, este se revela como um valor importante na construção da identidade, uma vez que articula motivações subjetivas e objetivas. Subjetivas pelo que se afirmou anteriormente e objetivas ao possibilitar o acesso a bens e serviços, portando, suprem a satisfação das necessidades dos participantes.

Essa perspectiva apontada pelos jovens, relacionando a participação ao programa a capacitação profissional, constitui-se uma contradição importante a ser enfrentada. De um lado, sabe-se de antemão que o programa, ao menos diretamente, não capacita para o trabalho, portanto, não possibilita condições de empregabilidade aos jovens, não sendo esse seu objetivo. Por outro, é importante ficar atento a essa demanda que os jovens colocam, isto é, a necessidade de capacitação para o trabalho.

Lembrando que os jovens usuários do programa, em sua maioria, têm baixa escolaridade, atendem aos critérios de elegibilidade dos programas de capacitação profissional, portanto, não conseguem acessá-los. Isso denota uma face perversa da exclusão. Porém, o programa pode possibilitar o fortalecimento desse sujeito, primeiro para que ele resgate a importância do ensino formal como uma maior possibilidade de mobilidade social e, segundo, contribui para o acesso de outros espaços de inserção desses jovens.

A possibilidade de (re)significação de um projeto de vida ocupa a segunda posição entre as possibilidades futuras promovidas pelo programa, por meio do planejamento para o futuro, da emergência de desejos e aspirações e das motivações e autodeterminações expressas pelos jovens.

“Antes eu era vagabundo, agora não sou mais, agora pra mim é só serviço. Vagabundagem eu deixo pra trás, agora tenho que pensar no futuro e no presente”.(18)

“Agora eu posso pensar no futuro, num bom serviço, poder comprar minhas coisas sem precisar tá roubando, perder quase toda minha juventude, isso é chinelagem”.(6)

“Eu tô me escrevendo num curso de computação”.(8)

“Eu vou trabalhar, estudar, querer sempre crescer, nunca andar que nem caranguejo para trás, sempre olhar para frente”.(12)

“Eu vou sair com meus pensamentos todos positivos, eu garanto que vou mudar para melhor”.(13)

Cada indivíduo, enquanto ser histórico-social, tem de desenvolver sua própria busca de apropriação da contradição como princípio explicativo do real, tem de consumir o seu movimento histórico de ruptura da alienação no interior do coletivo. A face do singular e do coletivo não se dissociam, portanto, ao longo desse movimento, que tem na consciência a sua condição primeira, o seu elemento fundante (MARTINELLI, 1993,p.138)

A qualificação da comunicação nas relações interpessoais também foi apontada como uma mudança a longo o prazo atribuída ao programa.

“Vou saber falar o que acho”.(4)

“Perder a timidez, junto, a gente perde a timidez, agora acho que vai dar. Porque às vezes eu fico controlando as palavras para não sair errada e fico com vergonha. Agora ficou mais fácil”.(5)

“Vai fazer diferença num monte de coisa, no ensino que aprendi, um monte de coisa que no futuro pode ser bom”.(7)

“Me ajudou a crescer em termos de conhecimento”.(18)

“Saí aprendendo várias coisas legais e me diverti muito”.(19)

“Eu sei que vou chegar na minha comunidade e explicar o que aprendi”.(9)

Estas falas evidenciam o reconhecimento de direitos e deveres:

“Entre a vida, conversamos muito sobre gravidez, a gente pode ser mais responsável”.(12)

“Me ajudou a enfrentar o mundo lá fora, a exigir meus direitos e deveres”.(18)

O desenvolvimento da autonomia do sujeito implica a apropriação, pela consciência, da necessidade que está inscrita na história e pelo descobrimento e uso da própria força no contexto em que as necessidades e as possibilidades se inscrevem (FALEIROS, 1997, p. 62).

A partir da avaliação dos jovens acerca da participação no programa, verificou-se que contribui para o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas, bem como desencadeou processos de conscientização, de capacitação, de organização e de autonomia. “O desenvolvimento da autonomia é processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção das decisões sobre seu próprio destino” (FALEIROS, 1997, p. 62).

Os patrimônios simbólicos são referenciais para a constituição das identidades sociais. A representação que indivíduos e grupos fazem de si depende das crenças, valores e referências culturais que adotam no cotidiano. As representações e ideologias dependem das práticas sociais de classe, de discriminação, de resistência (FALEIROS, 1997, p.75).

Percebe-se que o programa contribui para a autonomia dos jovens, bem como para a constituição de sua identidade, possibilitando o rompimento com determinismos fatalistas e com identidades atribuídas.

Com relação aos objetivos propostos pelo programa, buscou-se verificar, a partir das falas dos técnicos, em que medida essas metas foram atingidas.

No que se refere ao objetivo de “promover a socialização e a organização, despertando a capacidade de enquanto agente, interagir na vida afetiva, comunitária e no mundo do trabalho” (MPAS, 2001a).

“Sim, talvez não numa forma integral, numa forma mais efetiva em todos esses pontos, mas sim, consegue mexer bastante, consegue unir tanto a questão do grupo, a família, a própria relação que se cria tanto com o instrutor, como com o orientador, principalmente com o orientador, que tá diretamente com eles, com todas as saídas, com todo o programa, no dia-a-dia. A partir da própria convivência, das saídas, a socialização com a comunidade, com o trabalho educativo, com outros técnicos, com a gerência, tudo isso auxilia, desde o cargo mais alto, até os próprios jovens que cumprem medida socioeducativa no centro regional”.(ORI)

“Em parte, principalmente, em interagir na vida comunitária, o projeto de atuação na comunidade é meio trancado no processo, tem dificuldade de estarem construindo um projeto de vida”.(ORI)

“A questão de ser um cidadão, de buscar, ser um protagonista na sua comunidade, muitas vezes, esse jovem não quer. Então nós sentimos dificuldade em poder passar esses conteúdos para eles, principalmente, quando queremos falar naquilo que eles mais cometem de erros, a questão das drogas, a questão da evasão escolar”.(INS)

Todas as falas evidenciam que, em alguma medida, o programa possibilita contribuir para a socialização e para vida afetiva, o que os jovens também apontaram como um dos aspectos mais importantes da participação do programa, isto é, a possibilidade de sociabilidade e de interação.

No que se refere ao mundo do trabalho, apenas consegue-se trazer uma reflexão, embora os jovens apontem que a participação no programa poderá facilitar seu ingresso no mundo do trabalho, como a possibilidade de novos conhecimentos, novas habilidades, participação em “curso” ou pelo certificado, atribuindo como uma melhor condição de inserção na vida produtiva.

Referente à possibilidade de “contribuir na construção de um projeto de vida”:

“Consegue, agora essa amplitude depende de cada adolescente, depende de como ele está vendo o programa, alguns se deixam envolver bastante e a gente consegue ver essa mudança na relação familiar. A mudança se dá com a própria aproximação com os pais, a partir das questões diárias da nossa convivência, apesar de ter alguns tópicos a serem tratados, sempre trazem coisas do dia-a-dia deles, vai se fazendo atendimentos, se faz outros atendimentos que vão complementando esse atendimento do dia-a-dia”. (ORI)

“Sim, na medida em que eles fazem planos, projetos pra eles, não era possível, o Agente Jovem desperta no plano individual”.(REF)

“Consegue, desde que esse jovem queira aceitar aquilo que a gente conversa no atendimento individual, aquilo que a gente discute em grupo, mas muitas vezes eles se apresentam no atendimento individual de uma forma e no grupo ele se mostra de outro”.(INS)

Os técnicos apontaram que, em alguma medida, o programa possibilita contribuir para a construção de um projeto de vida, o que os jovens também referenciaram de alguma forma como a possibilidade de fazer planos e pensar no futuro.

Referente a “possibilitar ao jovem a prática da autogestão de projetos”:

“A princípio, com o grupo que eu trabalho, não tem se conseguido. Eles não conseguem se integrar de uma forma geral e como eles acham que se um não pode, todos não podem juntos, aqueles que têm mais potencialidade não querem mostrar, não querem ser excluídos, porque acham que assim eles vão ser. Nesse momento, eu tô sentindo dificuldade de trabalhar. Acaba sendo prejudicada e chega num momento que tu acaba analisando qual é esse protagonismo. É um protagonismo que se direcionou para trabalhar dentro da comunidade. Ou se o protagonismo parte da relação orientador e adolescente, o protagonismo acaba se direcionando ao adolescente mesmo, ele como ser como cidadão”.(ORI)



“Em parte”.(REF)

“Eles vão ter dificuldades. Nós vamos trabalhar uma dança, vamos trabalhar uma música, mas, no grupo, eles não conseguem, então por isso eu acho que na comunidade também eles vão ter dificuldades, se eles não conseguem trabalhar entre eles mesmos, na comunidade, eu vejo que eles vão ter dificuldades. Como é que eles vão falar na comunidade a questão da AIDS se eles não querem usar a camisinha, como é que eles vão falar das drogas se eles não querem parar de usar drogas”.(INS)

Os jovens que chegam ao programa, em situação de vulnerabilidade social, trazem consigo processos de exclusão, direitos ameaçados ou violados. Na maioria das vezes, nenhuma experiência anterior de participação social. Nesse sentido, não se pode pretender que no período de um ano (sem considerar que a participação só se faz enquanto processo pedagógico) esse jovem seja capaz de propor projetos de intervenção na sua comunidade. Por outro lado, é possível reconhecer que, em alguma medida, isso é possível, predominantemente, por meio de algumas ações, inclusive constituindo uma possibilidade de integração maior na comunidade, das quais muitas vezes esse jovem está alijado, embora seja seu local de moradia. Outro aspecto importante desse processo é criar condições para que esse jovem possa ser visto de outra forma no espaço da comunidade, buscando a superação de identidades atribuídas.

Com relação ao objetivo de “contribuir com permanência/retorno para a escola”:

“De forma efetiva, não busca que isso aconteça, mas a gente não conseguiu efetividade de todos, desde o início, os adolescentes acabaram evadindo da escola. A gente busca com a família, com a escola e com o adolescente uma forma de efetivar essa busca. Na realidade, ele nem sempre consegue dar valor para a escola, muitas vezes, não consegue pensar no futuro, a escola não é um dos fatores principais na vida dele, se deixar, ele não estuda mais”.(ORI)

“Sim, porque é um critério de permanência no programa, mas não tem pernas para fazer o acompanhamento da frequência”.(REF)

“Eu vejo, já tenho isso assim bem claro, falta dentro do programa Agente Jovem, trabalhar com eles as dificuldades deles na escola, porque é obrigado a estar na escola. Ficam trazendo documentos, que diz que estão matriculados, sabe, tem uns que já passaram em três escolas, porque estamos cobrando, eles estão sempre entrando numa escola. Para mim, precisava ter dentro do programa algo que pudesse trabalhar com reforço escolar naquilo que é o motivo de ele estar sendo evadido. Ah!! É matemática, é ciência, é português, eu penso isso”.(INS)

Ao buscar compreender em que medida o alcance desse objetivo se faz possível, dois aspectos precisam ser apontados. De um lado, estão as condições postas aos técnicos (de efetivarem esse acompanhamento além do comprovante de matrícula, mas efetivamente buscar uma maior articulação com a escola). Outro aspecto seria a possibilidade concreta de reinserção no ensino, uma vez que muitos trazem consigo a passagem por diferentes escolas. Além disso, é preciso considerar a disponibilidade de vagas próximas ao local de moradia, o que nem sempre é possível, implicando a dificuldade de acesso caracterizada pela demarcação geográfica do tráfico, que define o acesso às diferentes comunidades.

Outro aspecto dessa análise refere-se ao próprio significado que esse jovem atribui à escola, muitas vezes, ele se matricula apenas para acessar o programa e acaba evadindo no decorrer do ano.

Dessa forma, as experiências escolares desses jovens, mesmo apresentando ações específicas, deixam claro que a instituição escolar é pouco eficaz no seu aparelhamento para enfrentar as condições adversas de vida com as quais vieram se defrontando, não constituindo referência de valor no seu processo de construção como sujeito”(Dayrel, 2002, p.123).

No contexto de Porto Alegre, a matrícula na escola não constitui prerrogativa para o ingresso, porém constitui um objetivo a ser buscado no processo, embora reconheça suas diferentes fragilidades no contexto atual, atribui-se caráter fundamental e insubstituível ao desenvolvimento.

Com relação a “instrumentalizar os jovens para que possam cumprir o seu papel enquanto protagonistas”:

“Pra alguns sim, pra outros não, depende de como está esse adolescente, depende do envolvimento dele, alguns têm muita dificuldade de entender, se sentem muito assustados, se sentem muito diferentes daquilo que está sendo tratado, então a gente tem que fazer todo um trabalho de busca de resgate em algumas situações, pra mostrar que ele sim é um cidadão, que ele tem direitos, não só deveres e colocar eles dentro dessa sociedade. Pra alguns, é mais difícil, para outros, não. É que alguns não conseguem se ver como cidadãos, se vêem como pobres, muitas vezes, negro, excluído de uma sociedade - principalmente quando cumpre medida socioeducativa, pois não consegue se ver em um outro contexto além daquele em que ele se colocou. Então esse é o adolescente que tem mais dificuldade. Trabalhar com isso pra alguns é mais difícil”.(ORI)

“No plano individual, pra eles, protagonistas na comunidade em parte”.(REF)

Chama atenção, na fala dos técnicos, a individualização das possibilidades, uma vez que atribuem o alcance desse objetivo ao jovem, sem fazer nenhuma referência às condicionalidades de execução do programa, tampouco ao reconhecimento desse jovem como um sujeito social, inserido em um contexto social mais amplo.

Conforme a fala dos técnicos e dos próprios jovens, verifica-se que o programa contribui para que esse jovem possa ser protagonista, principalmente, no que se refere à sua própria vida, pois pode se implicar nas suas decisões e se colocar de forma mais crítica na realidade. Porém não se pode lançar mão de que o protagonismo constitui-se enquanto processo, portanto, depende não só da vontade dos sujeitos, mas também das condições disponíveis para maior participação, pertencimento social e satisfação das necessidades.

Não se pode deixar de situar o contexto histórico e os pressupostos que nortearam a implantação do programa, pautados no viés neoliberal, demarcado pela redefinição do papel do Estado, sob o discurso do voluntariado. Nesse contexto, o

programa estava pautado em duas premissas: de um lado, “ocupar” o jovem como forma de “prevenir a violência”, lembrando que o Agente Jovem foi pensado junto ao Plano Nacional de Segurança (2000); de outro, atribuía ao jovem a responsabilidade de transformar a realidade da comunidade a qual estava inserido.

Embora nesses fragmentos se reconheça certo potencial juvenil, são visíveis os limites: primeiramente, a ênfase em certos aspectos comportamentais - como se todo e qualquer jovem em qualquer momento histórico e social fosse naturalmente predisposto a provocar mudanças -; em segundo lugar, essa mudança será apenas se o mundo adulto reconhecer e criar condições para isso, de onde se pode submeter à dificuldade do jovem em fazer-se ouvir e agir por si só. Por fim atribui ao jovem a tarefa de transformar a sua comunidade, em geral, desprovida de equipamentos públicos e serviços que assegurem um mínimo de qualidade de vida (SPOSITO, p. 150).

Aqui está o caráter contraditório de programa: repassa tamanha responsabilidade aos jovens e prioriza aqueles em situação de vulnerabilidade social. Portanto, não considera as múltiplas determinações da vida desse indivíduo, bem como individualiza a possibilidade do alcance daquilo que se propõe. Em contrapartida, o programa é reconhecido como um importante espaço de proteção social, evidenciado na fala dos técnicos.

“Acredito que sim, porque nesse ponto a questão da rede, com o PEMSE, da busca de ver por que o jovem ingressou, dessa busca, de conversar com os pais nas reuniões, neste sentido sim, se há algum problema com a escola a gente busca intervir”.(ORI)

“Consegue, de alguma maneira, encaminhar para escola, CT, porém, não se consegue acompanhar porque o tempo é pequeno”.(REF)

No que se refere à possibilidade de o programa incidir na vulnerabilidade que originou o ingresso do jovem no programa, por meio das falas dos técnicos, vê-se que, em alguma medida, possibilita mudanças nas condições de vida dos usuários.

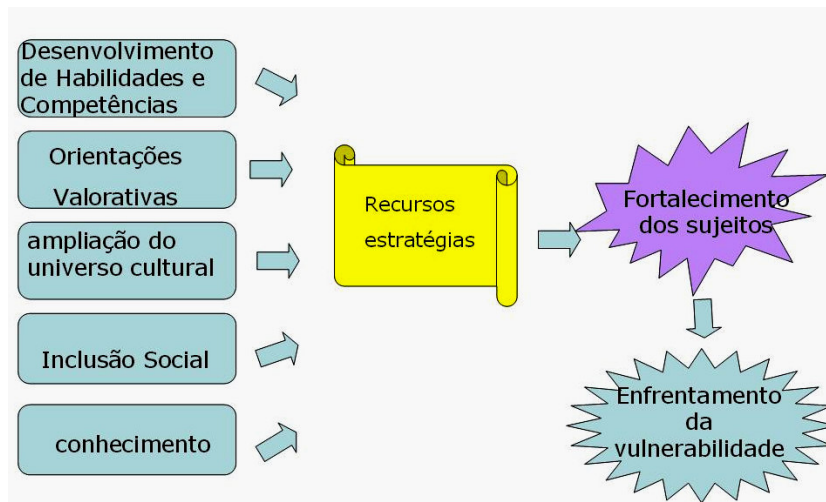
“Não muito porque tem toda a questão da equipe e o que se consegue fazer é acompanhamento individualizado, acompanhamento com os pais”.(REF)

“Quando nós estamos trabalhando com um jovem que está ali, estamos atendendo individualmente ele, estamos chamando a mãe dele, estamos chamando o assistente social responsável lá do módulo, estamos atuando em cima dele, já está entrando outro jovem, e eu me sinto impotente, porque como eu tenho que estar atuando fora da sala de aula, vejo na minha avaliação que não está acontecendo”.(INS)

Na fala dos técnicos, fica mais aparente a personificação da responsabilidade de poder fazer o enfrentamento da realidade. Isso fica mais evidente porque os técnicos tomam para si a responsabilidade de trazer as condições de execução do programa. Nesse sentido, a vulnerabilidade não é compreendida num contexto mais amplo, enquanto produto das desigualdades sociais e construção sociohistórica, atravessada por diferentes condicionantes do movimento mais amplo da sociedade. Não se compreende que:

Quando cada um desses jovens nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. Assim, o gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, dentre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um (DAYREL, 2003, p. 41).

Conforme esquema abaixo, a partir dos diferentes aspectos elencados pelos jovens, referentes à importância do programa e à possibilidade de mudanças a partir de suas inserções no programa, pode-se perceber de que forma o programa possibilitou o fortalecimento desse indivíduo para o enfrentamento da vulnerabilidade social.



Conclui-se que o Agente Jovem, a partir da fala dos sujeitos, possibilita, em alguma medida, o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalece os vínculos familiares, contribui para a atenção protetiva e possibilidades de inserção e possibilita o fortalecimento dos sujeitos e o estabelecimento de condições para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

## CONCLUSÃO

O processo de produção do conhecimento, construído a partir da relação dialética entre a teoria e a prática, possibilitou reafirmar alguns pressupostos norteadores desta caminhada.

Neste sentido, buscou-se nessa trajetória a desnaturalização de conceitos acerca da juventude, evidenciando que as diferentes concepções acerca da temática, caracterizam-se por construções sócio-históricas.

Portanto, essa tese respalda-se na concepção de juventude, atribuída aos usuários do programa e compreendida como categoria social, que está circunscrita no tempo e no espaço, sofrendo múltiplas determinações. Enquanto categoria social, ocorre como representação sociocultural e como situação social, portanto, com múltiplas determinações, culturais, econômicas, de gênero e étnicas, assumindo significados distintos. Considerando que essas múltiplas determinações irão influenciar o modo de compreender e ser no mundo, não é possível falar em “juventude”, mas em “juventudes”.

Nesse sentido, percebeu-se que, para uma maior aproximação e compreensão da realidade dos usuários, era preciso lançar mão de diferentes áreas do saber, considerando que uma única ciência era insuficiente para explicar os diferentes aspectos determinantes da juventude, sendo estes sociais, culturais, sociológicos, psicológicos e biológicos.

Outro aspecto reafirmado pelos dados da pesquisa é que a juventude deve ser percebida além do recorte cronológico, como uma etapa do ciclo de vida que possui singularidades, caracterizada por uma condição peculiar de desenvolvimento. Nessa fase, as vivências adquirem especificidades, portanto, agregam-se à perspectiva de processo, temporalidade, historicidade e relatividade.

A opção pela categoria vulnerabilidade social, caracterizou-se por uma dificuldade e um desafio. De um lado, a pouca produção existente acerca da

temática, portanto tendo como subsídios na sua maioria as produções do Banco Mundial e da ONU, que o fazem descoladas de uma discussão maior acerca da pobreza . De outro, o marco referencial da vulnerabilidade social possibilitou um olhar mais amplo acerca das múltiplas situações que se colocam no cotidiano de trabalho referente aos usuários.

Essa análise dá-se com base nos referenciais acerca da vulnerabilidade social, atribuída a grupos ou indivíduos e compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas (sejam elas econômicas, culturais ou sociais), que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento, como construção social a partir de múltiplos condicionantes do contexto social, portanto, produto dos processos de exclusão e desigualdade. Nesse sentido, a vulnerabilidade é vista como construção social, que não se caracteriza de forma linear, mas sim como processo. Logo, faz-se necessário considerar a dimensão social, cultural e econômica como condicionantes das possibilidades de inclusão social dos jovens.

Dentro dessa perspectiva, o enfrentamento da vulnerabilidade social se dá a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico e suas condições de mobilidade e inserção social. Diante desse fato, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância.

As profundas transformações societárias vêm demarcando os modos de ser do jovem na sociedade contemporânea. Assim, não se pode lançar mão de que essas transformações vêm contribuindo para a vulnerabilidade social dos jovens, que, demarcada por diferentes condicionantes, assume formas distintas.

Logo, a vulnerabilidade juvenil constitui produto do movimento mais amplo da sociedade, caracterizado pela violência, que tem atingido diretamente os jovens, por meio da crise de valores éticos, do individualismo exacerbado, da ditadura do consumo e do processo de reestruturação produtiva, que dita novas formas de inserção no mundo do trabalho. Também fazem parte a fragilização da família (na garantia das suas funções de promoção e proteção) e a crise da escola (enquanto instituição importante para construção do sujeito), que, distanciada das demandas



dos jovens, vem perdendo seu sentido. Além disso, deve-se considerar a inserção precoce na vida sexual e o apelo às drogas, implicando a possibilidade de garantia de proteção e condição peculiar de desenvolvimento.

Esses condicionantes tomam dimensão ainda maior se vinculados a recorte de classe e somados à questão da desigualdade social, ameaça ou violação de direitos, falta de acesso a bens e serviços, vários processos de exclusão, precarização de recursos materiais e simbólicos, tudo contribui para a ampliação do risco e da vulnerabilidade social.

Portanto, a vulnerabilidade social dos jovens pressupõe a associação de diferentes aspectos que compõem características da juventude, como os condicionantes subjetivos (informação, recursos simbólicos, experiências e habilidades) e determinantes objetivos (referentes ao contexto social, espaços de socialização como a família, escola, comunidade e sociedade de uma forma geral), atravessados pela complexidade na contemporaneidade, conforme já se abordou.

O enfrentamento dessa vulnerabilidade merece especial atenção das políticas públicas no sentido de garantir apoio e promoção. Essa afirmação respalda-se na própria condição peculiar do ciclo de vida, o qual se pressupõe uma condição singular de desenvolvimento.

Na análise das políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas à garantia de direitos do segmento dos jovens, buscou-se articular ECA e LOAS, num esforço de compreender em que medida essas legislações convergem e se complementam na perspectiva de garantia da proteção social. Neste sentido, apontando um desafio a ser enfrentado na elaboração de programas, projetos sociais, bem como na constituição de políticas setoriais.

A constituição de um novo marco legal no campo dos direitos da criança e do adolescente possibilitou colocar o jovem em outro patamar nas políticas públicas. Pautado na doutrina da proteção integral, o ECA reconhece a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos, bem como aponta para a garantia da condição peculiar de desenvolvimento. Esse novo paradigma instaurado pelo ECA

também define uma nova forma de gestão das políticas públicas, uma vez que aponta para incompletude e para a necessidade de articulação das diferentes áreas, nos diferentes poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Nesse contexto, o ECA passa a reconhecer o município como espaço privilegiado para planejamento e execução das ações, rompendo então com ações centralizadas e verticalizadas. Quanto à gestão, institui a descentralização das ações e o controle social, a partir da criação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos. Nesse sentido, é muito mais do que uma nova base sociojurídica, aponta para a reformulação das ações voltadas a esses segmentos.

No contexto de Porto Alegre, essa caminhada vem sendo caracterizada pelos novos pressupostos e também por práticas antigas. Este é o desafio: garantir que o ECA constitua de fato uma ruptura com os pressupostos e as práticas impregnadas do antigo Código de Menores.

Outro aspecto a ser superado é o recorte cronológico definido pelo ECA, que não considera os processos singulares, garantindo a proteção a partir de recortes etários. Portanto, aqueles jovens que se encontram mais fragilizados, ao completarem 18 anos, são impedidos de acessar programas e serviços até então possíveis, ficando no hiato das políticas públicas. Somente nos últimos anos, foi percebida uma preocupação em relação aos jovens adultos, mas essas iniciativas aparecem de forma tímida e desarticulada.

A priorização de jovens nas políticas públicas é bastante recente, intensificando-se de forma mais significativa a partir dos anos 90. Porém, percebe-se a coexistência de concepções de juventude, muitas advindas de diferentes campos e caracterizadas por antagonismos, demarcando o campo das políticas públicas. Nesse sentido, ainda notam-se poucas iniciativas, que se dão de forma focalizada, dispersa, contraditória e desarticulada.

Ao analisar a trajetória histórica percorrida na consolidação da assistência social enquanto política pública de proteção social, este estudo possibilitou perceber

as determinações sociohistóricas do contexto nacional sobre o local, bem como compreender de que forma isso contribuiu para as fragilidades na execução do programa. Nesse sentido, lançou-se mão da categoria historicidade como pressuposto para compreender as múltiplas determinações e condicionalidades de implantação do programa no contexto de Porto Alegre.

Nessa trajetória marcada por avanços significativos, os municípios passaram a ser executores de programas e serviços, reafirmando as competências de cada esfera de governo. Porém, isso demandou dos municípios uma estrutura para essa execução, o que nem sempre é possível, implicando consideravelmente a qualidade dos serviços prestados. Esse aspecto é evidenciado de forma bastante significativa na avaliação de processo, que será abordada em seguida.

A avaliação de processo objetivou verificar como se dá a execução do programa a partir do olhar dos usuários e técnicos, buscando-se identificar quais as possibilidades e os limites da concretização da proposta norteadora.

No que se refere à metodologia, tanto os jovens quanto os técnicos apontaram a necessidade de ser melhorada, salientando aspectos referentes à necessidade de ter mais tempo na atuação, bem como maior organização na capacitação. Esse aspecto ressalta uma contradição no programa, que atribui ao jovem, em situação de vulnerabilidade social, a responsabilidade de intervir no contexto da sua comunidade, condicionando o protagonismo juvenil a um recorte de tempo e apontando para uma compreensão de linearidade e não de processo.

Ainda referente à metodologia, buscou-se verificar a pertinência dos assuntos tratados e a identificação dos temas considerados mais importantes. Entre as temáticas apontadas como mais importantes, tanto pelos jovens como pelos técnicos, pode-se salientar: sexualidade, DSTs, drogadição direitos, trabalho, família e violência. Evidenciando que o programa contribui para a capacitação dos jovens, não só para que eles venham a ser protagonistas na comunidade, mas nas suas vidas.

Pode-se perceber que as temáticas apontadas por eles são as mesmas definidas como determinantes para a vulnerabilidade do jovem na

contemporaneidade. Nesse sentido, a discussão dessas temáticas possibilita o acesso à informação e ao espaço de escuta, contribuindo para a compreensão da realidade e das forças condicionantes.

Outro aspecto evidenciado pelos jovens foi a necessidade de diversificar as atividades. Com relação isso, os jovens demandaram o aumento de atividades externas. Outra demanda apontada pelos jovens foi a disponibilização de informática, bem como oficinas de capacitação profissional.

As demandas por atividades externas, por informática e capacitação profissional trazem para o programa a necessidade de satisfação de carências não supridas por outras políticas, apontando para o potencial do programa e pela necessidade de articulação de ações com demais políticas. Percebe-se que recai exclusivamente na assistência social a responsabilidade de assegurar a proteção integral e a garantia de direitos. Nesse sentido, a assistência não consegue se constitui em política de travessia, caracterizando-se como política terminal.

No que concerne à equipe executora, os jovens apontaram a importância de o instrutor permanecer durante todo ano na proposta executada, pois a permanência do mesmo se dá apenas por seis meses, implicando uma desmobilização do grupo e ruptura do vínculo construído entre os jovens e o técnico.

Outro aspecto apontado pelos jovens foi a ampliação do tempo de permanência no programa, avaliando o período de um ano como insuficiente para o que se propõe, o que evidencia uma contradição que se dá entre o tempo cronológico e o tempo singular de cada jovem.

O programa propõe o protagonismo dos jovens na comunidade, porém estes ao programa com múltiplas situações, com direitos ameaçados ou violados, com vínculos fragilizados, demarcados por diversos processos de exclusão. Assim, pressupor que o jovem, ao final de um ano, saia capaz de atuar na sua comunidade, é considerar que o protagonismo possa acontecer como um passe de mágica.

Talvez esta possa ser a face mais perversa do programa: de um lado não reconhecer esse tempo necessário; por outro, atribuir ao jovem a responsabilidade

de transformar a realidade social da sua comunidade sem reconhecer que ele é parte dela e também sofre suas determinações. Nesse sentido, a contradição está em negar que o jovem é um ser social, produto das condições sociais, culturais e econômicas que definem sua singularidade enquanto sujeito.

O valor da bolsa também foi apontado como uma necessidade de qualificação, considerado pelos jovens como insuficiente para atrair mais jovens, principalmente, aqueles envolvidos com o tráfico e a exploração sexual. Por outro lado, a bolsa é apontada como um dos aspectos mais importantes.

Na avaliação do programa pelos usuários, fica evidenciado que, ainda existam necessidades de adequação da infra-estrutura disponível para execução do programa, esse aspecto destaca-se pela questão da sala, referida na maioria das vezes como pequena, sem ventilação, tendo como referência que o grupo é constituído por 25 jovens. Outro aspecto diz respeito à necessidade de recursos multimeios, como vídeo, aparelho de som, televisão e computadores.

O lanche também foi apontado como uma necessidade de qualificação, principalmente, no espaço dos módulos, que não possuem estrutura para a preparação adequada, além de pouca variedade. Nos espaços dos módulos, também não é possível oferecer almoço como acontece nos centros regionais.

Ainda um último item que demanda qualificação é próprio grupo, o que aponta um aspecto contraditório do processo. Enquanto espaço importante de sociabilidade, de trocas e de solidariedade, é apontada a necessidade de ser melhorado, em face das constantes brigas e da falta de respeito entre eles. Esse aspecto evidencia uma heterogeneidade na composição dos grupos, como a pesquisa tem o viés qualitativo, considerou as duas situações, sem, contudo, poder apontar qual é a mais predominante.

Outro aspecto recorrente é a motivação para o ingresso, que se dá pela busca espontânea e pelo encaminhamento da rede, seja por uma entidade não-governamental, pelo Conselho Tutelar ou pelo encaminhamento de outros programas da assistência, principalmente, PETI, PEMSE e Rede de Abrigagem.

O fato de 20% dos jovens serem de famílias atendidas no PETI evidencia que, em certa medida, o programa cumpre a função de complementariedade das ações, uma vez que, além da questão da ocupação dos jovens, o programa foi pensado como retaguarda do PETI (pois, ao completar 15 anos, o jovem era desligado). Nesse sentido, deveria ter ingressado no Agente Jovem como forma de erradicar a inserção precoce ao trabalho. Por outro lado, evidencia também uma fragilidade da família em garantir a proteção dos seus membros, uma vez que crianças e adolescentes se vêem obrigados a contribuir com o sustento da família.

Fica evidenciado que, ao longo dos anos, o Agente Jovem passou a ter reconhecimento nas comunidades, assim como demais programas já existentes há mais tempo, como SASE e Trabalho Educativo. Nesse sentido, percebe-se também o reconhecimento do programa na perspectiva do direito à assistência social, tanto pelos usuários, quanto pela comunidade de uma forma geral. Além disso, a rede de proteção ocupa um espaço importante uma vez que existe um grande vazio de atendimento para essa faixa etária, principalmente nas demais políticas como esporte, cultura e geração de renda. Ainda que, nos últimos anos, tenha se investido, em termos nacional e municipal, em uma política para a juventude, as ações ainda se dão de forma focalizada, pulverizada e desarticulada, constituindo ações pontuais, sem ainda poder fazer frente aos diferentes condicionantes da vulnerabilidade social dos jovens.

O programa representa uma das únicas alternativas para os jovens em situação de vulnerabilidade social nessa faixa etária, uma vez que os programas sociais existentes, principalmente aqueles voltados para a capacitação profissional, caracterizam-se por uma série de exigências relacionadas à escolaridade, nas quais esses jovens não se encaixam. Portanto, a capacidade instalada para o atendimento é infinitamente menor que a demanda existente.

Quando avaliadas com os jovens as suas percepções acerca da efetividade do programa em suas vidas, todos apontaram como importante ter participado do programa. Essa importância foi atribuída, em primeiro lugar, à sociabilidade proporcionada por meio da possibilidade de convivência com outros jovens, o que

nem sempre é possível no espaço da comunidade. Este dado reflete a ausência de políticas de lazer, esporte, e cultura que possam se constituir enquanto espaços de sociabilidade. Neste sentido, recai sobre a assistência social, essa garantia.

Ainda foi referida a importância da equipe técnica executora do programa e os demais trabalhadores da assistência social, atribuindo a possibilidade de escuta, o incentivo constante e o respeito com os jovens.

Entre os aspectos emergentes das falas dos jovens e técnicos, constam a aquisição de novos conhecimentos, o acesso à informação, a mudança de valores, o fortalecimento da identidade, o senso de pertença social e maior autonomia, sendo alguns indicadores de efetividade do programa. Maior senso de responsabilidade e a mudança de postura frente a diferentes situações também foram evidenciados a partir das falas. Sendo assim, o programa possibilitou novos hábitos e uma rotina na vida dos usuários. Esses dados vão ao encontro do relatório de avaliação do programa no âmbito nacional, produzido pelo Tribunal de Contas da União no ano de 2004.

De uma certa forma, essas falas dos jovens, acabam por reproduzir um discurso hegemônico, principalmente no que concerne à lógica da ocupação, enquanto uma forma de prevenção à marginalidade, ou a moralização pela via do trabalho.

O acesso a bens culturais foi apontado como uma mudança significativa percebida na participação do programa, uma vez que esse possibilitou informação e o acesso a diferentes espaços, museus, exposições, teatro, entre outros. Nesse sentido, o programa constituiu-se, em certa medida, importante instrumento de acesso à cultura.

A sociabilidade foi reconhecida como mudança importante, isto é, a possibilidade de ser parte de um grupo, de fazer amigos e de estabelecer vínculos e laços de solidariedade.

A pesar do reconhecimento do baixo valor da bolsa, esta foi definida como a principal motivação para o ingresso e apresentada como uma contribuição importante na vida dos jovens. Quando questionados sobre sua aplicação, a contribuição para o sustento da família apareceu quase que de forma unânime. Outro aspecto refere-se à satisfação de necessidades pessoais, como vestuário, produtos de higiene, guloseimas, material escolar e acesso ao lazer.

O estudo evidencia que o acesso à renda não rompe com a situação de pobreza e dependência, porém, propicia aos jovens certa autonomia e uma possibilidade maior de pertencimento, uma vez que o acesso ao recurso da bolsa, em alguma medida, possibilita a satisfação de necessidades materiais e também sociais.

A possibilidade de comprar um tênis, um boné, uma calça, fazer um lanche no shopping, ir a uma festa, ao estádio de futebol, ao parque, ao cinema, comer bolacha recheada, tomar um “refri”, comprar um CD, brinco ou perfume, tudo representa a possibilidade de ser jovem. Cabe salientar aqui que a mesma sociedade que privilegia o *ter*, em detrimento do *ser*, acaba contribuindo para a desumanização das relações, pautadas pelo individualismo exacerbado, reforçando a competitividade, o consumismo e as condições de vulnerabilidade social dos sujeitos.

A partir das falas dos jovens, percebe-se que em alguma medida, o programa contribui para que o jovem deixe de caracterizar-se enquanto sujeito problema, passando a ser sujeito consumidor, ainda que de forma relativa. Neste sentido acaba por reforçar a lógica do capital.

Além dos limites apontados na execução do programa, percebe-se que, em alguma medida, o programa possibilita mudanças nos modos de vida dos jovens. Essas mudanças são atribuídas não só ao tempo presente, mas às possibilidades de futuro. Porém, é preciso se ter presente que, quanto melhor forem as condições de execução do programa, maior será sua efetividade na vida dos usuários. Assim, Municípios, Estados e União precisam reconhecer que, quanto maior for seu



investimento no jovem, menor serão as situações de vulnerabilidade social que se colocam ao poder público e à sociedade em geral.

A partir da participação no programa, o jovem passa a se sentir fortalecido com o acesso a conhecimentos, possibilidades de vivências, novas amizades e o despertar para um processo de conscientização das forças que os oprimem. Essas experiências contribuem para a desmistificação da percepção de que as situações vivenciadas (como desemprego, violência, falta de escolaridade, entre outras) não são atributos individuais, mas expressões do contexto social mais amplo, que reproduz as desigualdades sociais que são intermediadas por questões de gênero, raça/etnia, idade e condição social. Nesse sentido, a participação no programa contribui para o fortalecimento da autonomia, na perspectiva de potencializar uma leitura crítica da realidade.

O fortalecimento da identidade busca contribuir para que o jovem possa se constituir enquanto sujeito de desejo, de aspirações e de interação com o outro, uma vez que a constituição da identidade se dá por meio de relações sociais e culturais, vividas de forma individual e singular. Propiciar a elevação da auto-estima significa contribuir para a percepção de si, indo além das atribuições significadas, do questionamento e da constituição de valores.

Verifica-se também que o programa pode contribuir para a ressignificação de projetos de vida, muitas vezes, evidenciados pelos próprios jovens, que, a partir do programa, “querem seguir em frente”, traçam planos, passam a ter desejos e aspirações.

Ainda que o programa tenha assumido peculiaridades na sua execução, principalmente no que se refere ao aspecto metodológico, a busca de articulação das ações aos demais programas sociais pouco conseguiu incidir na situação de vulnerabilidade que originou o ingresso. De um lado, está a ausência ou fragilização das demais políticas; de outro, estão os múltiplos aspectos que incidem na vulnerabilidade social dos jovens na sociedade contemporânea.

Outro aspecto a ser problematizado é que a superação da vulnerabilidade social não é responsabilidade apenas da política de assistência social, tendo em vista que ela é produto das desigualdades sociais, portanto, a sua superação pressupõe a articulação de diferentes áreas.

Fica evidente que ao final de um ano, esses jovens não se constituem protagonistas capazes de transformar a realidade das suas comunidades, conforme objetiva o programa, sustentado pelos pressupostos da UNESCO, Banco Mundial e ONU, que colocam a possibilidade de superação das desigualdades nos indivíduos, sobretudo a partir da idéia do protagonismo. Porém, observa-se que em alguma medida, o programa constitui-se enquanto proteção social. Isso faz com que contribua significativamente para o fortalecimento dos sujeitos, possibilitando ampliar as possibilidades de enfrentamento das situações que os colocam em vulnerabilidade social.

A partir deste estudo, reitera-se a tese de que há um fosso no campo da proteção social voltado à juventude, na medida em que as diferentes ações existentes, se dão de forma desarticulada, algumas vezes divergentes e distanciadas das demandas dos jovens e o próprio programa Agente Jovem reforça essa tese, na medida em que coloca no jovem a possibilidade de superação da vulnerabilidade, bem como da realidade da sua comunidade.

A partir deste estudo, emergem algumas proposições no sentido de qualificar o Programa Agente Jovem, no contexto de Porto Alegre, buscado maior efetividade enquanto política pública. Pode-se apontar a necessidade de qualificação dos recursos físicos, materiais e didáticos, além da qualificação dos recursos humanos (por meio de capacitação sistemática para a equipe e maior remuneração, contribuindo para a redução da rotatividade dos técnicos). Outro aspecto ainda referente aos recursos humanos está na permanência do instrutor durante todo ano, isto é, a necessidade de monitoramento sistemático da execução das ações e dos resultados alcançados no decorrer do processo. Para finalizar, cabe salientar a necessidade de maior articulação de ações, na perspectiva de compartilhamento de responsabilidades com as diferentes políticas do município (saúde, educação,

cultura, juventude, direitos humanos) e de outros segmentos (como Conselho Tutelar, Ministério Público, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS -, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis- punks e darcks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

\_\_\_\_\_.; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília P. (org) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002

\_\_\_\_\_.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, a circular em novembro de 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete . **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_.; et al. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da saúde, 2002.

AGUDELO, S. F. Violência, Cidadania e Saúde Pública. In: R. B. Barata (Org.). **Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia**, p. 39 – 62. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ABRASCO, 1997.

AMAS-Associação Municipal de Assistência Social. **Programa de Criança Brincar e Estudar: a construção de uma metodologia de trabalho infantil**. Belo Horizonte: [s.n.]1999.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos ABESS nº 6: Produção Científica e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Cadernos ABESS nº 3: A Metodologia no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (coord.) **Pesquisa qualitativa um desafio instigante.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

Baptista, Myrian Veras. **Planejamento social : intencionalidade e instrumentação.** São Paulo : Veras Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Planejamento : introdução à metodologia do planejamento social.** 4. ed. São Paulo : Moraes, 1981

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BARREIRA, Cezar (org.) **Ligado na Galera, juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza.** Brasília: UNESCO, 1999

BASTOS, Raul Luís Assumpção. **Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Rev. bras. estud. popul. São Paulo, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Maio 2007. Pré-publicação.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos Deuses: A fascinante história do risco.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1997.

BIASI, Léa. **A política de assistência social dos governos municipais de Porto Alegre: 1964-1994,** Porto Alegre: PUCRS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

BORGES, E.; MEDEIROS, C.A. ;D"Adesski,j. **Racismo, preconceito e intolerância.** São Paulo:Atual, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete . **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo.** 1. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001. v. 1. 182 p.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo.** 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003. v. 1. 297 p.

\_\_\_\_\_. ; SALVADOR, Evilásio da Silva . **O Financiamento da seguridade Social no Brasil no Período 1999-2004: Quem Paga a Conta?.** In: Ana Elizabete

Motta; Maria Inês Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 1a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006

BUCHALLA, Cassia Maria; PAIVA, Vera. **Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 4, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102002000500016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000500016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0034-89102002000500016

\_\_\_\_\_. **Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar**. Rev. Saúde Pública. São Paulo, v. 36, n. 4, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102002000500016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000500016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0034-89102002000500016

CALDERÓN, Adolfo Ignacio (org.). **Juventude, Capacitação Profissional e inclusão social: uma experiência de extensão universitária**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

CARDOSO, R. & SAMPAIO, H. **Bibliografia Comentada Sobre Juventude**. São Paulo: EDUSP, 1995

CARVALHO, Denise Bontempo Bierche de. **Políticas setoriais por segmento: criança e adolescente**. in CFESS, Capacitação em serviço social e política social Módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências Humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995

CARVALHO, Maria do Carmo Brant; Azevedo, Maria Júlia. **Uma aproximação com o conceito e prática de avaliação**. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant (org). Avaliação construindo parâmetros das ações sócio-educativas. São Paulo: Cenpec, 2005

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social : uma crônica do salário**. 4. ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2003.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O adolescente como protagonista**. Disponível em: <http://www.bireme.br/bvs/adolesc>

\_\_\_\_\_. In: SEMLER, Ricardo. **Escola sem sala de aula**. Coleção Papyrus Debates. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

COSTA, M.R. **A Violência Urbana no Brasil ou, Quando a Serpente Nasceu**. v.90, n.3, p. 66-83, maio/junho. São Paulo: Cultura Vozes 1996.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira : uma equação possível**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

CRUZ, Lílian. (Des.) **Articulando as Políticas Públicas no Campo da Infância: Implicações da Abrigagem**. Tese de Doutorado (Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAGNINO, Evelina (org.) A sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades; In: **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAYREL, JUAREZ. Escola e cultura juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda. **Políticas públicas: juventude em pauta**. SP: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Juventude, grupos de estilo e identidade**. Educação em Revista, no 30, p. 25-39, dez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996

\_\_\_\_\_. **O jovem como sujeito social**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 11 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1413-24782003000300004

\_\_\_\_\_. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 28, n. 1, 2002. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1517-97022002000100009

DELLASOPA, Emílio. Fun'k Rio: lazer, música, galeras, violência e socialização da "onda jovem". In: IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Juventude em tempo real**. RJ: DP&A, 2003

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DESLANDES, Suely. Drogas e vulnerabilidade às violências. In: MINAYO, Maria Cecília. **Violência sob o olha da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. RJ:Fiocruz, 2003.

DIÓGINES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Anablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do desporto, 1998.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses : um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985

ERIKSON.E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2001

FIGUEIREDO, R.M..D (org). **Prevenção às DST/Aids em saúde e educação**. São Paulo:NEPAIDS,1998.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2007

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, et al. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.



GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas : identidade e processo de trabalho no serviço social**. São Paulo : Veras Ed, 1995

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. **A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa**. In: **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GROSSI, Patrícia Krieger .**Violência No Meio Escolar: Estratégias De Prevenção**. Projeto de pesquisa. Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, H. **Escolas, Galeras e Narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria –chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, a circular em novembro de 2005.

HÜNING, Simone Maria. **Ordinário marche! A constituição e o governo de crianças/adolescentes pelo risco-diferença**. Porto Alegre: PUCRS- dissertação de mestrado, 2003.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; FRAGA, Paulo Cezar Pontes (org.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: Dp&A ,2003.

JOHNSON, A.G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. **Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, a circular em novembro de 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves-2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995

LAROUSSE. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 6.ed. tradução de Carlos Nelson Coutinho.RJ: Civilização Brasileira, 1995

LEITE, Ligia Costa. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O Desmonte da nação em dados**. 2a. ed., Petrópolis, Vozes. (2002).  
MARTINELLI, Maria Lúcia (coord.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um desafio instigante**. São Paulo: PUCSP-NEPI, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa** - 4ª Edição. São Paulo: Forense Universitária, 2003

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **Pesquisa Qualitativa – um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico- filosóficos**. Lisboa:Edições 70, 1993

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica de economia política**.1.1, v.1,3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MDS-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.  
**Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência social**.Brasília, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista brasileira de educação, n.5/6. São Paulo: [s.l.],1997

MENDES. Jussara; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz(org) **Capacitação sobre SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

MINAYO, Maria Cecília. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, n.10. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 4. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: [s.n.], 2005.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.** Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Guia de Gestores Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.** Brasília, 2001.

MORAES, C. **Emprego ou empregabilidade.** Revista Icaro Brasil, Varig, 1998.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MOTA, Ana Elizabete da. **Cultura da crise e seguridade social : um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 3. ed. São Paulo : Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, in: IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; FRAGA, Paulo Cezar Pontes (org) **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: Dp&A ,2003.

PAIS, José Machado (org). **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea.** Lisboa: Gradegráfica,1996.

PAKMAN, M. **Terapia Familiar em Contextos de Pireza, Violência e Dissonância.** [s.l.]: [s.n.],1993.

PAULILO. **Aids, drogas e risco.** Disponível em:  
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/630/63010124.pdf>

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Risco.** Disponível em:  
<http://www.cpihts.com/PDF/Angela%20Paulilo.pdf>

PEREIRA, Armand; CHAVES, Júnior, OLIVEIRA, Elizeu. Educação, Formação e Empregabilidade: Algumas Questões e Opções para Combater o Desemprego Juvenil, In: **Organização Internacional do Trabalho Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**. São Paulo: Cortez, 2000.

POCHMANN, Márcio. Emprego e Desemprego Juvenil no Brasil: As Transformações nos Anos 90. In: **Organização Internacional do Trabalho. Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. in NOVAES, et al. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

PORTO ALEGRE; PREFEITURA MUNICIPAL; GABINETE DO PREFEITO. **Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2004.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Porto Alegre : PUCRS, tese de doutorado, 2003

\_\_\_\_\_.in MENDES. Jussara; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz(org) **Capacitação sobre SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

QUADROS, Waldir José de. **O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa** Cadernos do CESIT. n. 31, dez. 2001. Disponível em:  
<<http://www.eco.unicamp.br/cesit/download-cesit/cadernodoCESIT31.pdf>

\_\_\_\_\_. **Um retrato do desemprego juvenil no Brasil**. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/bcmt/mt\\_021c.pdf](http://www.ipea.gov.br/bcmt/mt_021c.pdf)

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social : caminhos da construção democrática**. São Paulo : Cortez, 1998.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil - revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: UNICEF; USU Editora Universitária, 2000. 142 p.

\_\_\_\_\_.(org) **A arte de governar crianças : a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro : Inst. Interamericano del Niño, 1995

\_\_\_\_\_.; CASSANINGA, N.; BARKER, G. **Criança não é risco, é oportunidade - fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes.** Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, Instituto Promundo, 2000.

\_\_\_\_\_.; Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004

ROCHA, Simone Rocha. **A Trajetória do Agente Jovem em Porto Alegre: conquistas e desafios.** Porto Alegre, 2004 (mimeo) texto encaminhado para Seminário de Práticas Rede apoio e Proteção-GRANPAL. Em processo de publicação

\_\_\_\_\_. **Desvendando a dimensão política do processo de trabalho do assistente social.** Porto Alegre: PUCRS, 1999- dissertação de mestrado

\_\_\_\_\_. **Juventude e vulnerabilidade social:** algumas pistas para uma contribuição do serviço social. Porto Alegre, 2004 (mimeo) texto encaminhado para ENPESS-Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social para publicação.

\_\_\_\_\_. **O Processo de Capacitação no Programa Agente Jovem:** uma reflexão a partir da experiência de Porto Alegre. Porto Alegre, 2004 (mimeo) texto encaminhado para CBAS-Congresso Brasileiro de Assistente Social. Em processo de publicação

\_\_\_\_\_. **Transformações Societárias e as implicações das novas configurações da questão social na juventude:** uma proposta de articulação da política de assistência social. Porto Alegre:PUCRS,2003 (mimeo.)

SADER, Emir,; GENTILI, Pablo; BORON, Atílio **A. Pós-neoliberalismo : as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba:** desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania. Brasília:UNESCO,1999.

SEAS- SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Guia de Gestores**. Brasília: [s.n.], 2000.

SILVA, Ademir. Os paradigmas do conhecimento no cotidiano do ensino de pesquisa e do exercício profissional. In: **Produção Científica e formação profissional**. Cadernos Abess n.6. São Paulo : Cortez, 1993

SILVA, Isaac Alexandre. Importância da cultura na formação identitária da juventude. In: FREIRE, Paulo. **V Colóquio Internacional**. Recife, 19 A 22-Setembro 2005.

Disponível em:

[http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes\\_orais/IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20CULTURA%20NA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20IDENTIT%C3%81RIA%20DA%20JUVENTUDE%20GT%202%20%E2%80%93%20CULTURA,%20TRABALHO%20E%20IDENTIDADE%20SOCIAL.pdf](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20CULTURA%20NA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20IDENTIT%C3%81RIA%20DA%20JUVENTUDE%20GT%202%20%E2%80%93%20CULTURA,%20TRABALHO%20E%20IDENTIDADE%20SOCIAL.pdf)

SOUZA, E.R. **Violência Social: Um Desafio Para os Serviços de Saúde Pública**. In **Saúde em Foco**, ano V, nº 13. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RJ, 1996.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. p.84. São Paulo: Cortez, 1989

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência social brasileira : descentralização e municipalização**. São Paulo : EDUC, 1990

\_\_\_\_\_. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução na consciência da cidadania**. In : Revista serviço social e sociedade, nº55 .São Paulo: Cortez, 1997

\_\_\_\_\_. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras : uma questão em análise**. 6. ed. São Paulo : Cortez, 1995

\_\_\_\_\_. **Carta-tema : a assistência social no Brasil : 1983-1990**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1995

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil**. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Maio 2007. Pré-publicação

SPINK, Mary Jane Paris (org). **A Cidadania em Construção – Uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

TODESCHINI, Remígio. **Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/bcmt/mt\\_021g.pdf](http://www.ipea.gov.br/bcmt/mt_021g.pdf)

TOKMAN, Víctor E.; CORROCHANO, Maria Carla; GOUVÊA, Jorge Luiz. **Desemprego juvenil no Cone Sul: OPÇÕES PROSUR**, 2003.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem**. Brasília, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992  
UMA ANÁLISE DE DÉCADA

UNESCO **Juventude, Violência e Cidadania: Os jovens de Brasília**. Brasília: Cortez Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília, UNESCO, 2004

VIANNA, H. **Introdução**. In: **Galerias Cariocas: território de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

VOLPI, Maria (org). **Adolescentes Privados de liberdade: A normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência III : Os jovens do Brasil**. Brasília : UNESCO, Ministério da Justiça, Instituto Ayrton Sena, 2002

WIEVIORKA, M. **O Novo Paradigma da Violência**. **Tempo Social** vol. 9, n. 1. São Paulo: [s.n.], 1997

VIANA, Márcia Pádua ; MACHADO, M. S. ; BOSCHETTI, Ivanete . **Financiamento da Assistência Social no Brasil: Avaliação, Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Assistência Social entre 1997 e 2003**. In: 57ª Reunião Anual da SBPC, 2005, Fortaleza. 12ª Jornada de Iniciação Científica, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2001

ZALUAR, Alba. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: **Galeras Cariocas**: território de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.



ANEXOS

**ANEXO A - Quadro 1**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
“Minha tia foi ao conselho, que encaminhou ao SASE”(2)	Conselho tutelar	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO</b>	<b>ACESSO A INFORMAÇÃO DO DIREITO</b>
“Já freqüentava o SASE”(1)	SASE	<b>POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<p>“As amigas da minha mãe, as assistente social (PETI) falaram”(3).</p> <p>“Pela assistente social, a minha mãe tava aqui no PETI e aí falaram que tinha um curso”(4)</p> <p>“A minha mãe é do PETI e aí a M. me chamou. A gente saía com ela as vezes para puxar carrinho, eu, meus irmãos, agora eles tão no abrigo”(5)</p> <p>“Minha mãe participava do PETI da Santa Rosa”(15)</p>	PETI		
<p>“O meu tio era atendido pela assistente social e aí ligaram para o ingresso”(6)</p> <p>“Falaram para a minha mãe que é atendida aqui pela assistente social (8)</p> <p>“Através da assistente social”(18)</p> <p>“A assistente social falou para minha mãe”(20)</p>	Assistente social		
<p>“Através dos meus amigos eles fizeram e disseram que ia ter de novo”(10)</p> <p>“Através da minha prima que já tinha participado”(11)</p> <p>“Eu fiquei sabendo através de uma amiga que já estava no agente jovem”(13)</p> <p>“Pelo meu irmão que já tinha participado</p>	Por outros usuários do programa		

do programa”(14) “Pelo meu primo que já participou do programa no centro regional” (16) “Através da mãe de um participante do agente jovem”(17) “Eu fiquei sabendo do programa pela amiga da minha mãe”(19)			
--	--	--	--

**ANEXO B - Quadro 2**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
“Uma moça da Cedel (entidade conveniada com a FASC)”(7)	Entidade conveniada	<b>REDE SÓCIO-ASSISTENCIAL</b>	
“Conselho tutelar” (2)	Conselho tutelar		
“A minha mãe que me escreveu”(11)	Mãe buscou		

<p>“O assistente social do atendimento à comunidade(6)  “Fui procurar a assistente social”(12)  “Eu passei a conversar com a assistente social”(13)  “ A assistente social do módulo Santa rosa”(14)  “ A assistente social do módulo Santa rosa”(15)  “Assistente social”(16)  “Assistente social do centro regional norte”(17)  “Quem me encaminhou foi a assistente social”(18)  “Quem encaminhou foi a assistente social”(19)  “A assistente social”(20)</p>	<p>Assistente social</p>	<p><b>ATENDIMENTO A COMUNIDADE</b></p>	<p><b>ORIGEM DO INGRESSO</b></p>
<p>“ A assistente social do SASE”(1)</p>	<p>SASE</p>	<p><b>SASE</b></p>	
<p>“A assistente social do PETI”(3)  “A assistente social do PETI” (4)  “O programa PETI”(5)  “O assistente social do atendimento à comunidade(6)</p>	<p>A assistente social do PETI</p>	<p><b>PETI</b></p>	

**ANEXO C - Quadro 3**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
<p>“Já estava freqüentando o centro, gostaria de ter uma participação”(1)                      “Eu queria saber o que era o agente jovem”(11)                      “Eu entrei no programa porque eu achei que ia mudar minha vida”(13)                      “Que ia mudar a minha vida”(19)</p>	<p>Novas possibilidades</p>	<p><b>INSERÇÃO SOCIAL</b></p>	<p><b>MOTIVAÇÃO PARA O INGRESSO</b></p>
<p>“Também ficava só em casa, queria alguma coisa para fazer”(4)                      “Para ter alguma atividade no turno da tarde”(14)                      “Para ter o que fazer no turno da tarde”(15)                      “Para ter alguma atividade(16)                      “Eu entrei no programa, pois eu estava em casa sem fazer nada “(18)</p>	<p>Ocupação</p>		
<p>“Por causa da bolsa”(1)                      “Entre mesmo por causa do dinheiro”(4)                      “Porque preciso do dinheiro da bolsa”                      “Por problema financeiros(8)                      “Porque eu precisei ajudar minha mãe”(9)                      “Por causa da bolsa”(10)                      “Falaram muito que o agente jovem era bom, além do dinheiro”(12)                      “Pela bolsa”(17)                      “Também pela bolsa” (16)                      Minha mãe estava apertada em termos</p>	<p>Bolsa</p>	<p><b>FINANCEIRA</b></p>	

de dinheiro”(18) “Eu entrei porque precisava ”(19)			
“Para aprender alguma coisa”(6) “Pra aprender coisa novas”(7) “Se aprendia muita coisa”(12)	Necessidade de aprender	<b>BUSCA DE NOVOS CONHECIMENTOS</b>	
“Para não ficar perambulando pela rua”2)	Prevenir situação de risco	<b>PROTEÇÃO SOCIAL</b>	
“Não sei, minha tia que me botou”(2) “Porque minha mãe me encaminhou(3) “A mãe me escreveu”(11) “Porque minha mãe pediu”(20) A minha mãe é atendida aqui no PETI”(3)	Vontade da família	<b>DETERMINAÇÃO DE TERCEIROS</b>	
“Eu queria entrar no começo do ano,mas eu tinha 14, depois me chamaram.Eu achei legal poder fazer amigo, na vila á muito difícil, só tem cheira cola, maconheiro”(5) “ Pra mim conhecer novas pessoas” (20)	Conhecer pessoas	<b>SOCIABILIDADE</b>	
“Aprender a ser alguém na vida , sem curso o cara na é ninguém”(6) “Pra ver como é que era, disseram que ia ter curso de computação, aí me escrevi”(8)	Fazer curso	<b>BUSCA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL</b>	

**ANEXO D - Quadro 4**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>Eu acho bom.” (2)                      “Tá bom.” (3)                      “ Ah tá bom.” (4)                      “Eu acho que tá bom. ” (5)                      “Tá bem.” (6)                      “Tá bom.” (7)                      “Tava bom.” (8)                      “Achei bom.” (11)                      “Acho que tá bom. Eu adorei, aprendi bastante coisa.” (12)                      Eu acho que é muito organizado(19)                      Bom , alguns tema foi legal e a participação foi bem legal(14)                      Legal porque todos participaram, foi significativo(16)                      Interessante porque não fica repetitivo(15)</p>	<p>Bom</p>	<p><b>BOM</b></p>	<p><b>AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E ATUAÇÃO</b></p>
<p>Sobre a capacitação vieram umas pessoas falar aqui, o que eles aprenderam e passaram isso para nós, mas poderia ser mais organizado, a atuação poderia ter mais tempo para se fazer(18)</p>	<p>Poderia ser melhor organizado</p>	<p><b>PRECISA MELHORAR</b></p>	
<p>Deve ter mais atividade fora da sala de aula(17)                      “Tá muito diferente do que era os outros anos, tinha mais atividades externas, só um dia se fez coisas diferentes, muito de sala.” (1)</p>	<p>Ter mais atividades</p>	<p><b>PRECISA MELHORAR</b></p>	

“É bom, mais tinha que ter mais passeios(20)			
Tá péssimo, precisava melhorar.” (9)	Péssimo		
“Mais ou menos. Eles reclamam.” (10)	Mais ou menos		
A capacitação e atuação no começo foi muito ruim mas depois foi melhorando(13)	Foi sendo qualificada no processo	<b>FOI SENDO QUALIFICADA</b>	

#### ANEXO E - Quadro 5

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>“Sexualidade, não sabia várias coisas e acabei descobrindo” (1)</p> <p>“Doenças sexualmente transmissíveis, para ficar atento quando tu ir fazer os negócios” (2)</p> <p>“Sobre saúde, se cuidar pra’ não engravidar, trabalhar em grupos, não desrespeitar, saber se cuidar.”(4)</p> <p>“Sexualidade porque precisamos de informação, nunca sabemos tudo”(14)</p> <p>“O bom de todos foi saber sobre DST/AIDS porque fez eu entender melhor o assunto”(13)</p> <p>“Sobre DST/AIDS”(19)</p> <p>“O mais importante foi DST/AIDS, pois eu aprendi como se previne e depois deu aprender eu posso passar esse conhecimento para outras pessoas”(18)</p> <p>“sexualidade, porque ficamos bem informados”(17)</p> <p>“ Prevenção, DST/AIDS)”(16)</p>	Dsts/Aids Sexualidade	SEXUALIDADE	Assuntos mais importantes



“De usar preservativo,”(12).			
“A respeitar os colegas, amigos, pessoas. Antes eu não me importava com isso.” (3) “A família, os amigos.” (8) “Como tratar das pessoas”(12)	Respeito ao próximo família	RELACIONAMENTOS INTERPESSOAS	
“Drogas”(2) “Drogas”(14) “Drogas”(15) “Sobre drogas. Teve gente do curso que já teve esse tipo de problema. Aí a gente teve que falar com eles que isso não era vida pra ninguém. Eles tiveram mais responsabilidade se fizessem alguma coisa era fora do curso. A gente tentava falar com eles, eles vinham meio louco, isso estraga a vida e depois passaram a ter mais compromisso com o agente jovem.” (12)	Drogas	DROGAS	
“Não deixar nada abalar, sempre seguir a frente, nunca desistir.” (4)	Potencialidade dos jovens	<b>PERSEVERANÇA</b>	
“Do emprego, o que precisa pra arrumar.” (5) “O trabalho, porque eu quero trabalhar”(20)	Emprego trabalho	<b>TRABALHO</b>	
“Foram tantas coisas que nem me lembro, tudo foi importante, os desenhos, os textos que a gente escreveu.” (6) “Não me lembro foram tantos, acho importante escrever fazer texto cartazes,desenhar.” (10)	Não soube citar	<b>EXEMPLIFICOU COM AS ATIVIDADES REALIZADAS</b>	
“Preconceito porque tem a ver com minha vida”(16)	preconceito	<b>PRECONCEITO</b>	
“Idosos”(19)	Idosos		

“ cidadania”(19) “Os direitos dos jovens.” (7)	Direitos Cidadania	<b>CIDADANIA</b>	
“Abuso sexual porque trata de assuntos que acontecem nas nossas rotinas de vidas”(15)	Violação de direitos		
“Lixo, porque é importante saber isso”(19)	lixo	<b>MEIO AMBIENTE</b>	
“Sobre violência.” (9)	violência	<b>VIOLÊNCIA</b>	

#### ANEXO F - Quadro 6

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
“Mais atividades externas.” (1) “Tá faltando as atividades que tinha antes.” (2) “A gente não sai muito. Ficava só aqui dentro.” (10)	Mais atividades externas	<b>METODOLOGIA</b>	<b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA METODOLOGIA</b>
“A computação. Poderia ter computação, tem muita coisa que a gente pode fazer com a computação.” (4) “Acho que tinha que ter uma salinha de computação.” (8) “Teria que ter sala de computação.” (9)	Inserir informática		
“Só poderia ter mais oficinas como serigrafia”(16)	Inserir oficinas de capacitação ao trabalho		
“Mais tempo na semana. Teria mais tempo para as pessoas que usam drogas, teriam	Ampliar o tempo de atendimento		

mais responsabilidade, mais tempo para se comportar.”(12)			
“Acho que devia ter mais trabalhos, tem pouca coisa, mais trabalho em grupo.” (5) “Se tivesse mais atividade”(12) “Eu acho que poderia ser diferente os projetos para o Agente jovem, diversificar os assuntos”(13)	Diversificar atividades		
“ O curso seria melhor se recebesse mais”(11) “Aumentarem a bolsa pra’ R\$ 100,00” “Aumentar a bolsa”(20)	bolsa	<b>AUMENTAR O VALOR DA BOLSA</b>	
“A sala, botarem os ventiladores.” (6) “Um ambiente mais espaçoso”(13) “teria que ter uma sala bem maior, pois os agente jovens ficam apertados, teria que ter uma boa estrutura”(18)	sala	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	
“Botarem um vídeo, um Dvd”(6)	Recursos multimeios		
“Melhorar um pouco o grupo”(6) “A ordem em entrar pro café e pro almoço”(19)	Melhorar as relações do grupo	<b>GRUPO</b>	
“A professora tinha que ter mais autoridade para os alunos”(8)	Maior autoridade		
“Nada.” (3) “Tem que ser igual.” (7) “Não”(14) “Não”(15)	Nada Tem que ser igual	<b>MANTER COMO ESTÁ</b>	

**ANEXO G - Quadro 7**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
<p>“As professoras escutam a gente”(1)                      “Os professores ajudam nós, conversam,desabafam quando tem problema em casa”(2)                      “A paciência entre o professor de escutar”(12)</p>	<b>Espaço de escuta</b>	<b>ORIENTADORES/INSTRUTORES TRABALHADORES SOCIAIS</b>	<b>ASPECTOS POSITIVOS</b>
<p>“A professora,ela ensina a gente a arrumar curso, ter mais informação, encaminha para trabalho,ela é legal sorridente”(4)</p>	<b>Estímulo</b>		
<p>“Os professores eram bom porque tinha dedicação com a gente”(11)                      “os professores”(14)</p>	<b>Dedicação</b>		
<p>“Aprendemos a expressar nossos sentimentos e nossas idéias”(18)                      “Ajuda a gente a se comunicar com os outros”(20)</p>	<b>Comunicação</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO</b>	
<p>“Conversar um pouco com os colegas”(3)                      “Tem bastante amigos”(11)                      “Amigos”(5)                      “Amizade”(15)                      “As amizades(16)</p>	<b>Amizade</b>	<b>SOCIABILIDADE</b>	
<p>“A educação,teve bastante respeito entre</p>	<b>O grupo</b>		

<p>os colegas.A paciência em escutar que a professora tipa pra dizer , agora eles atingiram a maioria para entender que tem que escutar, não só eles falar”(12)</p> <p>“Todos se dão muito bem ,apesar de algumas diferenças”(13)</p> <p>“O respeito”(16)</p> <p>“Conheci gente nova, professora”(10)</p>			
<p>“Trabalhos legais”(5)</p> <p>“Fazer trabalhos”(3)</p> <p>“Olhava televisão, fazia trabalhos,desenhar, pintar,colar”(6)</p> <p>“os trabalhos”(7)</p> <p>“As atividades, fazia cartazes, cartões”(8)</p>	<p><b>Atividades</b></p>	<p><b>METODOLOGIA</b></p>	
<p>“Os passeios”(7)</p> <p>“la a praça,jogava vôlei”(8)</p> <p>“Os passeios, museu, Casa de Cultura, oficinas”(4)</p> <p>“Passeios”(3)</p> <p>“A gente passeava”</p>	<p><b>Atividades recreativas /desportivas</b></p>		
<p>“Ter dinheiro”(5)</p> <p>“A bolsa”(9)</p> <p>“A bolsa”(14)</p> <p>“ganhar a bolsa”(19)</p>	<p><b>Bolsa</b></p>	<p><b>BOLSA</b></p>	

**ANEXO H - Quadro 8**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
“A folgação é demais”(1) “Apelidos do grupo”(14)	Apelidos/folgação	<b>GRUPO</b>	<b>ASPECTOS NEGATIVOS</b>
“Falta respeito entre os colegas e com os professores” “Falta de respeito entre os próprios colegas”(1)	Falta de respeito no grupo		
“Alguns não participavam das atividades propostas”(15)	Falta de participação nas atividades		
“As brigas no grupo.Sobra pros outros”(2) “Os guris se pegam”(brigas)(3)	<b>brigas</b>		
“Precisa ter mais atividades”(4) “Poucos trabalhos”(5)	<b>As atividades</b>	<b>METODOLOGIA</b>	
Poucos passeios(10) Tem poucos passeios,atividades fora do centro(16) “Não tem muito lazer”(18)			
“Tinha que escrever e eu tenho preguiça, agora que eu tô me acostumando, acabou, eu era vagabundo”(6)			
“O lanche”(4) “O lanche”(7) “A merenda”(17)	<b>O lanche</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	
“A questão das passagens”(9)	<b>Demora na emissão do passe livre</b>		
“Falta bebedouro, a sala,“(17)	Qualificação do espaço		
“O grupo tinha que ter mais computadores”(13)	<b>Ausência de computadores</b>		

“Teria que ter computadores”(18)			
“Aumentar a bolsa”(19)	<b>bolsa</b>	<b>VALOR DA BOLSA</b>	
Não tinha	<b>nenhum</b>	<b>NENHUM</b>	

### ANEXO I - Quadro 9

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>		<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
<p>“As atitudes dos alunos.” (2)</p> <p>“Parar um pouco de arreganho e levar o programa mais a sério (colegas).” (3)</p>	As atitudes do grupo	<b>MELHORAR AS RELAÇÕES INTER- PESSOAIS NO GRUPO</b>	<b>NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO DO PROGRAMA</b>
<p>“Melhorar a sala(6)</p> <p>A sala( 20)</p> <p>Um espaço maior.” (9)</p>	Qualificação do espaço físico	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	
<p>ter sempre orientador e instrutor.Aumentar o tempo no programa.” (1)</p> <p>Trocar menos de “professor”(14)</p> <p>“Ter mais de um que comandado os alunos.(9)</p>	Manter orientador e instrutor durante todo processo	<b>METODOLOGIA</b>	
<p>“Mais oficinas, tipo a que a gente fez na casa de cultura.”(5)</p> <p>“Tinha que ter mais atividades.” (4)</p> <p>“Devia botar uma sala de computação para ficar mais por dentro, por causa que a gente em qualquer serviço que a gente vai conseguir precisa de computação.” (8)</p> <p>Fazer coisas diferentes, ao invés de ficar só debatendo temas(15)</p> <p>Aumentar o período no agente jovem (16)</p>	Diversificação nas atividades		

Ter mais oficinas (14)			
<p>“Mais tempo de curso, ou turno integral manhã e tarde.” (7)</p> <p>“Acho que teria que ter mais que um ano, entre as coisas que eu fiz (informática) o agente jovem foi o melhor.” (12)</p> <p>os assuntos para não ser muito repetidos, falar de outras coisas.” (10)</p>	Ampliação do tempo de permanência		
<p>Aumentar a bolsa auxílio (17)</p> <p>Melhorar um pouco mais a bolsa, ou seja no mínimo R\$150,00 ,pois assim poderia incentivar mais jovens e até tirar das ruas, pois com uma bolsa de R\$65,00 não dá para nada.(18)</p> <p>Melhorar a bolsa (19)</p> <p>Aumentar um pouco mais o tempo do programa(20)</p> <p>“Aumentar a bolsa, (1)</p> <p>Aumentar a bolsa auxílio(14)</p> <p>e aumentar a bolsa.” (6)</p> <p>“Para mim o que precisa ser diferente é aumento da bolsa, para R\$150,00 para incentivar os jovens das ruas, das prostituições , por R\$65,00 não dá para nada(13)</p> <p>“A bolsa (10)</p>	Aumentar a bolsa	<b>AUMENTAR O VALOR DA BOLSA</b>	
“Nada.” (11)	Nenhuma mudança	<b>NENHUMA NECESSIDADE DE MUDANÇA</b>	



**ANEXO J - Quadro 10**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>“ Fiquei sabendo de muitas coisas que não sabia”(1)                      “Eu aprendi muitas coisas, monte de coisa, aprendi muito. A trabalhar”(3)                      “Aprendi um monte de coisa”,(7)                      “Aprendi várias coisas”,(6)                      “ Me ajudou a crescer em termos de conhecimento”( 18)                      “Aprendi muitas coisas novas”(16)                      “Foi muito importante. Aprendemos muitas coisas, que eu nem imaginava,</p>	<p>Possibilidade de novos aprendizados</p>	<p><b>CONHECIMENTO</b></p>	<p><b>IMPORTÂNCIA ATRIBUDA À PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA</b></p>
<p>A Camila sempre quer que a gente arrume emprego, fala coisas importantes pra gente, ela dá uns folhetos para fazer curso, ela sempre quer que a gente arrume emprego, mas tá difícil. (5)                      Antes eu não tive isso ninguém falava, aonde tão dando curso de graça, monte de coisa” (5)</p>	<p>informação</p>	<p><b>ACESSO A INFORMAÇÃO</b></p>	
<p>Ela ajuda a gente, incentiva a gente ir lá se escrever, fazer cursos.(5)</p>	<p>incentivo</p>	<p><b>ESTÍMULO</b></p>	
<p>“Ajudei no andamento da turma, dei colaboração no fazer as atividades”(2)</p>	<p>Colaboração nas atividades</p>	<p><b>PARTICIPAÇÃO</b></p>	
<p>“Fiz bastante amizades, conheci gente diferente”(1)</p>			

<p>“Foi porque a gente arruma muitos amigos, podemos conversar, muita alegria, eu não tinha muitos amigos , na vila só tem cheira cola e maconheiro”(4)</p> <p>“Foi, arrumei bastante amigos”(5)</p> <p>Fiz novos amigos,(7)</p> <p>“ fazer amizade com o grupo” (6)</p> <p>“Foi, conheci monte de gente, não me dava com monte de gente agora acho eles legal, as professoras foram bem atenciosas com a gente” (8)</p> <p>“Foi, eu aprendi a conviver com outras pessoas, eu era muito de ficar em casa fechada só com as vizinhas”(9)</p> <p>“Acho que foi. Porque conviver com outros jovens e aprende outras coisas, só na escola eu convivía.” (10)</p> <p>“Foi, porque aprendi várias coisas, aprendi o valor de uma amizade “(11),</p>	<p>Amizade</p>	<p><b>SOCIABILIDADE</b></p>	
<p>“Não tem nada pra fazer em casa, o cara vem pra cá se enterte” (7)</p> <p>“Mudou minha rotina”(19)</p> <p>“Foi muito importante porque mudou a minha rotina, me ajudou a sair de um problema muito grande”(13)</p> <p>“Sim” (14, 15)</p>	<p>Ocupação Entreterimento</p>	<p><b>ROTINA</b></p>	
<p>“Com o dinheiro me tornei mais independente”(17)</p>	<p>Acesso a dinheiro</p>	<p><b>AUTONOMIA</b></p>	

**ANEXO K - Quadro 11**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>		<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
“Fez fiquei sabendo de muitas coisas, que não sabia”(1)	Novos saberes	<b>ACESSO A INFORMAÇÃO</b>	<b>Identificação de mudança na vida à partir da participação no programa</b>
“Fiz bastante amizade, conheci gente diferente.” (1) “Não tinha muitos amigos.” (11) “Conheci novas pessoas”(14)	amizade	<b>SOCIABILIDADE</b>	
“Fez uma diferença enorme, fez eu esquecer um pouco o maior problema da minha vida que é a morte da minha mãe”.(13)	Superação		
“Mudou minha rotina”(19) “Mudou minha rotina,antes eu ficava em casa sem fazer nada, agora eu participando fico mais ocupado e não penso em fazer besteiras na rua”(18) “Mudou um pouquinho, acordei mais cedo, antes eu dormia até meio dia. Uma hora.”(4)	Rotina	<b>AQUISIÇÃO DE NOVOS HÁBITOS</b>	
“Ajudou a não ficar na rua por aí”(2) “De manhã sempre ficava em casa não tinha nada pra fazer.”(5)	Ocupação	<b>COMPETÊNCIAS RELACIONAIS</b>	
“Eu era muito quieta , agora me soltei mais”(20)	Interação/Comunicação		
“Fez porque antes eu era muito mais estúpida, agora mudei, eu era muito ‘estorada’(11)	Reconhecimento/respeito ao outro		
“Ter respeito com as pessoas mais velhas”(15)	Convívio com as diferenças		

<p>“Mudou, meu comportamento, mudou várias coisas, antes eu era revoltado com minha mãe, porque aprendi muitas coisas, aí mudei.” (3)</p> <p>“Mudou o modo de ver algumas pessoas, o preconceito”(16)</p>			
<p>“Com o dinheiro me tornei mais independente”(17)</p> <p>“Mudou pra melhor eu consegui comprar coisas pra mim sem pedir pra minha mãe pro meu pai.” (10)</p> <p>“O dinheiro, poder comprar mais coisas pra gente, compra roupa,mochila, coisa para o colégio”</p>	<p>Possibilidade de acesso ao consumo</p> <p>Satisfação de necessidades</p>	<p><b>AUTONOMIA</b></p>	
<p>“Tinha coisas que eu não sabia. Sobre o jovem o que ele deve não deve fazer, os direitos, eu fazia um monte de coisa de errado. Passei a pensar nas coisas que fazia.” (7)</p> <p>“Muda, mudou depois que eu fiz, criei mais responsabilidade com as coisas que eu faço, aprendi bastante coisa.” (12)</p>	<p>Re-significação axiológica</p>	<p><b>PERCEÇÃO DE DIREITO E DEVERES</b></p>	
<p>“Ajudou, antes eu era ‘vagabundo’ só sabia andar na rua, aquela vila que eu moro era só vagabundagem só tem droga agora vagabundagem prá mim não é nada, só traz coisa ruim, droga roubo, só coisa ruim.” (6)</p> <p>“Pra mim ter mais cabeça mais juízo, a professora falam com paciência explicam direito, antes as pessoas falavam pra mim e</p>	<p>Despertar para uma consciência crítica</p>	<p><b>CONSCIENTIZAÇÃO</b></p>	

eu achava que era pra' xingar." (8)			
"Conhecia casa de cultura que nem conhecia, fui no cinema a 2ª vez, fui na Bienal a 1ª vez. A partir de agora eu posso ir sozinha." (9) "Fez descobrir vários negócios diferentes que não sabia, hip hop." (2)	Apropriação de espaços culturais	<b>ACESSO A BENS CULTURAIS</b>	
"Mudou consegui assim andar no centro."(9)	Apropriação da cidade	<b>CIDADANIA (STRITO SENSO)</b>	

#### ANEXO L - Quadro 12

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
"A Bolsa – me ajudou pouco mais ajudou" (1)	bolsa	dinheiro	
"Recreação"(2) "Passeio linha turismo, passeio pela cidade" (3) "A gente sai pra fazer passeio." (4) "Os passeios fiz volta de ônibus turismo,. Tudo, as coisas que eu fiz, gasômetro, jogava futebol." (6)	passeios	Acesso ao lazer	
"Fazer atividades.(3) "Os trabalhos que nós fizemos,pintura , cartaz"(20)	Fazer atividades	atividades	

			<b>Aspecto mais importante do programa</b>
“ O aprendizado”(7)	aprendizado	Conhecimento	
“A atuação na Acompar”(14) “A atuação.”(16)	atuação	Atuação na comunidade	
“Perdi a vergonha”(18)	Qualidade na comunicação/interação com o outro	Desenvolvimento e competência inter-relacional	
“Professor, tudo” (2) “A convivência com professora.” (8) “Conhecer os professores”	professor		
“Os amigos”.(4) Os amigos que eu fiz aqui foram muitos.” (5) “O grupo”(6) “A amizade dos outros.” (7) “A convivência com colegas.”(8) “A amizade do que ta te explicando, teu colega.” (9) “Ter conhecido gente nova e daí consegui ficar com eles eu não sou muito de fazer amizade com alguém que não conheço.” (10) “O valor da amizade.” (11) “A amizade, eu só conhecia as pessoas dá Ilha agora conheço bastante gente, teve	Amizade/grupo	Sociabilidade	

<p>oportunidade de conversar para ver como é que era.” (12)</p> <p>“Arrumar novas amizades”(13)</p> <p>“Amizades, conheci muitos amigos no programa”(15)</p> <p>“Amizade, conhecer outra pessoas”(16)</p> <p>“Conheci várias pessoas, fiz novas amizades”(18)</p> <p>“Conheci amigos”(19)</p> <p>“As amizades”(20)</p>			
--	--	--	--

#### ANEXO M - Quadro 13

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>“Tento comprar roupa , é usado só para mim “(1).</p> <p>“Pagava umas contas minhas.Tênis, roupa que tava precisando”(3)</p> <p>“Roupa. Qualquer coisa que desse pra gente: bijuteria, tênis”(4)</p> <p>“Eu comprava roupa.” (5)</p> <p>“ Comprava roupa”(6)</p> <p>Pra mim, roupa,tênis”(7)</p> <p>“Roupa para mim, calçado”(8)</p> <p>“Comprava coisa para mim:roupa, creme, coisa pessoal, brinco, do que eu vejo que é do meu interesse eu compro”(9)</p> <p>“Pra comprar tênis ,telefone, roupa, porque fumar e beber eu não fumo. E</p>	<p><b>Vestuário, acessórios, bijuterias</b></p>	<p><b>Necessidades pessoais</b></p>	

<p>ajudou bastante, era só para mim o dinheiro”(10)  “Comprar umas coisas pro colégio, roupa ,sapato”(11)  “O dinheiro é usado para pagar minha contas e minhas despesas de casa, mas mesmo assim é muito pouco, para pagar tudo que tenho para pagar”(13)  “Roupa”(14)  “Coisas para uso pessoal, roupas acessórios etc.”(16)  “Compro roupa “(17)  “Para minhas necessidades como roupa sapato etc. e tem vezes que não dá pra nada.(18)  “O dinheiro da bolsa é usado para roupas”(19)</p>			<b>Importância da bolsa</b>
<p>“Comprar umas coisas pro colégio”(11)</p>	<p>Material escolar</p>		
<p>Compro no armazém bala, bolacha, pão”(1)  “Compro roupa, bolacha, bala”(20)  Refri, bolacha recheada.”(4)</p>	<p>alimentação</p>		
<p>“Ajudo em casa”(2)  “A ajudo em casa comida pra dentro de casa”(3)  “Comprar rancho”(4)  “Ajudava a mãe a fazer rancho”. (5)  “Comprava comida, ajudava o tio” (6)  Pra minha família, comprava coisa para dentro de casa”(7)  “Ajudava minha sogra, moro com ela”(8)  “Ajudava em casa”(9)</p>	<p>Alimentação básica para a família</p>		



<p>“para ajudar minha mãe em casa “(11)  “ Praticamente pra ajudar a mãe”(12)  “Ajudo a mãe”(14)  “Ajudo meus pais”(15)  “Ajudo o sustento de casa”(16)  “Ajudo a mãe”(17)  “É usado para ajudar um pouco meus pais, R\$15é para os meus pais”(18)  “E alimentação”(19)  “Ajudo às vezes em casa”(20)</p>		Contribui com sustento da família	
Sustento do filho	Sustento do filho		
<p>“Compro coisa pra mim,vou ao cinema, pago pra jogar bola”(2)  As vezes guardo quando precisar. Para sair com minhas , pra ir nos bailes de noite”(5)  “la ao parque Tupã, cinema” (6)</p>	<p>Cinema  Baile  Parque  Jogo de bola</p>	Acesso a lazer e Cultura	

#### ANEXO N - Quadro 14

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
“Quando eu pegar um emprego e dizer que eu participei, debati alguns temas”(1)	Acesso a conhecimento		
“Aprendi coisas que vão me ajudar no futuro, como a maneira de procurar emprego, como fazer um currículo, muitas coisas importantes”(15)	Acesso a informação	Qualificação para o	

<p>“Porque consegui um trabalho, a professora traz oportunidades para nós, informações sobre cursos”(20)</p>		trabalho	<p>A contribuição do programa para o futuro</p>
<p>“Pra arrumar emprego, porque eles vão acabar perguntando se eu já fiz alguma atividade de grupo, , conseguimos aprender mais coisas trabalhar em grupo, trabalho, profissão”(4)</p>	<p>Habilidade de trabalhar em grupo</p>		
<p>“Vai ajudar bastante, to indo atrás de emprego e isso eu tenho um certificado”(2)  “O diploma vai me ajudar para arrumar um bom serviço, tem que ter curso pra arrumar serviço, se não tiver curso eles pensam que o cara é vagabundo, agora não sou mais”(6)  “ Eu consegui fazer todo ele, ganhei diploma, ajuda bastante arrumar trabalho.Porque agora tão pedindo diploma de curso, querem que a gente faça bastante”(10)  “Pro serviço foi bom qualifica as oportunidades”(12)</p>	<p>Certificado</p>		
<p>“Passei a tratar minha mãe de outro jeito”(3)  “Aqui a gente aprendeu bastante coisas, que a gente vai usar no futuro, como se relacionar com os outro”(11)</p>	<p>Novas formas de se relacionar com os outros</p>	<p>Qualidade nos relacionamentos interpessoais</p>	
<p>“As pessoas as amizades”(3)  “Conheci bastante amigos, a amizade</p>	<p>amizades</p>		

de todos que trabalham aqui falam legal com a gente.A ajuda que deram, conversaram, explicaram várias coisas pra gente.”(8) “As amizades”(17)			
“Eu não saio a mesma agora eu converso com os guris, eu tinha medo, sempre pensava que eles iam se passar .Agora eu sei diferenciar o que é amizade o que é passamento”	Estabelecer relações de gênero		
“Vou saber falar o que acho”(4)	Expressar opiniões	Capacidade de expressar opiniões	
“Perder a timidez, junto a gente perde a timidez agora acho que vai dar. Porque as vezes eu fico controlando as palavras para não sair errado e fico com vergonha.Agora ficou mais fácil”(5)	Perda da timidez	Qualidade na comunicação/interação com o outro	
“Antes eu era vagabundo, agora não sou mais , agora pra mim é só serviço vagabundagem eu deixo pra trás, agora tenho que pensar no futuro e no presente. Agora eu posso pensar no futuro, num bom serviço, poder comprar minhas coisas sem precisar ta roubando, perder quase toda minha juventude isso é chinelagem”(6) “Eu tô me escrevendo num curso de computação”(8) “ Eu vou trabalhar, estudar, querer sempre crescer, nunca andar que nem caranguejo para trás, sempre olhar para	Planejamento para o futuro Emergência de desejos e aspirações Auto-determinação	Projeto de vida	

<p>frente”(12)  “Eu vou sair com meus pensamentos todos positivos, eu garanto que vou mudar para melhor”(13)  “Conversamos bastante sobre o projeto de vida”(16)</p>			
<p>“Vai fazer diferença num monte de coisa, no ensino que aprendi, um monte de coisa que no futuro pode ser bom”(7)  “Me ajudou a crescer em termos de conhecimento”(18)  “Sai aprendendo várias coisas legais e me diverti muito.”(19)</p>	Acesso ao conhecimento	O conhecimento construído	
<p>“Eu sei que vou chegar na minha comunidade e explicar o que aprendi”(9)</p>	Compromisso com o coletivo	Possibilidade de socializar o conhecimento	
<p>“Entre a vida conversamos muito sobre gravidez a gente pode ser mais responsável”(12)</p>		Senso de responsabilidade	
<p>Me ajudou a enfrentar o mundo lá fora, a exigir meus direitos e deveres”(18)</p>		Reconhecimento de direitos e deveres	

## ANEXO O - TABELA 1

Nº de óbitos de jovens de 15 a 24 anos

	1998	1999	2000	2001	2002
AL – Maceió	0,25	0,29	0,35	0,41	0,46
BA – Salvador	0,15	0,08	0,14	0,22	0,24
CE – Fortaleza	0,26	0,25	0,31	0,31	0,32
ES - Grande Vitória	0,58	0,61	0,57	0,59	0,62
GO – Goiânia	0,15	0,21	0,24	0,28	0,33
MA - Grande São Luís	0,16	0,14	0,17	0,24	0,22
MG - Belo Horizonte	0,24	0,26	0,40	0,40	0,49
PA – Belém	0,27	0,16	0,25	0,27	0,29
PE – Recife	0,58	0,59	0,57	0,61	0,57
PR – Curitiba	0,23	0,27	0,30	0,33	0,36
RJ – Rio de Janeiro	0,50	0,51	0,53	0,53	0,55
RN – Natal	0,19	0,11	0,12	0,20	0,17
<b>RS - Porto Alegre</b>	<b>0,27</b>	<b>0,29</b>	<b>0,35</b>	<b>0,34</b>	<b>0,37</b>
SP – São Paulo	0,53	0,57	0,59	0,59	0,56

Fonte: SIM-DATASUS.

Cálculo da proporção: Número de mortos por tipo de violência para o grupo populacional dividido pelo total de óbitos da população de referência.

## ANEXO P - TABELA 2

Número de óbitos por homicídios - Faixa etária: 15 a 24 anos

CAPITAL/ REGIÃO	ANO										% Aumento
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Belém	124	125	87	137	112	114	103	147	81	152	22,6
Boa Vista	11	25	11	17	27	32	19	34	37	41	272,7
Macapá	19	31	23	41	45	50	59	57	76	64	236,8
Manaus	167	108	120	161	165	176	200	242	217	210	25,7
Palmas	0	0	3	2	2	2	1	5	4	5	
Porto Velho	61	36	40	51	33	30	42	82	48	66	8,2
Rio Branco	33	36	43	30	33	30	37	45	45	45	36,4
Norte	415	361	327	439	417	434	461	612	508	583	40,5
Aracaju	45	90	55	88	45	55	40	29	56	83	84,4
Fortaleza	128	120	150	127	203	169	197	162	184	237	85,2
João Pessoa	29	32	45	52	84	84	66	86	88	111	282,8
Maceió	70	78	88	79	93	128	88	91	113	163	132,9
Natal	46	32	39	55	38	50	49	45	25	23	-50,0
Recife	298	245	361	355	401	424	640	716	595	631	111,7
Salvador	19	96	349	408	296	390	438	451	464	477	2410,5
São Luís	74	55	52	56	77	68	63	46	35	59	-20,3
Teresina	16	14	28	23	32	25	47	46	44	71	343,8
Nordeste	725	762	1167	1243	1269	1393	1628	1672	1604	1855	155,9
Belo Horizonte	105	92	92	91	133	138	140	140	241	342	225,7
Rio de Janeiro	679	353	613	722	1218	1307	1328	1352	1137	1341	97,5
São Paulo	2065	1921	1732	1970	2163	2122	2134	2335	2666	2797	35,4
Vitória	55	36	73	78	110	81	111	109	142	97	76,4
Sudeste	2904	2402	2510	2861	3624	3648	3713	3936	4186	4577	57,6
Curitiba	73	61	82	89	111	107	148	122	152	171	134,2
Florianópolis	2	4	12	4	8	10	10	14	10	9	350,0
Porto Alegre	135	148	78	109	149	119	176	156	176	217	60,7
Sul	210	213	172	202	268	236	334	292	338	397	89,0
Brasília	221	198	255	245	275	284	283	339	332	341	54,3
Campo Grande	41	32	41	54	62	85	83	83	80	107	161,0
Cuiabá	17	10	20	10	48	63	85	133	110	140	723,5
Goiânia	89	66	74	88	88	69	65	79	122	128	43,8
C.Oeste	368	306	390	397	473	501	516	634	644	716	94,6
Brasil (Capitais)	4622	4044	4566	5142	6051	6212	6652	7146	7280	8128	75,9

Fonte: SIM/DATASUS

Local: Capitais e regiões / Período: 1991/2000

### ANEXO Q - TABELA 3

Ordenamento das capitais por taxa de homicídios - Faixa etária: população total de 15 a 24 anos

UF	População Total			UF	População 15 a 24		
	Posição em		Taxa 2000		Posição em		Taxa 2000
	1991	2000			1991	2000	
Recife	1°	1°	95,8	Recife	2°	1°	221,3
Vitória	2°	2°	78,7	Vitória	3°	2°	160,5
Cuiabá	23°	3°	69,5	São Paulo	1°	3°	138,8
São Paulo	4°	4°	64,8	Rio de Janeiro	6°	4°	131,1
Rio de Janeiro	9°	5°	56,5	Cuiabá	23°	5°	130,8
Belém	14°	6°	56,1	Macapá	10°	6°	98,6
Porto Velho	3°	7°	47,5	Maceió	12°	7°	96,2
Macapá	17°	8°	46,2	Porto Velho	4°	8°	91,5
Maceió	6°	9°	45,1	Boa Vista	18°	9°	91,0
Salvador	27°	10°	41,2	João Pessoa	21°	10°	87,8
Boa Vista	7°	11°	40,4	Porto Alegre	8°	11°	87,2
Aracaju	13°	12°	39,4	Salvador	25°	12°	85,5
Campo Grande	16°	13°	39,3	Aracaju	11°	13°	80,1
Porto Alegre	11°	14°	39,2	Campo Grande	16°	14°	79,4
João Pessoa	19°	15°	37,8	Rio Branco	5°	15°	79,2
Brasília	10°	16°	37,5	Belo Horizonte	22°	16°	75,4
Rio Branco	5°	17°	36,4	Brasília	9°	17°	74,3
Manaus	8°	18°	33,2	Manaus	7°	18°	64,9
Goiânia	15°	19°	28,6	Curitiba	20°	19°	54,8
Fortaleza	18°	20°	28,2	Goiânia	14°	20°	53,3
Curitiba	21°	21°	26,2	Belém	15°	21°	52,7
Teresina	25°	22°	22,2	Fortaleza	19°	22°	52,6
Palmas	24°	23°	21,8	Teresina	24°	23°	42,7
São Luís	12°	24°	16,6	São Luís	13°	24°	28,0
Belo Horizonte	22°	25°	14,8	Natal	17°	25°	15,3
Natal	20°	26°	10,4	Palmas		26°	14,9
Florianópolis	26°	27°	10,2	Florianópolis	26°	27°	12,9

Fonte: SIM/DATASUS, IBGE

Período: 1991/2000

## **ANEXO R – Instrumento de pesquisa A**

### **AVALIAÇÃO AGENTE JOVEM**

- 1. Por que entrou no programa?**
- 2. Como ficou sabendo do programa?**
- 3. Quem encaminhou?**
- 4. O dinheiro da bolsa é usado para que?**
- 5. A participação no programa foi importante?**
- 6. O programa fez alguma diferença na tua vida? Mudou alguma coisa? O que?**
- 7. Qual a coisa mais importante do programa?**
- 8. Entre os assuntos tratados no programa, quais os mais importantes?**
- 9. O que você acha do jeito que é organizado o programa? Capacitação e atuação.**
- 10. Você acha que precisaria ser diferente? O que?**
- 11. Avalie aspectos positivos e negativos do programa?**
- 12. O que você acha que precisaria ser diferente no programa de uma forma geral?**
- 13. Tu achas que o programa vai fazer alguma diferença na tua vida para o futuro?**



## **ANEXO S – Instrumento de pesquisa B**

### **AVALIAÇÃO AGENTE JOVEM**

#### ***Do alcance social do programa***

- 1. Você considera o programa importante enquanto política pública? Por que?**
- 2. Na sua avaliação ele consegue cumprir com os seguintes objetivos:**
  - a) Promover a socialização e a organização, despertando a capacidade de enquanto agente, interagir na vida afetiva, comunitária e no mundo do trabalho( de que forma)**
  - b) Contribuir na construção de um projeto de vida (de que forma?)**
  - c) Instrumentalizar os jovens para que possam cumprir o seu papel enquanto protagonistas**
  - d) Possibilitar ao jovem a prática da autogestão de projetos(atraves de que/em que medida)**
  - e) Contribuir o resgate e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (de que forma?)**
  - f) Contribuir a permanência/retorno para a escola? (de que forma?)**
- 2) O programa consegue incidir na vulnerabilidade que originou o ingresso do jovem no programa? De que maneira?**
- 3) O programa faz alguma diferença na vida dos jovens ?Em que medida?**
- 4) Na sua opinião quais as motivações que levam o jovem a permanecerem no programa?**
- 5) A bolsa faz diferença para manter o jovem no programa? A partir da sua percepção como ela é utilizada?**

#### **Da execução do programa**

- 6) Como você avalia a metodologia do programa?**
- 7) Você acha que precisaria ser diferente? Em que?**
- 8) O que você acha que precisaria ser diferente no programa de uma forma geral?**
- 9) Entre os assuntos tratados no programa, quais os mais importantes?**
- 11) Quais os limites na execução do programa?**
- 12) O programa consegue possibilitar o acesso a outras políticas? De que forma?**
- 13) Na sua opinião o programa se constitui enquanto espaço de proteção? Em que medida?**
- 14) Quais os limites do programa enquanto proposta de política pública de assistência social?**
- 15) Tu achas que o programa vai fazer alguma diferença na vida do jovem para o futuro? Em que**

medida?

**16) Como avalia a importância da tua atuação, enquanto técnico no programa?**

**17) Gostaria de apontar alguma coisa que não foi mencionada no instrumento?**

## **ANEXO T – Termo de consentimento**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO – DOUTORADO

### ***PESQUISA: A experiência do Agente Jovem em Porto Alegre :uma proposta de avaliação de programas sociais***

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar o alcance social do programa Agente Jovem, executado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania-FASC no município de Porto Alegre .

A pesquisa de campo envolve entrevistas semi-estruturadas com os jovens usuários do Programa Agente Jovem, com Orientadores, Instrutores, Referências , com o objetivo de avaliar a eficácia e efetividade do programa numa perspectiva qualitativa.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e as entrevistas com duração de aproximadamente 1 hora, serão gravada e posteriormente transcritas.

O entrevistado não responderá a questões que possa considerar inoportunas, bem como poderá interromper a entrevista assim desejar. Os resultados serão devolvidos aos participantes da pesquisa após o término do Curso de Doutorado em Serviço Social através de relatório e entrega de uma cópia da tese à FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania-FASC

Atesto que as informações aqui presentes neste termo de consentimento informado foram lidas pelo entrevistado e esclarecidas quaisquer dúvidas pelo entrevistador. Os resultados poderão ser publicados e/ou divulgados assegurado o sigilo das informações e a anonimidade dos participantes.

Agradecemos a contribuição e estamos à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa pelo fone (51) 84121250 ( Doutoranda Simone Rocha da Rocha) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345.

---

Entrevistado

Local e Data

---

Simone Rocha da Rocha  
Matrícula nº

---

Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi  
Matrícula  
069366

## ANEXO U – Quadros de análise de conteúdo

### 4.1 A Avaliação do Programa Agente Jovem pelos técnicos

Quadro 1- *A importância do programa enquanto política pública*

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Ah!!! bastante importante porque acreditamos que esses jovens estão em situação vulnerável, fora da escola , acho bastante importante(INS)	Situação de vulnerabilidade	Proteção social	
Considero bastante importante ,porém acho que precisam haver muitas mudanças para que ele fique melhor direcionado ao público adolescente (ORI)	Precisa ter mudanças	Melhor direcionado para os jovens	<b>Importância do programa enquanto política pública</b>
Sim porque a questão de uma programa que tem bem as características dos adolescentes, na medida em que ele trabalha o protagonismo, projeto de vida e inserção na comunidade. (REF)	Tem características voltadas para o público que se destina	Protagonismo Inserção na comunidade Projeto de vida	

**Quadro 2- Alcance dos objetivos propostos**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>Sim ,talvez não numa forma integral, numa forma mais efetiva em todos esses pontos, mas sim consegue mexer bastante, consegue unir tanto a questão do grupo , a família , a própria relação que se cria tanto com o instrutor , como com o orientador, principalmente com o orientador que ta diretamente com eles, com todas as c saídas,com todo o programa , no dia a dia(ORI)</p>	<p>Em parte Grupo Família Instrutor/orientador</p>	<p>Articulação das ações</p>	<p><b>Promover a socialização e a organização, despertando a capacidade de enquanto agente, interagir na vida afetiva, comunitária e no mundo do trabalho</b></p>
<p>A partir da própria convivência, das saídas, a socialização com a comunidade, com o trabalho educativo, com outros técnicos, com a gerência., tudo isso auxilia, desde o cargo mais alto, até os próprios jovens que cumprem medida sócio-educativa no centro regional (ORli)</p>	<p>Convivência Saídas Inserção na comunidade</p>	<p>sociabilidade</p>	
<p>Em parte, principalmente em interagir na vida comunitária, por causa do projeto de atuação na comunidade é meio trancado no processo tem dificuldade de estarem construindo um projeto de vida.(ORI) “A questão de ser um cidadão, de buscar, né, ser um protagonista na sua comunidade, muitas vezes esse jovem não quer, então nós sentimos dificuldade em poder passar esses conteúdos para eles, principalmente quando queremos falar naquilo que eles mais cometem de erros , né , a questão das drogas, a questão da evasão escolar” (INS)</p>	<p>Projeto de atuação</p>	<p>Interage na comunidade Em parte</p>	
<p>A mudança se dá com a própria aproximação com os pais, a partir das questões diárias da nossa convivência(ORI)</p>	<p>Aproximação dos pais</p>	<p>Mudança de hábitos</p>	<p><b>Contribuir na construção de um projeto de vida</b></p>

<p>Consegue , agora essa amplitude depende de cada adolescente, depende de como ele está vendo o programa, alguns se deixam envolver bastante e a gente consegue ver essa mudança na relação familiar. (ORI)</p> <p>“ Consegue, desde que esse jovem queira, né, aceitar aquilo que a gente conversa no atendimento individual, aquilo que a gente discute em grupo, mas muita vezes eles se apresentam no atendimento individual de uma forma e no grupo, ele se mostra de outro.” (INS)</p>	<p>Depende do jovem</p>	<p>Individualização das possibilidade</p>	
<p>“Apesar de ter alguns tópicos a serem tratados sempre se trazem coisas do dia a dia deles, vai se fazendo atendimentos, se faz outros atendimentos que vão complementando esse atendimento do dia a dia. (ORI)</p>	<p>Trazem coisas do cotidiano</p>	<p>processo</p>	
<p>Sim na medida em que eles fazem planos, projetos pra eles, não era possível, o agente jovem desperta no plano individual.(REF)</p>	<p>Fazem planos</p>	<p>Perspectiva de futuro</p>	
<p>Pra alguns sim, pra outros não , depende de como ta esse adolescente, depende do envolvimento dele, alguns tem muita dificuldade de entender.(ORI)</p>	<p>Depende do envolvimento</p>		

<p>Se sentem muito assustados, se sentem muito diferentes daquilo que está sendo tratado, então a gente tem que fazer todo um trabalho de busca de resgate em algumas situações, pra mostrar que ele sim é um cidadão, que ele tem direitos, não só deveres e colocar eles dentro dessa sociedade. Pra alguns é mais difícil para outros não. É que alguns não conseguem se ver como cidadão, se vê como pobre, muitas vezes negro, excluído de uma sociedade principalmente quando cumpre medida sócio educativa, não consegue se ver em um outro contexto além daquele em que ele se colocou. Então esse é o adolescente que tem mais dificuldade. Trabalhar com isso pra alguns é mais difícil.(ORI)</p>	<p>Ausência de uma percepção de direito</p>	<p>Individualização das possibilidades</p>	<p><b>Istrumentalizar os jovens para que possam cumprir o seu papel enquanto protagonistas</b></p>
<p>No plano individual, pra eles,protagonista na comunidade em parte.(REF) Veja por exemplo né, na questão deles buscar, né, conhecer, os direitos, na questão deles conhecer sobre as questões de doenças,drogas, de se relacionar com o grupo, família(INS)</p>	<p>No plano individual</p>	<p>Protagonismo se dá na vida</p>	

<p>A princípio com o grupo que eu trabalho não tem se conseguido. Eles não conseguem se integrar de uma forma geral e como eles acham que se um não pode, todos não podem juntos, aqueles que tem mais potencialidade não querem mostrar, não querem se excluir, porque acham que assim eles vão se excluir do grupo. Nesse momento eu to sentindo dificuldade de trabalhar. Acaba sendo prejudicada.(ORI)</p> <p>Eles vão ter dificuldades. Nós vamos trabalhar uma dança, vamos trabalhar uma música, mas no grupo, a timidez, eles não consegue , então por isso eu acho que na comunidade também eles vão ter dificuldades, se eles não conseguem trabalhar entre eles mesmo, na comunidade eu vejo que eles vão ter dificuldades. Como é que eles vão falar na comunidade a questão da aids, se eles não querem usar a camisinha, como é que eles vão falar das drogas se eles não querem parar de usar drogas”(INS</p>	<p>Individualização das possibilidade</p>	<p>Dificuldade de expor no grupo</p>	<p><b>Possibilitar ao jovem a prática da autogestão de projetos</b></p>
<p>Chega num momento que tu acaba analisando qual é esse protagonismo. É um protagonismo que se direcionou para trabalhar dentro da comunidade. Ou se o protagonismo ele parte da relação orientador e adolescente, o protagonismo acaba se direcionando ao adolescente mesmo, ele como ser como cidadão.(ORI)</p>	<p>Relação orientador/jovem</p>	<p>Possibilidade de trabalhar projetos pessoais</p>	
<p>Como é que eles vão falar na comunidade a questão da aids, se eles não querem usar a camisinha, como é que eles vão falar das drogas se eles não querem parar de usar drogas.(INS)</p>			



<p>Sim ,Na medida em que a gente trabalha com o resgate da relação deles com os familiares, trazendo pra reuniões. Colocando a questão da dificuldade que eles tem com os pais e que os pais tem com eles, que muitas vezes se resume ao diálogo. Muitos familiares dizem que depois que ele entrou no programa que melhorou bastante, que ta mais calmo, que ele ta conversando mais, como tem outros familiar que aproveitam a oportunidade do atendimento para dizer que o adolescente continua mal na escola, que continua respondendo, que continua com dificuldades o familiar aproveita esse espaço para ta colocando pra fora as dificuldades dele com esse adolescente.(ORI)</p>	<p>Participação da família nas dificuldades encontradas</p>	<p>Compartilhamento de responsabilidade</p>	<p><b>Contribuir o resgate e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários</b></p>
<p>Familiares sim, aproximando a família desde o momento do contrato, atendimento a comunidade, explica normas do projeto.(REF) Consegue dar uma resposta.Bem, mas as mães estão se sentindo assim impotentes perante aos seus filhos, muitas choram, choram, mas a gente não vê elas , vamos dizer assim ajudar nesse processo</p>	<p>Aproximação da família</p>	<p>Acompanhamento da família</p>	
<p>De forma efetiva não, busca que isso aconteça, mas a gente não conseguiu efetividade de todos, desde o início os adolescentes acabaram evadindo da escola. A gente busca com a família, com a escola e com o adolescente uma forma de que a gente possa ta efetivando essa busca, mas na realidade nem sempre se consegue, ele não dá valor para a escola, muitas vezes não consegue pensar no futuro, a escola não é um dos fatores principais na vida dele , e se deixar ele não estuda mais.(ORI)</p>	<p>A escola perdeu o sentido</p>	<p>Dificuldade do retorno/permanência no sistema de ensino</p>	<p><b>Contribuir a permanência/retorno para a escola</b></p>

<p>Sim, porque é um critério de permanência no programa, mas não tem pernas para fazer o acompanhamento da frequência. Os pais percebem porque tem aproximação com os pais. (REF)</p>	<p>Falta disponibilidade para acompanhamento</p>		
<p>Eu vejo, agora pra mim, já tenho isso assim bem claro, falta dentro do programa agente jovem, que nos possamos trabalhar com eles, as dificuldades deles na escola, porque no momento que ele não vai na escola e é obrigado a estar na escola. Ficam trazendo, documentos, que diz que esta matriculado, sabe, tem uns que já passaram em três escolas, porque estamos cobrando, eles tão sempre entrando numa escola. Para mim precisava ter dentro do programa algo que nos pudesse trabalhar com reforço escolar naquilo que ele é o motivo que ele tá sendo evadido, ah!!, É matemática, é ciência é português, eu penso isso. (INS)</p>			

### Quadro 3- Incidência na vulnerabilidade social

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>Não muito porque tem toda a questão da equipe e o que se consegue fazer é acompanhamento individualizado, acompanhamento com pais. (REF)            “Quando nos estamos trabalhando com um jovem que está ali, estamos atendendo individualmente ele, estamos chamando a mãe dele, estamos chamando o assistente social responsável lá do módulo, estamos atuando em cima dele, já está entrando um outro jovem, e eu me sinto impotente, porque como eu tenho que estar atuando fora da sala de aula, vejo na</p>	<p>Falta de acompanhamento</p>	<p>Atribuição às condicionalidades de execução do progra</p>	<p>incidência na vulnerabilidade social</p>

minha avaliação., que não está acontecendo”(INS)			
--	--	--	--

**Quadro 4 – Implicação do programa na vida dos jovens**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Acredito que sim na medida em que possam estar pensando em seus projetos de vida.(REF)		Projeto de vida	<b>Mudanças observadas a partir da participação no programa</b>
Eu penso que faz bastante diferença, faz ele trabalhar em grupo, de se sentir parte de um grupo.(OR	Participação no grupo	Sentimento de pertença social	
A própria questão da socialização com os outros adolescentes. (REF)	A interação com grupo	sociabilidade	
Eu, acredito que eles não saem igual, porque na verdade com o vínculo que eles adquirem com o instrutor e o orientador , que mesmo que , eles não estejam mais no programa, nós encontramos eles na rua , dentro do ônibus, a gente observa. (INS)	Relação de vínculo	referência	
A questão da bolsa(REF)	Recurso material	Possibilidade relativa de consumo	
A questão de estar trabalhando temas interessantes, outras atividades(REF)	Temáticas trabalhadas	Aquisição de novos conhecimentos	

## DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

**Quadro 5- Avaliação da metodologia do programa**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Eu penso que a metodologia dá possibilidade de se trabalhar várias coisas, pois o que vem posto ele se abre conforme a turma, tu pode estar direcionando. Pra mim trabalhar cidadania é trabalhar levando eles a usufruir o que é direito de todo, na questão da cidadania, sair com o grupo para cinema, para teatro, pra parque, pra conhecer outras instituições, isso dá várias oportunidades de trabalhar outras questões. O orientador tendo criatividade dentro do que é posto tem bastante possibilidade. (ORI)	Diversidade de possibilidades	Possibilidade de trabalhar a cidadania	<b>Avaliação da metodologia</b>
O tempo é curto para que isso se efetive de uma forma melhor. Tu chega num ponto que tu tem que capacitar, mas o adolescente ainda não está aberto para essa capacitação, ainda está se trabalhando não consegue se ver como protagonista, não consegue se ver capacitando ou passando alguma coisa para outra pessoa.(ORI)	Tempo pequeno	para o processo	
Considero boa aborda vários temas que perpassam o cotidiano da adolescência. Faço uma crítica com a mais com a aproximação com familiares, mais atendimento individualizado de se garantir maior acompanhamento. A própria carga horária do instrutor é pequena, a atuação fica muito corrida para conseguirem(REF)	Aborda temas do cotidiano	Discussão de temáticas relacionadas a vulnerabilidade juvenil	
Começamos a sair fora, na comunidade, mostrar pra eles, temos uma creche para fazer um trabalho , como eles conhecem muitos adolescentes , até	Atuação reduzida a visitas a comunidade	Dificuldade de executar a atuação	

<p>agora o programa não conseguiu trabalhar um projeto pra eles ser aquilo que é a função do programa , dele ser um protagonista na sua comunidade.(INS)</p> <p>A capacitação pro jovem eu vejo, tudo aquilo que, nós passamos, tanto o orientador como o instrutor, no momento vejo que ele não consegue , colocar em prática . (INS)</p>			
--	--	--	--

**Quadro 6- Necessidade de modificação na metodologia**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
<p>Penso que deveria ter mais tempo para se trabalhar isso, ou deveria se ver lê como protagonismo dele próprio e não dele pra ta atuando em outra situação.(ORI)</p>	<p>Tempo do jovem</p>	<p>Ampliação da permanência do jovem</p>	<p><b>Necessidade de modificação na metodologia</b></p>
<p>A questão da carga horária da instrutora e continuidade até o final do processo do grupo , pq conseguiria qualificar o atendimento, visita, acompanhamento mais qualificado(REF)</p>	<p>Carga horária do instrutor</p>	<p>Ampliação da carga hoária do instutor</p>	
<p>Eu penso que se nos pudessemos trabalhar eles individualmente, aqueles que tão com mais dificuldades, aqueles que tão mais propenso a evadir do programa , eu penso que eles poderiam ter mais resultado com eles.(INS)</p>	<p>Priorizar situações de maior vulnerabilidade</p>	<p>Ampliar o acompanhamento individual</p>	
<p>Maior comprometimento, desse pai dessa mãe, que muitas vezes vem a mãe aqui, fazer a inscrição desse filho , temos que ter um responsável. Tem que ter da mãe, do assistente social do módulo, nos temos que buscar, ajudar esse adolescente , par a o programa ter mais êxito. (INS)</p>	<p>Buscar o compartilhamento de responsabilidades</p>	<p>Maior articulação das ações</p>	

**Quadro 7- Proposta de alteração na execução do programa**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
Como aqui no centro a gente tem possibilidade de colocá-lo na educação física e na computação, isso deveria ter possibilidade para os outros também, para mim isso significa cidadania. (ORI)	<b>Atividades complementares</b>	<b>Proposta de alteração na execução do programa</b>
De poder trabalhara com eles dentro de outros lugares de que eles pudessem estar trabalhando coisas que eles também gostassem. Trabalhar esses conteúdos como aula são extremamente chatos para eles , pq se eles evadem da escola porque não gostam dessa rotina o orientador deve ser bastante criativo para estar instigando a participação deles. (ORI)	<b>Diversificação nas atividades</b>	
Disponibilidade de mais recursos materiais e capacitação mais sistemática para equipe.(REF)	<b>Mais recursos materiais</b>	

**Quadro 8- Assuntos considerados mais importantes no processo de capacitação**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
A questão de sexo , aids, dsts,porque na realidade eles vem sem nenhuma instrução sobre isso, só a informação que eles trazem da comunidade,sem uma instrução mais organizada.(ORI) A medida que eles mais trazem sexualidade(REF)	<b>Sexualidade/aids:DST</b>	<b>assuntos os mais importantes</b>
Drogas, porque a maioria tem envolvimento com drogas, ou já teve(ORI) A questão das drogas é a questão da comunidade(INS) Drogadição(REF)	<b>drogadição</b>	
mundo do trabalho (REF) A importância do estudo , e principalmente a questão que poder trabalhar (INS)	<b>trabalho</b>	
A questão da cidadania , dos direitos (INS)	<b>Direitos/cidadania</b>	

Essa questão da cidadania (ORI) Cidadania e direitos humanos.(REF)		
---	--	--

**Quadro 9- Limites na execução do programa**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
<p>Limites financeiros, limites no material muitas vezes não são de qualidade, nos passeios fica difícil sair com todos, são 25, pra ta entrando na porta da frente do ônibus é complicado, isso limita, os cobradores , os motoristas xingam. A própria questão deles de não estarem preparados para se tornarem protagonistas.(ORI)</p> <p>O tempo disponível para aproximação com a família e escola, se monitora minimamente, mas de estar sentado com a escola, ver como está, facilita quando já é atendido em algum outro programa.(REF)</p> <p>Não consegue fazer interface(REF)</p> <p>É eu vejo que tem o limite do alcance social do programa porque no momento nós queremos fazer o melhor com esses jovens , mudar a sua realidade, trazer um novo projeto de vida , quando nós trabalhamos com eles individualmente, eles concordam com isso e aceitam trabalhar, e adquirir esse vinculo com nós.Mas no grupo nós vemos muita dificuldade de trabalhar isso. (INS)</p>	<p>Finanaceiros</p> <p>Pouco tempo para acompanhamento e articulação de ações</p> <p>Falta de prepação do jovem para a proposta do programa</p>	<p><b>limites na execução do programa</b></p>

**Quadro 10- Viabilização de acesso a outras políticas**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Em relação a rede, se orientador buscar sim, é difícil é complexo . Não se tem retaguarda de outras políticas, é a busca do trabalho do orientador, ela não tá posta, até mesmo com os próprios técnicos que muitas vezes são feito no atendimento a comunidade que fazem o ingresso, mas apenas encaminhou, não têm conhecimento da historia da família, nem se tem um acompanhamento mais efetivo,então a gente busca com os AS o porque desse ingresso, e tenta fazer com que eles possam se integrar mais para formar a rede, isso com relação a tudo, a PEMSE, asse jovem, tem que estar se buscando isso(ORI)	Fica centrado na equipe a responsabilidade  Não conta com retaguarda das demais políticas  Não articula ações	<b>acesso a outras políticas</b>
Não tem, não faz interface(REF)		

**Quadro 11- De que maneira o programa se constitui enquanto espaço de proteção**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Acredito que sim porque nesse ponto a questão da rede, com o PEMSE da busca de ver porque o jovem ingressou,dessa busca, de conversar com os pais nas,reuniões, neste sentido sim, se há algum problema com a escola a gente busca intervir.(or)	Articulação com a família Escola Articulação com demais programas	<b>o programa se constitui enquanto espaço de proteção</b>
Consegue , de alguma maneira encaminhar para escola, CT, porém não consegue acompanhar porque o tempo é pequeno.(REF)	Encaminhamento para a rede de proteção	

**Quadro 12- Limites do programa enquanto proposta de política pública de assistência social**

UNITARIZAÇÃO	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
A questão do acompanhamento mais de perto, dos fóruns, das reuniões da execução.(REF)	Tempo da equipe para	



<p>A questão da própria rede, se o orientador não se propõe a isso, isso não acontece. ele acaba se tornando naqueles dias de sala de aula, porque essa proposta, ela exige muito mais horas do que as previstas pelo programa.(ORI)</p> <p>Outro grande limite é a questão financeira do orientador, que é estagiário consegue com esse valor que é pago efetivar um maior envolvimento, também acho que isso se torna um limite.</p>	<p>articular as ações</p> <p>Acompanhamnto mais sistemático da família</p> <p>A retaguarda das demais políticas</p> <p>Baixa remuneração da equipe</p>	<p><b>Limites do programa enquanto proposta de política pública de assistência social</b></p>
--	--	---

**16- Tu achas que o programa vai fazer alguma diferença na vida do jovem para o futuro? Em que medida?**

<b>UNITARIZAÇÃO</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
<p>Sim, porque consegue fazer com que eles possam pensar planos para futuro, pensem no projeto de vida.(REF)</p> <p>Acho que é um momento sadio, para alguns é o único momento sadio, traz muitas possibilidades, então pra minha opinião é um momento bastante importante na vida deles.” (ORI)</p> <p>A primeira contribuição é se trabalhar para pensar no futuro porque quando eles chegam aqui eles tem essa dificuldade, então contribuir para isso eu penso que é muito importante.(ORI)</p>	<p>Possibilidades de fazer planos para o futuro</p> <p>Sociabilidade</p> <p>Espaço de proteção</p> <p>Novas possibilidades</p>	<p><b>Mudanças percebidas à partir da participação no programa</b></p>